Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais

Adriane de Sousa Camargo

Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais

O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana

São Paulo
2013

Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais

Adriane de Sousa Camargo

Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais

O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. João Paulo Cândia Veiga

São Paulo
2013

Adriane de Sousa Camargo

**Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais –
O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. João Paulo Cândia Veiga

São Paulo, ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

Dedico este trabalho à minha família, em seu “sentido ampliado”.

Agradecimentos

Ao agradecer demonstro, antes de tudo, que nada fiz sozinha. Por trás dessas linhas, encontram-se inúmeras pessoas que participaram e fizeram desta uma etapa possível em minha vida. Assim o fazendo, sinto-me abençoada por nunca estar só e confortável para seguir em frente, compreendendo sempre o futuro como infinitas possibilidades de superação e de encontro maior com algo que carrego sempre comigo: a felicidade, o amor, e a fé.

Agradeço primeiramente a Deus, Pai presente em todos os momentos, que, antes mesmo de passar pela minha mente e cair no meu coração, tudo preparou para que eu retornasse à cidade de São Paulo, meu primeiro lar, ao permitir que fosse aprovada para o mestrado enquanto ainda finalizava minha graduação.

Agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, independentemente das minhas escolhas, e que, absolutamente em todos os instantes, me ensinaram, educaram para a vida e me fizeram entender que tudo era possível, mesmo quando, cegamente, eu afirmava que não.

Aos meus irmãos, queridos e amados, sobre quem repousam minhas preocupações e anseios de um futuro maravilhoso, repleto de alegria e felicidades.

À CAPES, pela bolsa de estudos, que se traduziu em tempo para que me dedicasse a esta pesquisa.

Ao meu orientador, Dr. João Paulo Cândia Veiga, por aceitar-me como orientanda e ter tornado possível a conclusão desta dissertação.

Agradeço também aos amigos do IRI, pela companhia, pela troca de ideias, em especial à Bárbara Maia, à Cássia Costa, e à Karen Mizuta, que me acompanharam desde minha inserção nesta universidade e que compartilharam de muitas de minhas angústias e alegrias como pós-graduanda.

Às minhas amigas do CRUSP, Josi, Fernanda, Aida, Tati, Nathy, e Mari, que, muito mais do que compartilharmos “a água e o pão”, compartilhamos o dia-a-dia umas das outras, formando uma família que se ama e que se respeita.

Ao professor Rodrigo Passos, por me introduzir ao universo gramsciano.

Aos meus grandes amigos do CPEA – UNESP, em especial à Thay, Claudinha, e Cassinha, por todas as conversas, por todas as aventuras, e por me receberem em suas casas todas e quantas vezes fossem necessárias.

Àquela que tudo faz para que eu continue em frente, vendo em mim algo que eu mesma não vejo, e que ainda assim não desiste, dedicando seu tempo, sua expectativa, e seu carinho no meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, mas também, sobretudo, dedicando-se à manutenção e ao estreitamento de laços, que tem se demonstrado profundos, de amizade, respeito e confiança. Mimi, Deus a abençoe por sua imensa doçura, por todo o cuidado e por fazer parte desse instante muito mais do que possa imaginar.

E por último, mas de modo algum menos importante, agradeço a meu grande amigo Sylvio. Amigo de todas as horas, de todos os momentos, de todos os instantes. Por sua amizade sincera, por suas delicadezas, por sua lealdade, por me fazer sentir capaz e por me fazer acreditar.

Que Deus possa abençoá-los em tudo e cumprir os desejos de seus corações, assim como hoje Ele cumpre um dos meus.

“E tudo começou com um sim.”

Clarice Lispector, em A Hora da Estrela.

Resumo Geral

Diferentemente das abordagens estadocêntricas clássicas que valorizam processos decisórios *top-down*, os recentes estudos sobre a atuação da sociedade civil internacional têm desempenhado importante papel nos enfoques que valorizam as dinâmicas de cooperação *bottom-up*. Dentre elas, a abordagem gramsciana parte da perspectiva de que a sociedade civil internacional é portadora de projetos hegemônicos alternativos, sendo o *locus* onde se concentrariam as forças potencialmente transformadoras da ordem estabelecida. Assim, ao partir da perspectiva gramsciana, o analista depara-se com o potencial que a sociedade civil possui de transformação da realidade. Nela encontram-se os movimentos sociais que, através de sua atuação nas arenas internacionais de negociação, buscam resistir à hegemonia da globalização neoliberal. Dessa maneira, por meio de sua atuação em escala global, os movimentos sociais de resistência procuram expandir sua esfera de consenso em relação a seus projetos alternativos de desenvolvimento. Nesse sentido, este trabalho objetiva demonstrar como se dá a abordagem dos movimentos sociais de resistência nas Relações Internacionais a partir de sua introdução na categoria analítica de “contra-hegemonia”, tendo por referencial teórico alguns dos conceitos de Gramsci e a tradução destes conceitos para a área das Relações Internacionais realizada por Robert Cox. Dentre os movimentos sociais de resistência que atuam em escala global, encontra-se a Via Campesina. Atuando junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Via Campesina tem projetado um discurso alternativo, consubstanciado pelo conceito de Soberania Alimentar, ao discurso capitalista enredado nas políticas agrícolas internacionais. Assim, objetiva-se apresentar alguns resultados da análise dessa interação, enfocando a problemática da modificação genética dos recursos fitogenéticos e o contraponto estabelecido pela Via Campesina à concepção de Segurança Alimentar sustentada pela FAO. Tendo em vista que a ação política internacional dos movimentos sociais vem sendo objeto de consideração da literatura científica de Relações Internacionais, o propósito é desenvolver uma leitura interdisciplinar do assunto, de modo a problematizar quais as possibilidades e limitações da área de Relações Internacionais em analisar o tema. Para tanto, privilegia-se esta análise a partir da perspectiva da Teoria Crítica, buscando abordar como a sociedade civil, traduzida de termos gramscianos, possui a capacidade de influenciar a hierarquia da política internacional intergovernamental por meio de sua atuação transnacional direcionada ao questionamento da manutenção e reprodução da ordem social capitalista.

Palavras-chave: Gramsci; Sociedade Civil; Hegemonia; Movimentos Sociais; Via Campesina; Soberania Alimentar; FAO; Organização Internacional; Segurança Alimentar.

General Abstract

Unlike the classical state-centric approaches which value top-down decision-making processes, recent studies about the performance of international civil society have played an important role on the approaches that value bottom-up cooperation dynamics. Among them, the Gramscian approach departs from the perspective that international civil society is the bearer of alternative hegemonic projects, being the locus where potential forces that can change the established order are concentrated. Thus, from the Gramscian perspective, the analyst faces the potential that civil society has to transform the reality. Included in this concept, are social movements that, through its action in the international negotiation arenas, seek to resist to the hegemony of the neoliberal globalization. There for, through its action on a global scale, the resistance social movements seek to expand their sphere of consensus regarding their alternative projects of development. In this sense, this paper aims to demonstrate how is the approach of the resistance social movements in International Relations by their introduction in the analytical category of "counter-hegemony", and by taking some of the Gramsci's theoretical concepts and its translation to the field of International Relations executed by Robert Cox. Among the resistance social movements that act on a global scale, it is located La Vía Campesina. Acting within Food and Agriculture Organization (FAO), La Vía Campesina has designed an alternative discourse, embodied by the concept of Food Sovereignty, to the capitalist discourse existent in international agriculture policies. Thus, it is aimed to present some results of the analysis of this interaction, focusing on the genetic modification of plant genetic resources issue and on the counterpoint provided by La Vía Campesina to actual concept of Food Security supported by FAO. Given that the international political action of the resistance social movements has been subject of consideration of the scientific literature in International Relations, the purpose is to develop an interdisciplinary reading of the thematic, in order to discuss the possibilities and limitations of International Relations in analyzing the theme. Therefore, the focus is the analysis from the Critical Theory perspective, seeking to address how civil society, translated from Gramscian terms, has the capacity to influence the international intergovernmental political hierarchy through its transnational activity driven to questioning the maintenance and reproduction of the capitalist social order.

Keywords: Gramsci; Civil Society; Hegemony; Social Movements; La Vía Campesina; Food Sovereignty; FAO; International Organization; Food Security.

Lista de abreviaturas e siglas

IIGM – Segunda Guerra Mundial

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

CCI – Comitê Coordenador Internacional

CDB – Conferência sobre Diversidade Biológica

CFS – Comitê Mundial de Segurança Alimentar

CGRFA – Comissão sobre Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação

CMA – Cúpula Mundial de Alimentação

CSM – Mecanismo da Sociedade Civil

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICSID – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos

IFC – Corporação Financeira Internacional

IPC – Internacional de Planejamento para Soberania Alimentar

MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

MST – Trabalhadores Rurais Sem Terra

NFU – União Nacional de Agricultores do Canadá

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SOI – Secretariado Operacional Internacional

UNAG – Unión Nacional de Agricultores y Granaderos

UPOV – União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais

Sumário

Apresentação.....	12
--------------------------	-----------

Artigo Teórico

Movimentos Sociais e Globalização – Uma análise das Relações Internacionais a partir de Gramsci

Introdução.....	19
1 Hegemonia, Sociedade Civil, e Bloco Histórico.....	24
2 Gramsci e as Relações Internacionais	29
3 Movimentos Sociais “Contra-hegemônicos” na Dinâmica Global.....	39
Considerações Finais	44
Referências Bibliográficas.....	48

Artigo Empírico

“Contra-hegemonia” e Sociedade Civil nas Relações Internacionais: O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana

Introdução	55
1 A Universalização de uma Concepção de Mundo: a Neoliberalização da Agricultura	61
2 Hegemonia e Resistência Camponesa: a Via Campesina nas Relações Internacionais	65
3 A Relação entre a Via Campesina e a FAO	79
Considerações Finais	93
Referências Bibliográficas	97
 Anexo	 103

Índice de Quadros

Quadro 1 – Estratégias apresentadas na <i>II Conferência Internacional da Via Campesina em Tlaxcala</i>.....	73
Quadro 2 – Estratégias apresentadas na <i>VI Conferência Internacional da Via Campesina em Jacarta</i>.....	74
Quadro 3 – Marcos jurídicos internacionais que endossam os <i>Direitos dos Agricultores</i> e seus conteúdos	84
Quadro 4 – Proposta da Via Campesina sobre os <i>Direitos dos Agricultores</i> apresentada na <i>Declaração da Campanha Sementes</i>	85
Quadro 5 – Propostas apresentadas pela Via Campesina no documento de trabalho <i>O direito de produzir e de acesso à terra</i>	88

Apresentação

Em acordo com as exigências estabelecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP) para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, esta dissertação reúne dois artigos, um que faz uma discussão da literatura específica, de recorte teórico, e outro que desenvolve a agenda de pesquisa empírica. Produtos da pesquisa intitulada “Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais – O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana”, estes artigos se inserem no campo de estudos da área de Relações Internacionais que se dedica à análise do processo da globalização e seus efeitos na política internacional. Com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), esta pesquisa se desenvolveu sob orientação do Dr. João Paulo Cândia Veiga, professor em regime de dedicação exclusiva junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e colaborador do Instituto de Relações Internacionais (IRI), ambos da Universidade de São Paulo (USP).

Com o objetivo de abordar o relevante papel que os movimentos sociais de resistência têm desempenhado na crítica ao atual modelo de integração econômica neoliberal, e na proposição de modelos alternativos de desenvolvimento, parte-se, neste trabalho, dos conceitos desenvolvidos pela tradição marxista de Antonio Gramsci, sendo eles objeto de definição no decorrer do texto. Os conceitos utilizados com propósito de analisar esse fenômeno são os de hegemonia, sociedade civil e bloco histórico, e serão objeto de consideração à luz da interpretação do professor e intelectual neomarxista Robert Cox, que faz um esforço de interpretação das obras de Gramsci a partir dos desafios colocados pelo processo de globalização.

Nesse sentido, optamos por recortar ainda mais o objeto de estudo, qual seja, os movimentos sociais de resistência e, dentre esses movimentos, selecionamos como estudo de caso a “Via Campesina”, escolha essa justificada pela relevância de sua atuação política ao projetar, em escala global, as demandas das organizações que formam o movimento, majoritariamente de camponeses e pequenos agricultores. A atuação de busca pela resistência da Via Campesina está diretamente ligada ao contraponto estabelecido pelo movimento em relação às políticas agrícolas formuladas em escala global, nas arenas intergovernamentais multilaterais, e implementadas em escala local.

Criada em 1993, a Via Campesina é um movimento internacional do campo formado, atualmente, por 164 organizações de 79 países, congregando, aproximadamente, 200 milhões de camponeses, trabalhadores agrários, e coletores. Por meio de sua atuação em rede, a Via Campesina tem operado ativamente junto à FAO desde a *Cúpula Mundial da Alimentação* de 1996. Essa projeção da Via Campesina nas relações internacionais ocorre em uma arena propriamente transnacional, onde se encontram grupos sociais outrora excluídos ou marginalizados, como os movimentos sociais de resistência.

Ao mesmo tempo, no caso de organizações internacionais formais, ao abrirem-se à influência da sociedade civil internacional, em mecanismos de consultas formais/informais, promovem o debate, agora em escala transnacional, de projetos hegemônicos diversos daqueles adotados por essas organizações, no momento em que foram institucionalizadas como uma vontade soberana de uma coalizão de Estados nacionais. Nesse sentido, procuramos tratar nessa dissertação da possibilidade de inserção dos movimentos sociais de resistência, mais especificamente a Via Campesina, como um estudo de caso sobre a atuação da sociedade civil nas Relações Internacionais no debate com a FAO.

Para tanto, no primeiro artigo, intitulado “Movimentos Sociais e Globalização – Uma Análise das Relações Internacionais a partir de Gramsci”, destacamos inicialmente o pensamento de Antonio Gramsci, por meio dos conceitos de sociedade civil, hegemonia, e bloco histórico, como referencial teórico para a abordagem da atuação de movimentos sociais “contra-hegemônicos” nas relações internacionais. Ainda que vinculados a uma conjuntura histórica específica, os conceitos gramscianos têm sido traduzidos e interpretados por teóricos da área de Relações Internacionais, dentre eles Robert Cox, e esta releitura de suas obras possibilitou a constituição de uma nova agenda de pesquisa nesta disciplina, aplicando-se os mesmos conceitos à análise da ordem global. Assim, abordamos a inclusão dos movimentos sociais de resistência na dinâmica do capitalismo global por meio de um enfoque que os valoriza enquanto portadores de projetos “contra-hegemônicos”.

A abordagem de movimentos sociais como atores que atuam em arenas transnacionais é um tema relativamente novo para a área de Relações Internacionais. No entanto, a abordagem se torna ainda mais inusitada quando se trata, especificamente, de movimentos sociais rurais como atores da dinâmica global. Nesse sentido, no segundo artigo intitulado “‘Contra-hegemonia’ e a Sociedade Civil nas Relações Internacionais – O caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana”, destaca-se o papel desse ator em uma arena

singular, qual seja, a da relação com uma organização internacional formal, a FAO, onde são debatidas e formuladas as políticas agrícolas internacionais implementadas por governos nacionais.

Transpondo as “cercas” do rural, a Via Campesina, em seus 20 anos de luta, tem construído ações propositivas manifestando-se, internacionalmente, como um movimento que se articula contra a globalização neoliberal, incorporando-se aos movimentos “antiglobalização”. Para tanto, a Via Campesina apresenta o conceito de soberania alimentar não somente como uma alternativa de agricultura, mas como um projeto de desenvolvimento construído como antítese ao modelo da globalização neoliberal.

Assim, partindo-se de Gramsci, interpreta-se a Via Campesina como um movimento internacional que constrói seu modelo alternativo em contraponto ao modelo mundialmente dominante de agricultura. Dessa maneira, a Via Campesina esboça um projeto alternativo, não somente de agricultura, mas de sociedade, que se concretiza na proposição do modelo de soberania alimentar. Dessa forma, revela-se a incompatibilidade estabelecida entre o projeto hegemônico da FAO, fundamentado no conceito de segurança alimentar, e o da Via Campesina.

As análises realizadas nos dois artigos aqui apresentados se inserem na abordagem *bottom-up* das relações de forças que constituem a sociedade civil, na medida em que partem da perspectiva de que esta é potencialmente portadora de projetos “contra-hegemônicos” e que possui, intrinsecamente, a capacidade de transformação da ordem estabelecida. Assim, ao optar pela perspectiva teórica gramsciana, opta-se também pela compreensão da realidade internacional não somente em termos de poder, mas, principalmente, pela apropriação e instrumentalização dos mecanismos que garantem a reprodução de uma hegemonia por parte dos grupos sociais marginalizados ou excluídos da ordem mundial.

Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais

Adriane de Sousa Camargo

Movimentos Sociais e Globalização

Uma Análise das Relações Internacionais a partir de Gramsci

São Paulo
2013

Adriane de Sousa Camargo

Movimentos Sociais e Globalização

Uma Análise das Relações Internacionais a partir de Gramsci

Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: João Paulo Cândia Veiga

Com apoio da CAPES

São Paulo
2013

Resumo

Estudos sobre a atuação da sociedade civil têm sido cada vez mais frequentes na área das Relações Internacionais onde ocupam papel de destaque nas perspectivas que valorizam dinâmicas *bottom-up*, ao contrário das abordagens estadocêntricas tradicionais que valorizam processos *top-down*. Dentre elas, a abordagem gramsciana parte da perspectiva de que a sociedade civil internacional se constitui como o *locus* onde se concentrariam as forças sociais que são potencialmente transformadoras do *status quo*. Dentro do âmbito da sociedade civil internacional, que é formada por diversos grupos sociais, temos os movimentos sociais de resistência que atuam em espaços políticos transnacionais. Essa atuação se dá através da busca pela resistência ao atual bloco histórico que ampara a hegemonia, contestada, da globalização neoliberal. Assim, os movimentos sociais, atuando globalmente, buscam resistir à introdução da lógica global, que corresponde às motivações distantes, no local, revelando-se as tensões e os conflitos entre o global e o local. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva mostrar como se dá a abordagem dos movimentos sociais de resistência nas relações internacionais a partir de sua introdução na categoria analítica de “contra-hegemonia”, tendo por referencial teórico alguns dos conceitos de Gramsci e a tradução destes conceitos para a área das Relações Internacionais realizada por Robert Cox. Tendo em vista que a ação política internacional dos movimentos sociais vem sendo objeto de consideração da literatura científica das Relações Internacionais, o objetivo é desenvolver uma leitura interdisciplinar do assunto, de modo a problematizar quais as possibilidades e limitações da área de Relações Internacionais em analisar o tema.

Palavras-chave: Gramsci; Sociedade Civil; Hegemonia; Movimentos Sociais; Globalização.

Abstract

Studies about the role of the civil society have been increasingly frequent in the field of International Relations where they occupy a prominent role in the perspectives that value bottom-up dynamics, as opposed to traditional state-centric approaches which value top-down processes. Among them, the Gramscian approach starts from the perspective that international civil society is constituted as the locus where the social forces that are potentially transformers of the *status quo* would be concentrated. Within the framework of international civil society, which is formed by various social groups, there are resistance social movements that act on transnational political spaces. This action aims to resist to current historic bloc that supports the contested neoliberal globalization hegemony. Thus, the social movements, acting globally, seek to resist to the introduction of the global scale logic, which corresponds to the distant motivations, in the local scale, revealing the tensions and conflicts between the global and the local. In this sense, this paper aims to demonstrate how the approach of the resistance social movements in international relations can be done by departing from their introduction in the analytical category of "counter-hegemony", by taking some of the theoretical concepts of Gramsci by referential and the translation of these concepts to the field of International Relations executed by Robert Cox. Considering that the international political action of social movements has been the subject of consideration in the scientific literature of International Relations, the purpose is to develop an interdisciplinary reading of the subject, in order to discuss the possibilities and limitations of the field of International Relations in analyzing the issue.

Keywords: Gramsci; Civil Society; Hegemony; Social Movements; Globalization.

Introdução

Os movimentos sociais de resistência têm desempenhado importante papel internacional na crítica ao atual modelo neoliberal e na proposição de modelos alternativos de desenvolvimento. Para abordá-los, parte-se aqui de conceitos desenvolvidos pela tradição marxista de Gramsci, que serão objeto de definição ao longo do texto. Os conceitos propostos para a análise desse fenômeno são os de hegemonia, sociedade civil e bloco histórico, e serão objeto de consideração à luz da interpretação de Robert Cox, conhecido professor e intelectual de tradição neomarxista que faz um esforço de interpretação de conceitos desenvolvidos pelo pensador italiano a partir dos desafios colocados pelo processo de globalização.

Face à crise de legitimidade enfrentada pelo atual bloco histórico internacional e pela crescente dificuldade de reprodução do discurso hegemônico da globalização neoliberal, fundamentada nas trocas comerciais e de fluxos de investimentos, verifica-se a abertura de arenas propriamente transnacionais (espaços entre o doméstico/nacional e o internacional, entendido aqui como uma arena de ação dos Estados soberanos e de seus agentes, as Organizações Internacionais formais) para a atuação de movimentos sociais de resistência. Nesse sentido, procuramos abordar a possibilidade de introdução dos movimentos sociais de resistência como um estudo de caso sobre a atuação da sociedade civil nas Relações Internacionais.

Para tanto, destacamos alguns conceitos elaborados por Antonio Gramsci no período de cárcere¹. Cientista político marxista do início do século XX, Gramsci desenvolveu diversos conceitos relacionados à problemática do fascismo italiano, e à possibilidade de construção de uma forma estatal alternativa, baseada no compromisso da classe trabalhadora com a construção de uma ordem social nacional e popular. Seus conceitos fazem parte de uma aguda crítica ao capitalismo dentro do âmbito de uma teoria social, um debate intelectual travado dentro das tradições liberal e marxista.

¹ Obra fortemente marcada por um pensamento fragmentário e de registro descontínuo, Antonio Gramsci preencheu 33 cadernos escolares, 29 com notas e 4 com exercícios de tradução durante seu período de cárcere (1926-1935). Dadas tais características, suas edições são realizadas a partir de procedimentos distintos, o que se faz mister algumas ressalvas metodológicas: o presente estudo tem por referência a obra gramsciana da edição brasileira de Coutinho (1999), que articula procedimentos da edição temática de Palmiro Togliatti, e da edição crítica de Gerratana, tais como: reproduz os “cadernos especiais” como na edição de Gerratana, sendo, entretanto, as notas “miscelâneas” introduzidas de acordo com o tema tratado nos “cadernos especiais”, assim, conserva-se a cronologia e a numeração da edição italiana.

Especificamente nas Relações Internacionais, surgiram, durante a década de 1980, trabalhos que faziam uso da tradição materialista histórica nos estudos das dinâmicas da ordem mundial. Um desses autores é Cox (1981), que utiliza os conceitos formulados por Gramsci e desloca o foco do debate político da disciplina para a formulação de uma teoria da ordem hegemônica e da mudança histórica. Nesse sentido, mais do que uma teoria voltada para a manutenção das relações sociais de poder, o resgate dos conceitos gramscianos e sua aplicação nas Relações Internacionais possibilitou o questionamento da ordem vigente voltando-se às possibilidades de sua transformação, evidenciando a relevante contribuição da obra gramsciana ao debate teórico da disciplina.

Partindo-se de uma perspectiva histórica, o conceito de sociedade civil foi reformulado por diversos teóricos políticos, como Hobbes, Hegel, Marx, Gramsci, desde a tradução da obra “Política” de Aristóteles (*koinoniaspolitike* para *societas civilis*). Primeiramente abordado em contraponto ao “estado de natureza” hobbesiano, o conceito de sociedade civil era concebido como sinônimo de Estado, entendido aqui como uma sociedade política amparada em princípios de cidadania, em que os indivíduos, por uma forma contratual, seriam incorporados a uma sociedade civil e, desse modo, superariam o estado de natureza (BOBBIO, 1987a).

Já no século XVIII, a sociedade civil passou a ser associada à sociedade capitalista, sendo esta ligada à divisão de trabalho e às relações de propriedade privada, consagrando-se também a compreensão econômica do termo. Nesse sentido, a contribuição de Marx, inspirado na concepção de Hegel de sociedade civil como um “sistema de necessidades”², definiu sociedade civil, sobretudo, como uma arena de luta de classes, onde as “massas separadas”, a burguesia e o proletariado, são determinadas em relação ao processo produtivo (COLÁS, 2002).

Assim, para Marx, verifica-se que a sociedade civil corresponde à esfera privada de relação entre os indivíduos, esfera essa desvinculada da família e do Estado, assentando-se nas relações capitalistas de produção. Desse modo, o Estado não seria a expressão da superação da sociedade civil, mas seu reflexo, e seria estruturado de modo a mantê-la da

² Para Hegel, a sociedade civil era tida como um espaço de interação entre os indivíduos, espaço esse condicionado por três elementos: um “sistema de necessidades”, ou a economia, uma “administração da justiça”, protetora da propriedade privada como alicerce da liberdade individual, e a “polícia e a corporação”, responsável pela regulação dos outros dois fatores. Através desses três elementos, verifica-se o reconhecimento, por parte de Hegel, do papel desempenhado pelas organizações sociais como mediadores da relação entre o indivíduo e o Estado.

maneira que essa se expressa, como produto da separação entre as esferas pública e privada, da estrutura (as relações sociais de produção, economia) e da superestrutura (as ideias, os costumes, a política)(BOBBIO, 1987b).

Gramsci chamou essa concepção de “Estado restrito”, em que esse seria composto somente pela existência da sociedade política como constitutiva da superestrutura e responsável pela manutenção de sua ordem através de aparelhos coercitivos. Partindo dessa concepção, Gramsci amplia a concepção de Estado de Marx ao incorporar a sociedade civil como co-constituente da superestrutura, desenvolvendo seu conceito de Estado como um equilíbrio orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política, visto que elas se confundem na realidade concreta (COUTINHO, 1999).

Ainda que ligados a uma conjuntura histórica específica, os conceitos gramscianos foram traduzidos por teóricos da área de Relações Internacionais³, e esta releitura permitiu a abertura de uma nova agenda de pesquisa. Nela, aplicam-se os conceitos de Gramsci à análise da ordem global, dando origem, assim, às perspectivas neogramscianas. Verifica-se que, nos Cadernos do Cárcere, Gramsci dedicou algumas notas à política internacional. Entretanto, são seus conceitos básicos, como hegemonia e sociedade civil, que foram empregados à análise das transformações do capitalismo, de modo que, através de uma tradução metodológica, passaram a ser projetados às questões da ordem mundial.

Robert Cox, conhecido intérprete de Gramsci para a área de Relações Internacionais, desenvolve o conceito de sociedade civil, a partir do contexto de globalização, como o espaço onde, por excelência, se processa a hegemonia. Dessa forma, uma força social, para alcançá-la, deve promover e expandir um modo de produção em âmbito global. Assim, a construção de um bloco histórico, que para Gramsci se manifesta pela configuração assumida pela estrutura e superestrutura em determinado período histórico, seria um fenômeno eminentemente nacional. Ao mesmo tempo, o conceito pode ser ampliado a partir de um grupo social hegemônico, aquele que detém o controle do capital, e que engendra um modo particular de relações sociais de produção. Desse modo, diferentemente das teorias tradicionais da disciplina de Relações Internacionais, que abordam a questão da hegemonia como dominação econômica e militar de um Estado sobre os demais, a hegemonia de Gramsci, para Cox, é estabelecida ou por meio da construção de um bloco histórico amparado

³ Dentre os teóricos que trabalharam na tradução dos conceitos gramscianos destacamos, além de Robert Cox, Stephen Gill e Mark Rupert.

nacionalmente no consentimento dos demais grupos sociais, ou através da expansão um modo de produção hegemônico de alcance mundial. O bloco histórico hegemônico internacional se constituiria com a reprodução de relações de produção, organizadas a partir de uma mesma dinâmica macroeconômica que incorporaria a maior parte de países e regiões do mundo.

Utilizando-se de tal tradução, adotamos como o centro de nossa reflexão a seguinte questão: partindo da perspectiva gramsciana de Relações Internacionais, como se constrói a análise da atuação de movimentos sociais de resistência ao serem classificados na categoria analítica de “contra-hegemonia” ou “contra-hegemônicos”? Para tanto, na primeira e na segunda parte do texto, discutir-se-á a trajetória de conceitos elaborados por Gramsci que servirão de base para a (re)interpretação neogramsciana realizada no campo das Relações Internacionais, por autores como Cox (1981; 1987; 1999), Giovanni Semeraro (1999), Luciano Gruppi (1978), Carlos Nelson Coutinho (1999), Alvaro Bianchi (2008), Hugues Portelli (1977), Adam David Morton (2007), Randall Germain e Michael Kenny (1998), João Pontes Nogueira e Nizar Messari (2005), John Moolakkattu (2009) e Timothy Sinclair (1996).

Na terceira parte, parte-se da perspectiva da Teoria Crítica de Relações Internacionais para entender a relação estabelecida entre o global e o local, utilizando-se das considerações de Milton Santos (2000; 2004), de Boaventura de Sousa Santos (2010), e Mirian Simonetti (2006). A partir desses autores, aborda-se a ação dos movimentos sociais como instrumento da ação política pela resistência utilizando-se, sobretudo, da abordagem de Maria da Glória Gohn (2007) sobre os movimentos sociais.

A análise das relações de forças sociais que constituem a sociedade civil se divide em dois processos distintos: o *top-down*, em que a força social dominante elabora um discurso ideológico que pretende manter o *status quo* com vistas à manutenção e à reprodução da atual hegemonia, e o *bottom-up*, portador de um discurso contra-hegemônico, onde se concentram as forças que possuem o potencial de transformação da ordem estabelecida. Nesse sentido, a abordagem gramsciana está inserida na perspectiva *bottom-up* na medida em que não busca somente a compreensão da realidade em termos de poder e seus derivativos diretos, dominantes e dominados, mas almeja também a sua transformação por meio da instrumentalização e da apropriação, por parte dos reprimidos, dos mecanismos que garantem a hegemonia daqueles que os subjugam.

Assim, partindo da perspectiva da Teoria Crítica e dos esforços de tradução metodológica de Gramsci para as Relações Internacionais, procura-se analisar a atuação dos

movimentos sociais de resistência na arena global, revelando a tensão gerada na imbricação das escalas global e local no simultâneo processo de aprofundamento da globalização e da emergência de movimentos sociais globais de resistência.

1 Hegemonia, Sociedade Civil, e Bloco Histórico

Uma das principais contribuições de Gramsci para o estudo sobre o poder foi a elaboração do conceito de hegemonia, e de sua associação à dinâmica entre consentimento e coerção. Tal associação é derivada da redução teórica da metáfora da “dupla perspectiva”, em que a imagem do poder é projetada a partir da mitologia em torno do Centauro (metade homem, metade fera), na qual repousaria um dos desdobramentos básicos de sua natureza dúplice, qual seja, a força e o consenso (GRAMSCI, 2000).

A hegemonia, segundo a perspectiva gramsciana, se dá pelo exercício do poder através do consentimento, recorrendo-se a mecanismos de coerção quando este se fragiliza. O consentimento, que caracteriza a hegemonia, ocorre quando os interesses específicos do grupo hegemônico são compartilhados pelos demais grupos sociais. Tal compartilhamento de interesses se manifesta de dois modos: se expressa de modo dirigente, em relação aos grupos sociais aliados, e de modo dominante, em relação aos grupos adversários e subalternos (SEMERARO, 1999). Nesse sentido, a hegemonia é entendida como um processo frágil e contestado, que envolve uma disputa permanente pela hegemonia entre os diferentes grupos sociais (MORTON, 2007).

No início do século XX, o termo “hegemonia” era utilizado na Rússia como forma de expressar a influência que as classes trabalhadoras exerciam sobre as demais classes sociais. Gramsci, entretanto, amplia esse conceito baseando-se na dinâmica da sociedade italiana e compreendendo-o como uma manifestação do poder exercido pela burguesia sobre os demais grupos sociais, poder esse desempenhado através da manutenção da exploração com o consentimento dos explorados. Partindo deste conceito de poder hegemônico, Gramsci objetivava teorizar sobre o estabelecimento de uma “contra-hegemonia” por meio da compreensão dos mecanismos que permitiam a manutenção da hegemonia burguesa. Ao revelá-los, almejava desenvolver instrumentos teóricos que possibilitassem a emergência de uma nova hegemonia por parte dos grupos sociais subalternos. Assim, verifica-se que a hegemonia se expressa pelo exercício do poder de um grupo social sobre os demais, ou seja, a hegemonia se concretiza no âmbito da sociedade civil.

Para Gramsci, o conceito de sociedade civil diz respeito ao conjunto de organismos responsáveis pela elaboração de ideologias, e que formam os “aparelhos privados de hegemonia” (GRAMSCI, 2000), tais como o sistema escolar, os meios de comunicação

social, os partidos políticos etc. A sociedade civil, para Gramsci, é uma das principais esferas que compõe o Estado, este abordado em seu sentido ampliado, desenvolvido a partir da teoria de Marx sobre o Estado. Para Marx, a economia e a política, ou a estrutura e a superestrutura, se configuram como esferas distintas, sendo a estrutura o domínio no qual a sociedade civil se constitui como arena onde se processa a luta de classes, determinada em relação ao processo produtivo. No caso da superestrutura, ela diz respeito ao domínio em que a sociedade política⁴ tem como objetivo manter, através de mecanismos de coerção, a reprodução ampliada do capital por meio da manutenção do modo capitalista de produção.

Nesse sentido, Gramsci entende a concepção de Estado de Marx como a de um “Estado restrito”. Dessa forma, o Estado seria equiparado à sociedade política, ou seja, ao Estado coercitivo. Gramsci, ao pensar a sociedade civil como pertencente à superestrutura, aponta para a existência de dois elementos constitutivos do Estado: a sociedade política e a sociedade civil, onde a última, mais do que uma arena onde ocorre a luta de classes, se configura também como o espaço político onde se processa a hegemonia. Consequentemente, o autor amplia a concepção de Estado, que deixa de ser compreendido em seu sentido restrito, ou seja, somente a partir da existência da sociedade política, e passa a ser entendido como um equilíbrio entre esta e a sociedade civil (COUTINHO, 1999).

Destarte, estabelece-se uma “identidade-distinção” caracterizada pela identificação orgânica entre os indivíduos e o Estado, configurando-se em uma unidade dialética de dois opostos (BIANCHI, 2008; SEMERARO, 1999), sendo sua distinção meramente metodológica. Essa unidade dialética se expressa na co-constituição da sociedade política e da sociedade civil, em que ambas se apresentam como elementos constitutivos um do outro formando outro maior, o Estado. Essa distinção metodológica permite um tratamento relativamente autônomo entre sociedade política e sociedade civil, no sentido de que ambas formam o Estado em seu sentido integral (sociedade política + sociedade civil), mas são diferenciadas por sua materialidade, ou seja, nos aparelhos repressivos do Estado, por parte da sociedade política, e nos “aparelhos privados de hegemonia”, por parte da sociedade civil (COUTINHO, 1999). Quando os aparelhos coercitivos são utilizados indiscriminadamente pela sociedade política, esta passa a exercer o poder através da força, e não mais pelo

⁴“Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente [...]” (BIANCHI, 2008, p. 177-178). Assim, sociedade política para Gramsci (2004) é constituída por instrumentos dos quais a classe dominante utiliza para assegurar seu monopólio legal da aplicação de mecanismos de repressão que se assemelham aos aparelhos de coerção controlados pelo aparato burocrático e pelo corpo militar.

consentimento, já que o poder está sendo mantido pela coerção (PORTELLI, 1977). Tal comportamento revela a dissolução do consenso e a perda da legitimidade do grupo até então hegemônico, e possibilita que a dominação seja contestada por parte dos grupos sociais adversários, oponentes, e/ou subalternos.

Na sociedade civil, o consenso é alcançado pelo grupo que busca a posição hegemônica quando ocorre a universalização e a propagação da ideologia, e dos valores que amparam essa hegemonia. Desse modo, diversos grupos sociais buscam, na esfera da sociedade civil, uma posição hegemônica por meio do estabelecimento do consenso, tratando-se, assim, de uma categoria dinâmica, onde são congregados diferentes grupos sociais e circunstâncias conjunturais dentro de objetivos amplos de compreensão da sociedade (SEMERARO, 1999).

Mas, atenção: essa expansão [ideológica], para ser eficazmente levada a cabo, não poderia aparecer como a realização dos interesses exclusivos dos grupos diretamente beneficiados. Ela deve se apresentar como uma expansão universal – expressão de toda a sociedade –, por meio da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na ordem vigente. (BIANCHI, 2008, 175-176).

Partindo dessa perspectiva, “o conceito de hegemonia é apresentado [...] como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e, inclusive, no modo de conhecer.” (GRUPPI, 1978, p. 03). Assim, a sociedade civil é considerada por Gramsci como o local onde ocorrem as manifestações das forças ideológicas e culturais, e não somente o espaço das iniciativas econômicas, conforme apontou Marx (SEMERARO, 1999; MORTON, 2007).

A contestação da posição hegemônica se dá a partir da conscientização de que a sociedade civil é portadora da capacidade de transformação da realidade (PORTELLI, 1977; MORTON, 2007). Essa dinâmica é possível por meio da compreensão de que a subordinação e a subjugação dos grupos adversários e subalternos são as condições sobre as quais os grupos dominantes exercem o poder. Ao debruçar-se sobre a observação e estudos dos fenômenos superestruturais, como a política e os valores disseminados na ordem capitalista, Gramsci, ainda que inserido na tradição marxista, trata de outros domínios do ser social, além da esfera econômica. Entretanto, tal abordagem não rompe com a íntima ligação entre a estrutura e a

superestrutura, já que a superestrutura, as ideias e os valores, se expressam em termos das condições de produção, na estrutura.

A representação do poder que ampara a hegemonia é denominada de bloco histórico. O bloco histórico abrange a configuração assumida pela estrutura e a pela superestrutura em um determinado período histórico, ou seja, é a unidade dos contrários e dos distintos (GRAMSCI, 2000), que possui diferentes configurações em diferentes períodos da história, onde o conjunto complexo das superestruturas seria reflexo da estrutura, resultante da relação dialética existentes entre esses conjuntos (COUTINHO, 1999; BIANCHI, 2008). Entretanto, para melhor entender a relação entre a estrutura e a superestrutura, é necessária a compreensão de que “esses dois conjuntos formam uma totalidade que possui em seu interior diversas temporalidades” (BIANCHI, 2008, p. 175), não podendo tal relação ser determinada facilmente através da representação de um simples esquema, já que o desencontro dos tempos entre a estrutura e superestrutura apresenta-se de modo complexo na realidade em que está inserida.

A relação dialética estabelecida entre a estrutura e a superestrutura beneficia a consolidação e o fortalecimento do Estado integral, aqui compreendido em seu sentido orgânico, formado conjuntamente pela sociedade política e pela sociedade civil (BIANCHI, 2008). Tal configuração propicia meios para o estabelecimento da hegemonia, pois o Estado integral estaria amparado no consenso, representado pela convergência dos interesses de diferentes grupos sociais sob a ideologia do grupo hegemônico (MORTON, 2007). Para a emergência de uma nova hegemonia, seria necessária uma “crise orgânica” que envolvesse todo o bloco histórico, rompendo-se assim o consenso que o sustenta.

A “crise orgânica” é uma ruptura em que as soluções rápidas propostas pelo grupo dirigente não são suficientes para conter a progressiva desagregação do bloco histórico (COUTINHO, 1999). Sua expressão política é a crise de hegemonia da classe dirigente,

[...] que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...], ou porque as amplas massas [...] passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (GRAMSCI, 2000, p. 60).

Em outras palavras, a crise de hegemonia ocorre quando há a percepção de que a classe dirigente não mais representa os interesses dos outros grupos sociais que formam a

sociedade civil, sendo expressa na ruptura entre os grupos sociais subalternos e a ideologia dominante (PORTELLI, 1977). É no momento de contestação da hegemonia que surge a possibilidade da emergência de uma “contra-hegemonia”, ou seja, de uma nova hegemonia. Para sua consolidação, seria necessária uma nova configuração do bloco histórico, com transformações estruturais e superestruturais, em que o estabelecimento de uma nova ideologia reestabeleceria o consenso que ampararia essa nova ordem alternativa à anterior, até então vigente.

A “contra-hegemonia” deverá utilizar o caráter estrutural da crise para ampliar sua esfera de consenso sobre os demais grupos da sociedade civil, invertendo-se, assim, as relações de hegemonia (COUTINHO, 1999). Tal como a hegemonia anterior, a nova hegemonia assumirá a posição de grupo dirigente e exercerá o poder com o consentimento dos demais grupos sociais, principalmente dos grupos aliados e, quando julgar necessário, poderá se utilizar de mecanismos de coerção, já que assumirá o domínio da sociedade política e de sua materialidade.

Assim, a “contra-hegemonia” terá de propor uma ordem alternativa em que pesem os interesses de distintos grupos da sociedade civil, de forma que, conciliando-os, ela possa ter legitimidade para substituir a ordem vigente e assumir a direção da ordem alternativa em processo de consolidação. Para tanto, a “contra-hegemonia” deverá estar preparada para lidar com os problemas encarados pela hegemonia que foi contestada, e, desse modo, lidar com as dificuldades inerentes ao processo de fortalecimento de sua posição hegemônica.

Destarte, o grupo que ambicione ser hegemônico na sociedade deverá apresentar proposições que busquem uma forma superior de sociedade, e não somente apresentar críticas de modo a manifestar o dissenso e se separar do projeto hegemônico. Concretamente, esse grupo deverá, concomitantemente, desconstruir os alicerces hegemônicos do grupo dominante e apresentar uma interpretação mais convincente da realidade, de modo que sejam evidenciadas as suas capacidades de “persuasão” e de “direção” (SEMERARO, 1999), características indispensáveis à hegemonia. Assim, Gramsci, ao ampliar o conceito de Estado incluindo, em sua análise, a sociedade civil na esfera da superestrutura, compreende o papel desempenhado pela sociedade civil tanto no estabelecimento como na desconstrução da hegemonia por meio da emergência de uma “contra-hegemonia”.

A partir da perspectiva gramsciana, Craig Murphy (1994), em sua obra *“International organization and industrial change: global governance since 1850”*, trabalha com a ideia de

que a governança global, através de suas regras e normas legitimadas por meio de sua institucionalização por parte das organizações internacionais, assegura, de modo relativamente pacífico, a reprodução da ordem capitalista mundial. Assim, o autor aborda as organizações internacionais formais como arenas políticas ocupadas pela sociedade civil internacional, e constituídas com a finalidade de instrumentalizá-las como meio de assegurar a regulação da economia capitalista mundial para a realização do projeto liberal. No entanto, Murphy (1994), ainda nessa mesma obra, emprega o termo “sociedade civil internacional” reduzindo-a, praticamente, à esfera das organizações internacionais formais e à atuação do Estado, em seu sentido restrito, nessas arenas intergovernamentais. Assim, ao reduzi-la, torna-a menos plural, o que impõe maiores desafios à abordagem das lutas e conflitos dentre os diversos atores sociais e à possibilidade de transformação da realidade por parte desses grupos, ao menos em nível teórico.

Já Adam Morton (2007), em seu livro *“Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global economy”*, trabalha com os conceitos gramscianos de forma mais alinhada aos objetivos deste artigo. Após uma longa explanação sobre os conceitos de Gramsci e de sua aplicação às Relações Internacionais, o autor discute o Movimento Zapatista em um contexto de globalização, abordando os aspectos “contra-hegemônicos” que evidenciam a busca pela resistência em face ao avanço neoliberal no campo.

Assim, ao argumentar que as resistências globais podem ser entendidas como respostas locais ao desenvolvimento desigual do neoliberalismo, ele compreende as novas formas de proposições dos grupos subalternos, e seu papel na transformação da sociedade, se alinhando, em última instância, aos próprios objetivos de Gramsci. Esse trabalho, assim como o de Murphy (1994), entre tantos outros, está inserido nos estudos do legado gramsciano e na tradução metodológica de seus conceitos para o campo de Relações Internacionais, trabalho esse iniciado por Robert Cox (1981).

2 Gramsci e as Relações Internacionais

O fim da Guerra Fria, e do sistema bipolar, apresentou-se como um desafio teórico para a área de Relações Internacionais, já que as abordagens então hegemônicas não dispunham de conceitos e ferramentas metodológicas que pudessem explicar o abandono de

uma condição de superpotência por parte da URSS, sem promover um novo conflito mundial. Fazia-se necessária, portanto, uma discussão acerca da capacidade das abordagens teóricas em analisar o fim do sistema bipolar (HERZ, 1997). Nesse sentido, houve um aprofundamento do debate teórico entre diferentes correntes, resgatando-se, inclusive, abordagens elaboradas durante a década de 1980, dentre elas a teoria crítica, que ganhou maior notoriedade naquele momento em razão do fracasso das teorias racionalistas, tanto de matriz liberal ou realista, em prover explicações plausíveis para o fim da Guerra Fria, ou de como um “Império” abre mão, de maneira unilateral, de sua condição hegemônica.

Um dos tópicos em tela naquele momento era, por parte dos estudiosos da área, a busca por instrumentos teóricos que contemplassem a crescente influência de atores não-estatais⁵ nas arenas internacionais, como era o caso de movimentos sociais, considerados por outras perspectivas teóricas que não fossem apenas aquelas filtradas pela abordagem anglo-saxônica de Relações Internacionais⁶. Essa perspectiva estava bem consolidada nas universidades norte-americanas e britânicas e refletia a agenda de pesquisa da comunidade científica no desenvolvimento da disciplina, então muito marcada pelo cientificismo e pelas tentativas de transformar as áreas de Humanidades a partir de instrumentos analíticos mensuráveis e objetivos. Em outras palavras, tais estudiosos desejavam abordagens que não refletissem a visão de mundo das potências hegemônicas do século XX, tendo em vista que “toda teoria é *para* alguém e *para* algum propósito.” (COX, 1981, p. 128, grifo do autor)⁷.

De modo sintético, esse debate pode ser dividido em três momentos: *Primeiro Grande Debate*, *Segundo Grande Debate* e *Debate “Inter-paradigmático”*. O *Primeiro Grande Debate* ocorreu entre o idealismo e o realismo no início do século XX. Partindo da perspectiva da teoria realista, os estudos estavam concentrados nos pressupostos de que os Estados são atores racionais, egoístas, regidos pelo *self-help* e que buscam a garantia de sua sobrevivência em um ambiente internacional hobbesiano, onde reina a condição de anarquia e a disputa irrefreável pelo poder. Já para o idealismo, a análise partia de uma visão estadocêntrica do sistema internacional, tendo o Estado, nos moldes westfalianos, como único ator desse sistema capaz de promover a paz por meio da convivência atenta às regras e normas oriundas do direito internacional. Assim, o *Primeiro Grande Debate* tratou-se de um

⁵ Consideramos aqui que os atores não-estatais são todos os atores, exceto os Estados, que atuam nas relações internacionais, podendo possuir uma agenda de política externa diferenciada das políticas externas de seus Estados-nacionais.

⁶ Para mais informações, há o artigo “*An American Science: International Relations*”, de Stanley Hoffmann (1977), e a obra “*International Relations: british and american perspectives*”, de Steve Smith (1985).

⁷ “Theory is always *for* someone and *for* some purpose.” (COX, 1981, p. 128, grifo do autor, tradução nossa).

debate ontológico, exposto por Carr (1939)⁸, sobre os temas da guerra e da paz, onde os idealistas procuravam meios de tornar o mundo mais pacífico e os realistas objetivavam estudar os meios que garantissem a sobrevivência do Estado.

O *Segundo Grande Debate* ocorreu durante a Guerra Fria, período em que se discutia a necessidade de um maior rigor metodológico na análise das relações internacionais, rigor esse que pudesse permitir um aumento no grau de previsibilidade de grandes eventos em escala mundial. Tratava-se de uma crítica científica, que tinha em sua origem a “revolução” behaviorista⁹, uma mudança de paradigma que deu origem às teorias racionalistas, síntese da convergência do neorrealismo e do neoliberalismo. As análises, realizadas a partir da perspectiva racionalista, aproximaram-se, ainda mais, dos métodos científicos positivistas, trazendo para a análise das relações internacionais métodos empregados nas ciências exatas. Desse modo, o debate ontológico evolui para um debate metodológico.

Com fim da Guerra Fria e a percepção de que a análise de relações internacionais se tornou mais complexa do que no período anterior, emergiu outro debate sobre as opções teóricas existentes que melhor serviriam à compreensão desse novo período histórico (HERZ, 1997). Houve também, nessa mesma época, um aumento significativo do número de organizações que passaram a atuar no sistema internacional, ampliando-se, conseqüentemente, o número de arenas passíveis de ação por parte de diferentes atores, entre eles, o dos atores não-estatais, o que colaborou para a intensificação das atividades transnacionais e para a criação de uma arena propriamente nova, entre a dimensão doméstica e aquela constituída pela dinâmica intergovernamental multilateral (além da regional e/ou bilateral).

Assim, os chamados *Debates Inter-paradigmáticos* significaram a abertura da área para diferentes abordagens sobre os mais diversos objetos de estudos que, mesmo sendo de interesse dos estudiosos, não era comum analisá-los em sólidas agendas de pesquisa em virtude da predominância da perspectiva realista sobre a disciplina de Relações Internacionais. Dessa forma, a Teoria Crítica de Relações Internacionais apresenta-se como um dos resultados desse debate e traz um questionamento à pretensa cientificidade das teorias

⁸ Para maiores informações, conferir a obra “Vinte anos de crise: 1919-1939”, de Edward H. Carr, publicada em 1939.

⁹ Segundo Mingst (2009), “o behaviorismo propõe que os indivíduos, sozinhos ou em grupos, agem de modo padronizado. A tarefa do cientista comportamental é sugerir hipóteses plausíveis para essas ações padronizadas e testar essas hipóteses por meio sistemáticos e empíricos. Usando as ferramentas do método científico para descrever e explicar o comportamento futuro.” (MINGST, 2009, p. 09).

tradicionais da área, tanto no que se refere ao caráter positivista do método empregado – suposta ‘neutralidade’ do analista/pesquisador, separação dura entre sujeito-objeto, e a atribuição de uma racionalidade aos agentes envolvidos – quanto aos fundamentos ontológicos e epistemológicos que cristalizaram um tipo de conhecimento em torno da área de Relações Internacionais, majoritariamente produzido em universidades anglo-saxônicas (Estados Unidos e Reino Unido).

Dessa forma, os conceitos gramscianos são trazidos para a área de Relações Internacionais como uma crítica metodológica e epistemológica às teorias positivistas predominantes na área, apresentando-se como uma alternativa ao *mainstream* dos estudos existentes para a política internacional. Essa proposta de adaptação teórica busca “reler Gramsci à luz de novos contextos, revitalizando suas particularidades que são capazes de suscitar novas reflexões sobre a ordem mundial”, a partir de um referencial teórico-conceitual não desenvolvido para tal finalidade (RAMOS, 2006).

Apesar dos conceitos gramscianos aqui abordados terem sido teorizados para análise da ordem nacional, partindo do pressuposto de que a hegemonia se dá em uma sociedade limitada pela soberania, alguns teóricos de Relações Internacionais, como Robert Cox, trabalham com a aplicação de seus conceitos por meio de uma tradução metodológica, de modo a manter, essencialmente, seus significados. Para Gramsci, a “tradução”, ou “princípio metódico fundamental”, não é limitado a uma simples repetição semântica, mas a uma “adaptação” que enriquece o significado exposto inicialmente no texto original. Baratta (2004) trabalha com a questão da traducibilidade a partir da perspectiva gramsciana e de sua metáfora do raio e dos prismas, em que “a verdadeira luz do ‘raio’ é a *diversa* variação que adquire através das suas refrações nos diversos prismas” (BARATTA, 2004, p. 235, grifo do autor). Nesse sentido, a boa tradução reside em uma adaptação cultural e temporal do texto e de seus conceitos, ou seja, em suas diversas “refrações”. Esse esforço de tradução para as Relações Internacionais reside na busca pela compreensão dos problemas da atual ordem mundial, como as recentes transformações do capitalismo. Desse modo, podemos dizer que as alterações que os conceitos gramscianos sofrem ao serem traduzidos para as Relações Internacionais seriam resultantes da diversa variação que adquire sua refração no prisma da disciplina, correspondendo, em última instância, à verdadeira luz do “raio”, ou seja, aos conceitos aplicados por Gramsci na análise da política nacional.

Nesse sentido, para os autores de Relações Internacionais vinculados a essa perspectiva¹⁰, a releitura de Gramsci se dá a partir de um novo contexto, por meio da tradução, aplicação, e atualização de seus conceitos fundamentais para uma ordem capitalista internacional em processo de integração, exatamente a mesma dinâmica que explica a ascensão de novos atores, processos e arenas em condições jamais compreendidas por Gramsci na elaboração de seus conceitos originais. A riqueza, portanto, de Gramsci e de seus intérpretes, está em permitir novas reflexões acerca de uma ordem global, e das condições para a construção de uma hegemonia constituída por novos atores, processos e arenas. Assim, cumpre-se o objetivo de desenvolver novas abordagens sobre os atuais desdobramentos da área de Relações Internacionais, abordagens essas elaboradas a partir de métodos dialéticos de explicação.

Ao mesmo tempo, há um duplo desafio. Além do esforço de atualização teórico-conceitual que a obra de Gramsci enseja, dado o seu caráter fragmentário e carente de uma profunda sistematização, não há uma leitura consensual acerca de todos os conceitos e perspectivas. Desse modo, a tradução de seus conceitos para as Relações Internacionais demanda certa capacidade de articulação teórica e conceitual às questões contemporâneas da ordem mundial, não apenas para compreendê-la, mas também para transformá-la. Esse é um viés trazido pelo intelectual marxista engajado que deve estar presente na atualização de sua obra, especialmente na consideração de seu objeto de estudo.

Gramsci, em seus Cadernos, concentrou seus esforços na análise da política doméstica italiana, dentro das fronteiras nacionais. No entanto, em um conhecido excerto do Caderno 13 (GRAMSCI, 2000), o autor aponta para a relação existente entre o nacional e o internacional, onde o internacional reagiria passiva e ativamente às relações políticas nacionais.

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. (GRAMSCI, 2000, p. 20, grifo do autor).

Gramsci entende o orgânico como aquilo que é estrutural, ou relativamente permanente, oposto ao que seria conjuntural. Assim, conforme exposto no excerto acima, Gramsci compreende que as mudanças na ordem mundial, observadas como alterações estratégico-militares, podem ser delineadas para transformações fundamentais nas relações

¹⁰ Dentre os autores que trabalham com a perspectiva gramsciana nas Relações Internacionais, destacamos, além de Robert Cox, Craig Murphy, Adam Morton, Stephen Gill, Mark Rupert, dentre outros.

sociais (COX, 1993). Ainda que o Estado permaneça como um ator fundamental nas relações internacionais, *locus* de conflitos entre grupos sociais diversos e, nesse sentido, o espaço onde se constrói a hegemonia, o Estado é também compreendido em seu sentido “ampliado”. Ou seja, o Estado é considerado a partir da inclusão de sua base social, da sociedade civil como componente constituinte do Estado, rompendo-se, assim, com a perspectiva reduzida do Estado, este entendido como constituído somente a partir da sociedade política, responsável pelo aparelho burocrático estatal. Assim, “[...] o Estado, que permanece como o foco primário da luta social e a entidade básica das relações internacionais, é o Estado ampliado que inclui sua própria base social” (COX, 1993, p. 58)¹¹. Destarte, ter o Estado como ator fundamental das relações internacionais é compreender que o Estado ampliado atua nessas relações, ou seja, que a sociedade política e a sociedade civil atuam internacionalmente.

Diferentemente da abordagem gramsciana de atuação civil nas Relações Internacionais, as teorias liberais que tratam da fusão entre o âmbito doméstico e o internacional, como o caso do “Jogo de Dois Níveis”¹², partem da perspectiva da cooperação internacional e da estrutura de ganhos estabelecida entre o Estado e os demais atores domésticos, tendo o Estado e a sociedade civil como esferas separadas, no entanto importantes, no estabelecimento de ganhos mútuos através de acordos firmados internacionalmente pelos Estados. Para Gramsci (2000), o Estado inclui sua própria base social, tornando a diferenciação entre sociedade civil e sociedade política impraticável na realidade, sendo essa divisão meramente metodológica e não uma distinção orgânica (COUTINHO, 1999), de modo que a atuação internacional do Estado se dá por meio da atuação internacional de sua própria sociedade civil e de sua hegemonia.

O pioneiro na transposição dos conceitos gramscianos para a análise da ordem mundial foi Robert Cox, com a publicação do artigo “*Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory*” (COX, 1981). Baseando-se também na Teoria Social Crítica da Escola de Frankfurt¹³, Cox, como havia feito Horkheimer (1985)¹⁴, demonstra que

¹¹ “[...] the state, which remains the primary focus of social struggle and the basic entity of international relations, is the enlarged state which includes its own social basis” (COX, 1993, p. 58, tradução nossa).

¹² De acordo com Putnam (1988), no caso do “Jogo de Dois Níveis”, a negociação internacional tem por objetivo a cooperação entre os Estados no sistema internacional e esta depende, necessariamente, das estruturas de ganhos domésticos entre os Estados parceiros, fazendo com que a cooperação ocorra em dois níveis, ou seja, na negociação internacional, e na ratificação do acordo internacional no plano doméstico. Assim, verifica-se a atuação de atores domésticos nos assuntos de política internacional ao imporem seus interesses no momento da ratificação doméstica do acordo assumido internacionalmente pelo Estado. Mais informações encontram-se no artigo “*Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games*”, de Robert Putnam (1988).

¹³ A Escola de Frankfurt nasce na década de 1930 no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Partindo de uma releitura do marxismo, a escola está associada a nomes como Horkheimer, Adorno e Marcuse.

as teorias estão diretamente associadas a contextos históricos e sociais particulares e que, dessa maneira, não é possível sua transposição de modo incondicional. O autor atenta para o fato de que “todas as teorias têm uma perspectiva. Perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente o tempo e o espaço social e político” (COX, 1981, p. 128)¹⁵. Dessa forma, o autor corrobora à visão de que as teorias possibilitam uma análise interessada sobre a realidade, sendo estabelecidas influências mútuas entre elas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Ciente do caráter pretensamente universalista das teorias nas Relações Internacionais, que ancoravam sua análise sobre duas esferas distintas (política interna e política externa ao Estado), Robert Cox (1981) estabeleceu uma diferenciação entre teorias que almejam o *status* de neutralidade e aquelas que reconhecem sua parcialidade. Denominou-as de “teorias de solução de problemas” (*problem-solving theory*), e de “teoria crítica” (*critical theory*), respectivamente. Segundo o autor, as teorias são utilizadas para dois propósitos distintos, servindo elas: 1) como um guia para a resolução de problemas a partir de termos da própria teoria; e 2) para a busca de uma análise consciente de sua perspectiva em relação à teorização, e da relação entre sua perspectiva e as perspectivas das outras teorias.

A “teoria de solução de problemas” é voltada para a análise do mundo como ele se encontra, ou seja, mantendo-se as relações sociais e de poder existentes. Possíveis soluções devem ser procuradas dentro do enquadramento da teoria utilizada na análise (COX, 1981). Desse modo, as “teorias de solução de problemas” possuem a finalidade de procurar as saídas para dificuldades encontradas dentro de uma ordem estabelecida, preocupando-se com a manutenção do *status quo* sem que haja um cuidado maior com a questão *de quem* ou *o que* se beneficia deste. Em outras palavras, as “teorias de solução de problemas” analisam a realidade tal como ela é e ambicionam solucionar qualquer problema que ameace ou desequilibre o atual sistema. O analista, partindo da perspectiva desse tipo de teoria, debruçasse sobre a análise de diferentes variáveis, sem que haja a necessidade de se preocupar com a procedência dos problemas por ele analisados.

¹⁴ Em 1937, Max Horkheimer emprega pela primeira vez o termo “teoria crítica” em seu clássico ensaio “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. O autor, através de sua obra “Dialética do esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), afirma que os fatos, que aguardam serem descobertos, são frutos de estruturas específicas, tanto históricas como sociais. Assim, a partir dessa reflexão, Horkheimer (1985) promove a visão de que as teorias estão atreladas a essas estruturas e que uma perspectiva crítica desse fato agiria como propulsor da reflexão sobre os interesses atendidos pelas teorias utilizadas nas análises.

¹⁵ “All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space.” (COX, 1981, p. 128 tradução nossa).

Já a “teoria crítica”, explicitamente, reconhece sua parcialidade, sendo ela política ou histórica, e busca refletir sobre a realidade de maneira a observar as variáveis que possam promover uma alteração da ordem social em nível mundial. Ou seja, ela almeja reverter a condição de dominação, hierarquização, existente na ordem mundial, vislumbrando uma ordem alternativa à atual. Assim, partindo da perspectiva de Cox, pode-se dizer que as teorias críticas possuem uma plasticidade metodológica que permite uma análise interessada sobre a realidade tal como ela está posta, de tal modo que são levadas em consideração outras variáveis potencialmente transformadoras do *status quo*. Diferentemente, as “teorias de solução de problemas” olham a realidade como dada, servindo aos interesses dos que se sentem confortáveis com a ordem estabelecida (COX, 1981).

A “teoria crítica” anseia revelar as contradições a fim de compreender as alterações contidas na ordem política e social, procurando contextualizar, através da atenção às especificidades, os fenômenos analisados pela “teoria de solução de problemas” no âmbito de estruturas históricas determinadas¹⁶. Diferentemente da “teoria de solução de problemas”, a “teoria crítica” questiona o surgimento da estrutura, buscando-se meios para sua superação, de modo que possam ser compreendidas as contradições que permeiam a estrutura histórica em constante alteração. Ao compreender as contradições, seria possível observar como os consensos foram estabelecidos e, assim, elencar as possibilidades de alteração dessa estrutura, explicitando os conflitos de maneira que as ações que buscam alterações estruturais contra-hegemônicas sejam canalizadas.

Dentre os conceitos de Gramsci, o de hegemonia é o que permite de forma mais bem sucedida uma transposição às Relações Internacionais. Conforme Cox já havia observado, “não surpreendentemente, Gramsci não tinha muito a dizer diretamente sobre as relações internacionais” (COX, 1993, p. 49)¹⁷, no entanto

[...] sua obra fornece uma base ontológica e epistemológica sobre a qual construir uma explicação não-determinista ainda estruturalmente fundamentada na explicação da mudança. [...] Ao insistir sobre a capacidade transformadora dos seres humanos, o abraço radical da subjetividade humana por parte de Gramsci fornece aos acadêmicos das Relações Internacionais uma

¹⁶ Para Cox, as ações dos atores são circunscritas pelas estruturas históricas. Nesse sentido, o papel da Teoria Crítica é entender e explicar a relação dialética entre a ação dos atores e a configuração da estrutura, sendo as ações moldadas pela estrutura, ao mesmo tempo, capazes de transformá-la.

¹⁷ “Not surprisingly, Gramsci did not have very much to say directly about international relations.” (COX, 1993, p. 49, tradução nossa).

maneira de evitar um estruturalismo determinista e anistórico. (GERMAIN; KENNY, 1998, p.5)¹⁸.

Nesse sentido, o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci corroborou para que Cox refletisse a respeito da ordem mundial a partir de uma perspectiva que contemplasse as relações de poder como uma construção histórica em constante alteração. Assim, através da assimilação do conceito gramsciano de hegemonia, esse passa a ser compreendido como “uma relação na qual as potências assumem um papel dirigente com base em uma combinação de recursos materiais, idéias e instituições que convençam os demais Estados das vantagens daquela ordem para o conjunto do sistema.” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 141).

Desse modo, “as instituições e os processos de luta entre forças sociais rivais que ocorrem dentro e em torno delas têm uma ligação estreita com a discussão de Gramsci de hegemonia” (SINCLAIR, 1996, p.11)¹⁹. Ainda, segundo Cox (1981), “instituições podem se tornar a âncora para tal estratégia hegemônica, uma vez que se prestam ambas às representações dos diversos interesses e para a universalização da política” (COX, 1981, p. 137)²⁰. No entanto, ao refletirem a correlação de forças, abrigam também a “contra-hegemonia”, se constituindo como arenas onde ocorre a propagação de diferentes projetos políticos e perspectivas de mundo.

Podemos perceber que, nesses moldes, a hegemonia é fundamentada mais no consentimento do que na coerção, ainda que a coerção, nas relações internacionais, seja majoritariamente exercida no campo ideológico, através de uma “violência simbólica”²¹. Diferentemente da coerção, que inclui também a propaganda e a manipulação, o consentimento é fruto de uma negociação continuada, em que a ideologia dominante busca

¹⁸ “[...] his work provides an ontological and epistemological foundation upon which to construct a non-deterministic yet structurally grounded explanation of change. [...] By insisting on the transformative capacity of human beings, Gramsci’s radical embrace of human subjectivity provides IR scholars with one way of avoiding a deterministic and ahistorical structuralism.” (GERMAIN; KENNY, 1998, p.5, tradução nossa).

¹⁹ “[...] institutions and the processes of struggle between contending social forces that occur within and around them have a close connection to Gramsci’s discussion of hegemony” (SINCLAIR, 1996, p.11, tradução nossa).

²⁰ “Institutions may become the anchor for such a hegemonic strategy since they lend themselves both to the representations of diverse interests and to the universalisation of policy”. (COX, 1981, p. 137, tradução nossa).

²¹ Pierre Bourdieu (1990), em sua obra “Coisas ditas”, aborda o conceito de violência simbólica. Para o autor, a violência simbólica estaria diretamente ligada a uma contínua produção de crenças e valores que condicionariam o posicionamento do indivíduo no espaço social a partir de critérios e padrões propagados pelo discurso dominante. Em um esforço de tradução do uso desse conceito para as Relações Internacionais, pode-se dizer que as próprias organizações internacionais funcionam como ferramenta, não somente da coerção física, por meio de uma legitimação “democrática” do uso da força, como as aprovações de declarações de guerra por parte do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, mas também como instrumento de coerção simbólica àqueles que desafiam a ordem hegemônica.

estabelecer a ideia de que o indivíduo e o Estado permitem a existência da estrutura socioeconômica tal como ela existe (MOOLAKKATTU, 2009).

A hegemonia, nas relações internacionais, se dá a partir de uma configuração peculiar de dominação, em que o Estado, que se pretende hegemônico, concebe um novo bloco histórico ideologicamente baseado no consentimento, de modo que as regras e os compromissos firmados assegurem a posição hegemônica desse Estado e de suas forças aliadas. Para tanto, tal Estado necessita criar uma nova ordem em que os demais Estados e forças sociais que interagem no bloco histórico percebam uma compatibilidade entre os seus interesses e os do grupo dirigente (COX, 1987).

Assim, o consentimento se dá através da institucionalização e da constituição da legitimidade por meio da capacidade da hegemonia em fazer concessões e estabelecer compromissos entre os demais atores, criando-se, assim, instrumentos internacionais de legitimação do poder. Ao incorporar o conceito de hegemonia em sua análise, Cox abrange esses processos e atenta para o fato de que, nesse âmbito, ainda que se busque o consentimento, a ideologia, amparada pela hegemonia, muitas vezes não dá conta de velar as contradições existentes no sistema.

Tais contradições são reveladas na relação dialética entre a estrutura e a superestrutura, ou seja, no universo do bloco histórico ou da estrutura histórica, como Cox (1981) a denominou. Essa relação dialética permite que os complexos Estados e a sociedade civil existentes sejam reconhecidos como elementos da ordem mundial. A estrutura histórica é composta por três forças principais, sendo elas: 1) capacidades materiais (como tecnologia, recursos acumulados), 2) ideias (sendo elas apresentadas em dois tipos, “significados intersubjetivos”, que superam as divisões sociais, e “imagens coletivas”, ligadas a grupos específicos, como religiosos e étnicos), e 3) instituições (que tendem a proteger a ordem em que está inserida).

Três categorias de forças (expressas como potenciais) interagem em uma estrutura: recursos materiais, ideias e instituições. Nenhum determinismo unidirecional precisa ser assumido entre estas três forças, os relacionamentos podem ser assumidos como recíprocos. A questão de em qual direção as linhas de força apontam é sempre uma questão histórica a ser respondida por um estudo de um caso particular (COX, 1981, p.135-136)²².

²² “Three categories of forces (expressed as potentials) interact in a structure: material capabilities, ideas and institutions. No one-way determinism need be assumed among these three; the relationships can be assumed to

Essa nova perspectiva permite ao analista diminuir a importância dada aos limites territoriais dos países, o que redefine a articulação das forças sociais e do próprio Estado no contexto global, contemplando os mais diversos atores, como a sociedade civil e seus segmentos, como os movimentos sociais, que definirão, juntamente com as demais forças, a ordem mundial em vigor. Desse modo, o modelo de estrutura histórica é a maneira com que Cox (1981) procurou aplicar os conceitos de Gramsci nas Relações Internacionais, sendo tal compreensão utilizada nesse estudo para a análise dos movimentos sociais “contra-hegemônicos”.

3 Movimentos sociais “contra-hegemônicos” na dinâmica global

A atuação global de movimentos sociais de resistência é um objeto de estudo relativamente novo na área de Relações Internacionais, bem como a sua análise no âmbito da discussão acerca dos efeitos, sobretudo sociais, do processo de globalização. Até a década de 1990, a produção científica sobre o tema era relativamente restrita à área das Ciências Sociais, expandindo-se, a partir de então, para outras áreas do conhecimento por meio de um diálogo interdisciplinar. Essa expansão está inserida em uma mudança na estrutura do sistema internacional, propiciada pelo fim da Guerra Fria. Nas Relações Internacionais, tais mudanças se refletiram no debate teórico da disciplina, visto que essas transformações passaram a exigir da área novas abordagens teóricas que refletissem a mudança sistêmica. Assim, houve um deslocamento do foco analítico para outros atores que não o Estado (e as Organizações Internacionais formais), atores anteriormente relegados à margem pelo *mainstream* científico e acadêmico²³.

Com a inclusão desses novos atores, a relação dialética entre o nacional e o internacional ganhou evidência. Geograficamente, com o aprofundamento do processo da globalização, o espaço²⁴ ganha novas especificidades, adquirindo novas definições e

be reciprocal. The question of which way the lines of force run is always an historical question to be answered by a study of a particular case.” (COX, 1981, p. 135-136, tradução nossa).

²³ Destaca-se, na disciplina de Relações Internacionais, a abordagem analítica da atuação civil em arenas internacionais através do emprego conceitual de termos como “sociedade civil global” (WALZER, 2005; ANHEIER et. al., 2003) e “redes transnacionais de advocacia” (KECK; SIKKINK, 1998; MARCHETTI; PIANTA, 2007).

²⁴ O conceito de espaço é uma construção histórica e, desde a década de 1980, sob influência direta de Lefebvre (1992), é originado da noção de que o espaço é fruto das relações sociais, sendo elas formadoras do espaço.

características. Dentre elas, a imbricação entre as escalas²⁵ local e global, resultante da expansão do capitalismo como consequência do aprofundamento do processo da própria globalização, e a proeminência dos contrastes entre os diferentes espaços-tempos, tensionadas pelas diferentes racionalidades e temporalidades, são verificadas na emergência de movimentos “contra-hegemônicos”. Ou seja, acentua-se a imbricação entre o global e o local, de modo que sejam revelados os movimentos, que buscam pela resistência, o direito de preservação e reprodução de sua cultura, e do modo de produção local (SIMONETTI, 2006).

Assim, evidencia-se a estreita relação existente entre o global e o local, onde o global inclui o local e o local inclui o global por meio de uma relação dialética em que uma dimensão atua sobre a outra. Tal atuação ocorre nas duas direções, definindo-se reciprocamente ao exercerem e receberem influências mútuas. Logo, pode-se dizer que os atores que atuam no espaço global são influentes e influenciados, exibindo-se, dessa forma, sua dupla natureza. De tal modo, pode-se dizer que “não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização” (SANTOS, M., 2002, p. 337), onde o local comporta as relações sociais globais, constituindo-se em espaços da globalização. “Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.” (SANTOS, M., 2000, p. 106-107).

Essa integração ocorre por meio da globalização, um processo de conexão de diversas esferas, como a política e a social, processo esse que interligou diferentes países e sociedades. Entretanto, pode-se dizer também que a globalização é fruto da própria ação humana, de modo que esta é originada nas relações sociais que somos capazes de manter entre diferentes localidades, sendo que diferentes conjuntos de relações sociais originam diferentes fenômenos de globalização. Assim, essa capacidade de estabelecer diferentes conjuntos de relações sociais é que dá origem ao que denominamos de globalização (SANTOS, B. de S., 2002). Desse modo, tendo a globalização também como relações sociais que determinam tipos diversos de globalização, verifica-se a possibilidade de trabalhar com as dimensões espaciais da ação coletiva para além de seu significado geográfico, explorando-se, assim, a

Estas “acontecem no espaço, desdobram-se pelo espaço e, assim o fazendo, dão forma ao próprio espaço.” (MASSON, 2006, p. 446).

²⁵ Trabalhamos com a compreensão de que a escala é um atributo espacial das relações sociais, saindo da noção compartimentada da escala (local/regional, nacional/global). A escala é a abrangência do espaço, uma dimensão das relações sociais, já que esta é distendida ou refreada pelos atores coletivos, chegando a se estenderem transnacionalmente, dentro de espaços cada vez mais extensos.

potencialidade da utilização das novas contribuições da geografia humana e política no estudo dos complexos processos relacionados à atuação global da ação coletiva.

A princípio, a globalização não se constitui como um processo excludente. No entanto, esse processo, tal como tem ocorrido, intensificou a tensão entre o global e o local na medida em que foi introduzido um novo pacote de desenvolvimento, imbuído de novos valores, que se chocou com o que é local, uma esfera própria do lugar²⁶. A emergência da busca pela resistência à nova ordem global, encabeçada por movimentos “contra-hegemônicos”, é uma resposta local à tendência do global a se sobrepor, de modo predominante, às lógicas locais. Assim, verifica-se que a atuação desse ator coletivo observa a relação entre o particular e o universal ao propor soluções locais aos problemas percebidos como globais e que, através da busca pela resistência, objetiva a manutenção e reprodução das práticas locais.

Desse modo, percebe-se que o processo de globalização não ocorre sem a produção de resistências, ocorrendo um processo simultâneo, por um lado, da reprodução ampliada do capital, e, de outro, de emergência de novas forças sociais que ampliam suas articulações para além do território nacional, transnacionalizando sua atuação e luta, de origem local, mas com resposta global. Assim, os conflitos locais são evidenciados pela atuação dos movimentos de resistência global, que resistem ao modelo dominante imposto pela globalização neoliberal²⁷ que desconsidera a multiplicidade de valores, de modos de viver, existentes nos mais diversos lugares, próprios da escala local.

A globalização neoliberal impactou profundamente as relações sociais, com o aumento da concentração de riqueza gerada no sistema e, conseqüentemente, da marginalização social. Os 20% mais ricos da população mundial dispõem de uma renda 82 vezes maior que a dos 20% mais pobres, sendo que “dos seis bilhões de habitantes do planeta, apenas 500 milhões vivem na fartura, enquanto 5,5 bilhões continuam a passar necessidades” (RAMONET, 2002). Com essa polarização entre os ricos e os pobres, os grupos sociais mais vulneráveis

²⁶ Compreendemos que o lugar comporta todo um cenário cultural, ambiente onde são materializados os conhecimentos que vinculam o ser humano ao mundo e àqueles que nele habitam, sendo isso o sustentáculo da identidade estabelecida entre o sujeito e o recinto em que reside.

²⁷ Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005), a globalização neoliberal “[...] corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, a dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais, e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país.” (SANTOS, B. de S., 2005, p. 11).

encontram na luta por suas particularidades, expressa também no seu modo singular de produção, uma maneira de resistir a essa nova lógica que não é própria do local. Tal resistência é também propositiva, vista por alguns teóricos como uma fonte de onde podem surgir alternativas, essas baseadas em projetos mais equitativos de sociedade. (COX, 1999).

À política de globalização neoliberal é preciso opor uma política de resistência ao diktat dos que repetem incessantemente que não há alternativa. O capitalismo, o neoliberalismo, a globalização predadora não são o fim da história. Nem o único caminho da história. (NUNES, 2005, p. 92, grifos do autor).

Nesse sentido, diante do aprofundamento do processo da globalização neoliberal, e de suas consequências, movimentos de resistência tem buscado atuar globalmente em espaços políticos que outrora eram somente ocupados pelos Estados e pelas organizações internacionais formais, estas últimas como agentes da soberania do Estado. Assim, pode-se dizer que o movimento de resistência também se globaliza. Tal globalização se apresenta em decorrência da relação dialética entre o aprofundamento do processo de deslegitimação de uma hegemonia, aquela representada pela globalização neoliberal, e a atuação de forças sociais de resistência à dinâmica capitalista global. A mobilização dessas forças sociais tem se dado por meio de redes de atuação da sociedade civil²⁸, como as Organizações Não-Governamentais e os movimentos sociais, e pelos meios de comunicação, principalmente a internet (GOHN, 2007).

O movimento antiglobalização [, ou “contra-hegemônico”,] criou um novo ator sociopolítico de caráter mundial que pautou, na agenda dos grandes problemas internacionais, um dos maiores desafios para o século XXI [...]. Ele fez isso ao denunciar as contradições existentes entre a voracidade da globalização econômica no plano das nações e seus mercados, e os efeitos destrutivos da globalização no plano cultural, no nível local. (GOHN, 2007, p.34).

Em relação à organização política, os movimentos de resistência se constituem através de estruturas variadas, sendo sua heterogeneidade uma de suas principais características. O que move as causas são questões diversas, como direitos humanos, meio-ambiente, gênero, religiosas, etc. Eles são produtos de “forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campos de atividades e de experimentação social, e essas atividades são como fontes geradoras de criatividade e inovações sócio-culturais.” (GOHN, 2007, p. 13-14). O movimento de resistência global, ou antiglobalização,

²⁸ Para maiores informações sobre a atuação da sociedade civil em redes, consulte “A sociedade em rede” de Manuel Castells (1999).

se constitui como uma força em movimento, e, por meio de sua atuação, posiciona-se de modo contraposto às políticas estabelecidas no nível internacional que incidem no local de maneira dominante e homogeneizante.

Essa força em movimento tem origem na busca pela autonomia e é manifestada pela ação, democrática e inclusiva, e pelas proposições dos movimentos. Embora diverso, existe uma percepção de opressão e/ou exclusão que aparece como denominador comum dentre os diferentes movimentos, e de tal percepção emerge a consciência de que a superação dos conflitos gerados pela globalização ocorrerá por meio da resistência de grupos sociais capazes de atuar nas demandas existentes entre o local e o global.

Diante disso, pode-se observar uma aproximação entre o global e local na medida em que esses movimentos permitem a construção de identidades baseadas no coletivo, superando as fronteiras dos Estados através de uma causa comum (“fatores externos”), agrupando diversas lutas derivadas do eixo da globalização. Assim,

o processo atual de mundialização se cartografa pelo embate entre o processo de globalização e às vezes despercebidas manifestações locais. Vivencia-se uma condição planetária pontuada por intervenções locais, regionais, cujas intensas variações determinam a imbricação do local e global. O lugar se recria na articulação do mundial. Do lugar fluem as diferenças e ao lugar reflui simultaneamente a mundialização (SIMONETTI, 2006, p. 01).

Nesse sentido, um dos grandes desafios que se impõe aos movimentos de resistência global recai sobre sua principal característica, precisamente a sua heterogeneidade. Cabe a esses movimentos a tarefa de criar uma identidade dentre a diversidade dos grupos sociais que lutam globalmente contra as consequências da globalização neoliberal em escala local, de modo que possam convergir suas ações no planejamento e atuação com vistas à construção de um movimento mais amplo de resistência, onde fosse possível uma maior aglutinação de forças sociais subalternas que dispõem de uma visão de mundo comum ao se construírem à hegemonia do neoliberalismo. Assim, eventualmente, poderiam sintetizar os elementos necessários à constituição de um novo bloco histórico, por meio da permeabilidade do grupo que se pretende hegemônico ao estabelecimento de alianças com outros grupos sociais que possuem demandas normativas, desde o âmbito das sociedades nacionais.

Considerações Finais

Gramsci, ao refletir particularmente sobre o contexto político italiano no início do século XX, não objetivava contribuir para os estudos realizados na área de Relações Internacionais. Antes, concentrou-se na problemática do fascismo e no que considerou necessário para a construção de uma forma estatal alternativa, fundamentada no comprometimento da classe trabalhadora com a construção de uma ordem social popular, circunscrevendo sua teoria ao âmbito nacional. No entanto, no início da década de 1980, especificamente na área de Relações Internacionais, surgiram trabalhos que partiam da perspectiva materialista histórica para abordar as dinâmicas da ordem mundial, tendo, por base, o esforço de tradução metodológica dos conceitos gramscianos por teóricos dessa disciplina, possibilitando, assim, a aplicação das categorias analíticas empregadas por Gramsci no âmbito nacional para a arena propriamente internacional.

Dentre os teóricos que trabalham na tradução dos conceitos gramscianos para a análise da dinâmica global, encontra-se Robert Cox. Utilizando-se dos conceitos formulados por Gramsci, este autor desloca o foco do debate político da disciplina para a formulação de uma teoria da ordem hegemônica e da mudança histórica. Nesse sentido, mais do que uma teoria voltada para a manutenção das relações sociais de poder, o resgate dos conceitos gramscianos e sua aplicação nas Relações Internacionais possibilitou o questionamento da ordem vigente ao voltar-se às possibilidades de sua transformação.

Assim, partindo da perspectiva gramsciana, este artigo desenvolve uma reflexão teórica sobre a emergência de novos atores que atuam globalmente a partir da percepção de que alguns conflitos instalados em escala local demandam uma resposta global. Nesse sentido, abordamos, do ponto de vista analítico, a atuação global de movimentos sociais de resistência pela perspectiva dos conceitos gramscianos de sociedade civil, hegemonia e bloco histórico, abordagem essa resultante do esforço de tradução metodológica desses conceitos para o campo das Relações Internacionais.

Ao se optar pela realização de um estudo sob a perspectiva gramsciana, a escolha recai sobre a atuação política de grupos sociais subalternos que ambicionam a modificação do *status quo* em prol do estabelecimento de uma ordem mais equitativa. Nesse sentido, faz-se necessária a observação da função exercida pela ideologia no desdobramento do processo de construção da hegemonia em um espaço onde se processa o consenso e o conflito, ou seja, no

domínio da própria sociedade civil. Assim, a sociedade civil é estabelecida, fundamentalmente, como um espaço onde é construído o consenso e onde se processa a resistência, a “contra-hegemonia”.

Para Gramsci, o Estado é co-constituído pela sociedade política e a sociedade civil, sendo esta concepção conhecida como ampliada em relação à concepção de Estado de Marx. Para Marx, o Estado é formado somente pela sociedade política, ou seja, pelo aparelho burocrático e coercitivo, sendo a sociedade civil pertencente à estrutura, ou esfera econômica, e entendida como *locus* onde se processa a luta de classes. Gramsci, ao incorporar a sociedade civil à superestrutura, ou esfera política, passa a entendê-la não somente a partir de um espaço onde ocorre a luta de classes, mas também onde se processa a hegemonia, passando o Estado a ser entendido em seu sentido ampliado (sociedade política + sociedade civil).

Ao compreender o Estado como um todo constituído organicamente pela sociedade política e a sociedade civil, entende-se que a atuação internacional do Estado se dá a partir da atuação de seus elementos constitutivos, ou seja, tanto a sociedade política como a sociedade civil atuam internacionalmente. Essa atuação reflete as tensões e os conflitos entre as escalas global e local, que passam a abrigar uma arena propriamente transnacional onde se processa a disputa pela posição hegemônica no âmbito da sociedade civil internacional e na sua materialidade, as organizações internacionais formais.

Assim, os conflitos que se processam nacionalmente, na imbricação entre o local e o global, se transnacionalizam a partir da percepção de que tais tensões são desencadeadas por meio da introdução da lógica global no local, lógica essa que obedece às motivações distantes, portanto, desconectada da lógica do lugar. Incluídos em um bojo conceitualmente mais genérico, o de sociedade civil, os movimentos sociais buscam resistir à lógica da hegemonia da globalização neoliberal, a partir da afirmação de sua própria visão de mundo, derivada do lugar. Desse modo, verifica-se que o processo de globalização não se aprofunda sem a produção de resistências, que emergem a partir da ampliação de suas articulações, tendo as escalas local e global como arenas onde se processam suas ações contestatórias e propositivas, e a hegemonia neoliberal, ou seja, espaços onde se processa a construção, e a desconstrução, do consenso que ampara a hegemonia.

Nesse sentido, um dos grandes desafios que se coloca aos movimentos sociais de resistência é a tarefa de construir uma identidade dentre a diversidade de movimentos que atuam globalmente contra as consequências locais da globalização neoliberal, buscando-se a

constituição de um movimento mais amplo de resistência por meio da convergência de suas ações. Assim, seria possível a aliança de forças sociais a partir de uma visão de mundo comum ao se constituírem como um bloco de resistência à hegemonia do neoliberalismo, podendo-se, eventualmente, sintetizar os fatores necessários para construção de um novo bloco histórico, desde que permeáveis ao estabelecimento de alianças, desde o âmbito das sociedades nacionais, com forças sociais que possuem, também, suas demandas normativas.

Esse momento de “trinca” no bloco histórico, denominado de crise orgânica por Gramsci, se expressa, politicamente, na crise de hegemonia, momento em que o bloco histórico não mais se encontra ideologicamente amparado, ou seja, configura-se como um bloco histórico não-hegemônico em que os conflitos e tensões são revelados por meio do dissenso. Assim, dado que o Estado inclui a sociedade civil, a “trinca” se transforma em crise orgânica quando a posição hegemônica não mais se processa pelo consenso dos grupos sociais, mas sim pela coerção, o que deslegitima o bloco histórico por meio da manifestação do dissenso ideológico que amparava a então hegemonia, abrindo-se a possibilidade de emergência de um novo bloco histórico amparado por uma nova ideologia.

Nas relações internacionais, o fim de uma ordem internacional se processa de modo mais complexo. Trata-se de uma somatória de crises orgânicas, desde o âmbito das sociedades nacionais, a uma profunda crise orgânica do bloco histórico internacional, desagregando os grupos sociais que mantinham a aliança ideológica em torno da hegemonia. Para a consolidação de uma nova hegemonia seriam necessárias modificações estruturais e superestruturais, amparadas na nova ideologia por meio da qual seria possível reconfigurar o bloco histórico, já que os fenômenos estruturais, como a política e os valores propagados, se expressam, na estrutura, em termos de condições de produção. Segundo Cox, para alcançar a posição hegemônica, a força social deve expandir um modo de produção em âmbito global, que, detendo o controle do capital, produz um modo particular de relações sociais de produção, reflexo de sua expressão ideológica superestrutural.

Ao abordarmos a sociedade civil internacional a partir da dinâmica *bottom-up*, partimos da premissa de que qualquer grupo social que a constitui possui a capacidade de tornar-se hegemônico, dependendo de sua habilidade em estabelecer alianças ideologicamente amparadas, expressas politicamente no consentimento. Assim, diferentemente das abordagens racionalistas das Relações Internacionais, em que a hegemonia repousa sobre o poder relativo de um Estado em relação aos outros, para Gramsci, a posição hegemônica é alcançada pela

“contra-hegemonia” por um consenso ideológico, consenso esse que conformaria o novo bloco histórico através do consentimento das demais forças sociais, que consentiriam a essa conformação na expectativa de que seus interesses sejam convergentes aos interesses da nova hegemonia.

Dessa maneira, ao partir da perspectiva gramsciana, acreditamos que a importância desse trabalho esteja na busca de maior inserção do tema aqui tratado na agenda de Relações Internacionais, e esse fato se deve ao tratamento dos movimentos sociais de resistência como atores desse cenário, que com seus fluxos e refluxos se constituem em um campo de força social e política que impulsionam as transformações na sociedade em nível mundial. Desse modo, almejamos compreender os mecanismos que permitem a manutenção e a alteração do *status quo*, focando-se na instrumentalização da teoria para a atuação de forças sociais de resistência e luta contra um discurso dominante de subordinação política-social.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, [1947] 1985.

ANHEIER, H.; GLASIUS, M. and KALDOR, M. **Global Civil Society**. Oxford: Oxford University, 2001.

BARATTA, G. Traducibilidade e contraponto: Gramsci intelectual europeu. In: _____. **As rosas e os Cadernos** – O pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 225-241.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987a.

_____. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**, [1939]. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLÁS, A. **International civil society**: social movements in world politics. Cambridge: Polity, 2002.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 02, p. 126-155, 1981

_____. **Power, production and world order**: social forces in the making of history. Nova York: Columbia University, 1987.

_____. Gramsci, hegemony and International Relations: an essay in method. In: GILL, S. **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Toronto: York University, 1993.

_____. Civil Society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. **Review of International Studies**, v.25, p.3-28, 1999.

GERMAIN, R. D.; KENNY, M. Engaging Gramsci: international relations theory and the new gramscians. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 24, p. 3-21, 1998.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 13-32.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 2000.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HERZ, M. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 jul. 2012.

HOFFMANN, S. An american social science: International Relations. **Daedalus**, v. 106, n. 3, p. 41-60, 1977.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders**. New York: Cornell University Press, 1998.

MARCHETTI, R.; PIANTA, M. **Understanding Networks in Global Social Movements**. Urbino: University of Urbino, 2007.

MASSON, D. Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres. **Caderno CRH**, Salvador: Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, v. 19, n. 48, p. 445-459, set./dez. 2006.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci: hegemon and passive revolution in the global political economy**. Londres: Pluto, 2007.

MURPHY, C. N. **International organization and industrial change: global governance since 1850**. Cambridge: Polity, 1994.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NUNES, A. J. A. A constituição européia - a constitucionalização do neoliberalismo. **Revista Latino-americana de estudos constitucionais**, n. 6, jul/dez de 2005, p. 49-120.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUTNAM, R. Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games. **International Organization**, v.42, n. 3, 1988, p. 427-469.

RAMONET, I. Rumo a uma sociedade guerra social planetária? In: CASTRO, A. C. **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo**. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, 2002.

RAMOS, L. Materialismo histórico e estudos internacionais. **Temas Gramsci**, Jan. 2006. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=454>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SANTOS, B. de S. **As tensões da modernidade**, 2002. Disponível em:
<<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/boaventura.php>>. Acesso em: 01 set. 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SEMERARO, G. A concepção de sociedade civil. In: SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 69-100.

SIMONETTI, M. C. L. **Entre o local e o global**: o movimento dos Sem-terra e a Via Campesina. Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais UNIARA, 2006. Disponível em:
<http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessao4/01_Mirian.doc>. Acesso em: 10 ago. 2010.

SINCLAIR, T. J. Beyond international relations theory: Robert W. Cox and approaches to world order. In: _____; COX, R. W. **Approaches to world order**. Cambridge: University of Cambridge, 1996.

SMITH, S. **International Relations**: British and American perspectives. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

WALZER, M. **Towards a Global Civil Society**. Providence: Berghahn Books, 1995.

Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais

Adriane de Sousa Camargo

“Contra-hegemonia” e a Sociedade Civil nas Relações Internacionais –

O Caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana

São Paulo
2013

Adriane de Sousa Camargo

**“Contra-hegemonia” e a Sociedade Civil nas Relações Internacionais – O
Caso da Via Campesina por uma perspectiva gramsciana**

Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: João Paulo Cândia Veiga

Com apoio da CAPES

São Paulo
2013

Resumo

A ação política internacional da sociedade civil caracteriza-se como um fenômeno recentemente estudado nas Relações Internacionais, desempenhando papel relevante nas perspectivas que valorizam processos *bottom-up*, diferentemente dos enfoques estadocêntricos clássicos que estimam dinâmicas *top-down*. A abordagem da sociedade civil a partir da perspectiva gramsciana permite ao analista focar o potencial que essa possui de transformação da ordem estabelecida. Dentro do âmbito da sociedade civil, temos os movimentos sociais que atuam nas arenas internacionais de negociação e lutam, por meio da busca pela resistência, contra a hegemonia da globalização neoliberal. Desse modo, através de sua atuação global, os movimentos sociais de resistência buscam ampliar sua esfera de consenso em torno de projetos alternativos de desenvolvimento. Dentre os movimentos sociais que atuam globalmente, temos a Via Campesina que, atuando junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, tem projetado um discurso alternativo ao capitalista vigente nas políticas agrícolas internacionais, discurso esse proveniente do meio não-urbano, consubstanciado pelo conceito de Soberania Alimentar. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva mostrar alguns resultados da análise dessa interação, focando a questão da transgenia e o contraponto que a Via Campesina estabelece à atual concepção de Segurança Alimentar defendida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Privilegiamos a análise a partir da perspectiva da Teoria Crítica, procurando abordar como a sociedade civil, traduzida de termos gramscianos, pode influenciar a hierarquia política internacional ao se constituírem em atores internacionais através do questionamento da ordem social capitalista global e hegemônica.

Palavras-chave: Via Campesina; Gramsci; Sociedade Civil; Hegemonia; Soberania Alimentar.

Abstract

International political action of civil society is characterized as a phenomenon recently studied in International Relations, playing an important role in the perspectives that value bottom-up processes, differently from the classical state-centric approaches which estimate top-down dynamics. From the Gramscian approach of civil society it is allowed to the analyst to focus on the potential that approach has to transform the established order. Within the framework of civil society, there are social movements acting on international negotiation arenas and they struggle, by resistance pursue, against the hegemony of neoliberal globalization. Thus, through their global action, the resistance social movements seek to broaden their sphere of consensus on alternative development projects. Among the social movements that act globally, there is La Vía Campesina that, playing within Food and Agriculture Organization , has designed an alternative discourse to the existing capitalist present in international agricultural policies, discourse originated in a non-urban environment, embodied by the concept of Food Sovereignty. In this sense, this paper aims to demonstrate some results of the analysis of this interaction, focusing on the issue of the transgenic and the counterpoint that La Vía Campesina establishes to the current conception of Food Security defended by the Food and Agriculture Organization. In this paper, it is privileged the analysis from the Critical Theory perspective, seeking to approach how civil society, translated from Gramscian terms, can influence the hierarchy of international politics by constituting itself in international actors through questioning the capitalist and hegemonic global social order.

Keywords: La Vía Campesina; Gramsci; Civil Society; Food Sovereignty.

Introdução

Após o término da Segunda Guerra Mundial, é possível identificar duas configurações no cenário mundial, o bloco histórico neoliberal (COX, 1993), ou bloco histórico internacional como também foi denominado (GILL; LAW, 1993), que vigorou até o final da década de 1960, e a emergência do atual bloco histórico, o bloco histórico transnacional. De modo sintético²⁹, a conformação do bloco histórico neoliberal foi possível por meio da emergência de forças sociais dos Estados Unidos da América (EUA) que se articularam com forças sociais europeias, formando-se, assim, o que foi denominado de uma comunidade política transatlântica (*transatlantic political community*) (GILL; LAW; 1993).

Dentre as forças sociais dominantes desse bloco histórico, havia as denominadas frações do capital produtivo e financeiro, representados por banqueiros e industriais; os elementos do aparato estatal, representados pelos militares e burocratas; a mão-de-obra organizada em sindicatos; e partidos políticos de coalizões centristas. A essas forças somam-se ainda as forças dominantes provenientes de Estados periféricos, mesmo que assumindo papéis secundários frente às demais forças dominantes. Sob a hegemonia dos EUA, ao incluir forças sociais diversas e entranhando-se nas estruturas materiais e normativas das sociedades nacionais, o bloco histórico neoliberal apresentava-se para além de uma simples aliança entre interesses capitalistas de diferentes países (GILL; LAW, 1993). As alianças eram realizadas com o objetivo de conter o avanço socialista e sua estabilidade possibilitou o desenvolvimento de uma economia global, legitimada pela garantia do respeito às regras de uma ordem econômica mundial promovida pelo sistema de Bretton Woods³⁰, que foi internalizada pelas demais forças como um processo natural de integração mundial, tendo as organizações internacionais, dentre elas o sistema de agências de organizações da ONU, como canais de promoção de valores e ideologias neoliberais (COX, 1993).

²⁹ Para mais informações sobre os blocos históricos identificados após o final da Segunda Guerra Mundial, consulte os artigos “*Structural issues of global governance: implications for Europe*” e “*Global hegemony and the structural power of capital*”, de Robert Cox (1993), e Stephen Gill e David Law (1993), respectivamente. Ambos os artigos estão disponíveis na obra “*Gramsci, historical materialism and international relations*”, organizada por Stephen Gill.

³⁰ O Sistema de Bretton Woods foi um aparato institucional de gerenciamento econômico internacional que estabeleceu as regras dirigidas às relações comerciais e financeiras internacionais, sendo o primeiro do tipo a estabelecer uma ordem monetária negociada que objetivasse facilitar as relações monetárias entre os Estados nacionais.

Contudo, com a ampliação gradual da mobilidade do capital em geral, e a importância do capital financeiro, em particular, além da progressiva internacionalização do Estado, reflexos da intensificação da própria globalização neoliberal, o bloco histórico neoliberal se reestruturou, emergindo, assim, o chamado bloco histórico transnacional (COX, 1993; GILL; LAW, 1993). Mesmo dando continuidade ao projeto político-econômico do bloco histórico neoliberal, o objetivo do bloco histórico transnacional é a estabilidade e reprodução da ordem capitalista em escala global. Com uma maior abertura econômica, a propagação da ideologia e dos valores neoliberais foi favorecida. Essa abertura econômica foi acompanhada pela manutenção, mesmo com o fim de Bretton Woods³¹, do hábito do respeito às regras e normas internacionais que buscam a concordância dentre diferentes políticas econômicas nacionais, e pela permanência das instituições internacionais que operavam no bloco histórico anterior, como a ONU, como canais de promoção dos valores neoliberais.

Em consequência da intensificação da globalização neoliberal, ocorre uma reestruturação das sociedades nacionais e a emergência de uma nova configuração de forças sociais dirigidas por uma classe administrativa global (*transnational managerial class*) (COX, 1993). Com a emergência dessa nova configuração de forças sociais, o bloco histórico transnacional passa a comportar, como forças dominantes, a denominada fração transnacional da classe capitalista, ou classe administrativa transnacional, ou ainda burguesia proprietária transnacional (*transnational propertied bourgeoisie*) (ATTAR, 2011), representada pelos proprietários do capital transnacional e das instituições financeiras privadas; técnicos e burocratas estatais ou de instituições internacionais; e a classe média, que protege as forças dominantes da insurgência dos excluídos e dos empobrecidos pela globalização neoliberal (COX, 1993; GILL; LAW, 1993).

Todavia, em virtude do aprofundamento do processo de globalização e da emergência de resistências decorrentes dos conflitos e tensões geradas na imbricação entre as escalas global e local, o bloco histórico transnacional tem encontrado dificuldades na reprodução da hegemonia disseminada pela burguesia proprietária transnacional. Em razão do aprofundamento da crise de legitimidade produzida pela dificuldade em inserir as resistências locais na lógica que opera o bloco histórico transnacional, verifica-se a abertura, por meio de pressões e lutas civis de recorte *bottom-up*, de novas agendas de cooperação e conflito,

³¹O fim do Sistema de Bretton Woods ocorreu quando, em 1971, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, optou pela ruptura unilateral da conversibilidade dólar-ouro, passando o sistema financeiro internacional a operar com taxas de câmbio flutuantes.

resultado de arenas de negociação no âmbito das organizações internacionais onde atuam os grupos sociais, outrora excluídos ou marginalizados, como são os casos dos movimentos sociais de resistência.

Nesse sentido, através da perspectiva gramsciana para a consideração dos conceitos de “Sociedade Civil” e “Hegemonia” (GRAMSCI, 2000), procura-se abordar a inclusão dos movimentos sociais de resistência na atual dinâmica do capitalismo global, incluindo-os na agenda de pesquisa que valoriza atores civis não-estatais nas Relações Internacionais. Esse recorte analítico está inserido na área de Relações Internacionais que se dedica à globalização como variável independente, e seus efeitos na política internacional. No entanto, no caso em tela, o pressuposto de que o “global” e o “local” são categorias mediadas por uma relação dialética, não é possível precisar a globalização como a variável explicativa (independente).

Discutir a ascensão de movimentos sociais em arenas transnacionais e, ao mesmo tempo, discutir sobre sua atuação junto às Organizações Internacionais formais é um duplo desafio analítico para a área de Relações Internacionais. De um lado, estão os movimentos sociais de resistência, especificamente no caso de movimentos sociais rurais. De outro, destaca-se o papel desse ator em uma arena internacional formal, precisamente aquela de que trata das políticas agrícolas internacionais promovidas por Estados e organizações internacionais.

A combinação das duas variáveis sugere a possibilidade de uma “trinca” no bloco histórico transnacional. A combinação de movimentos sociais organizados em escala mundial, e a abertura à negociação de uma agenda política por parte de uma organização internacional formal indicam uma crise de legitimidade em que a abertura das arenas de negociação embutiria à decisão um caráter mais democrático dado a ampliação da multilateralidade com a inclusão de outros atores que não o Estado, legitimando a decisão tomada no âmbito da organização internacional perante a sociedade civil internacional.

A partir das considerações acima, optamos por recortar ainda mais o objeto de estudo e, dentro dele, selecionamos como estudo de caso o movimento social internacional do campo denominado de “Via Campesina”. A escolha se deve à relevância de sua ação política, de sua trajetória dentro dos chamados movimentos antiglobalização, e da projeção de suas demandas, majoritariamente, de camponeses e pequenos agricultores, atuando em contraponto às políticas agrícolas formuladas e implementadas, sobretudo, por governos nacionais, e organizações internacionais.

A Via Campesina é um movimento social internacional do campo, que nasce em 1993 e que, atualmente, possui abrangência quase global, sendo formada por 164 organizações de 79 países, reunindo, aproximadamente, 200 milhões de camponeses, entre trabalhadores agrários e coletores. Atuando em rede, a Via Campesina procura projetar internacionalmente as demandas de suas organizações-membros e, para tanto, vem desempenhando um papel ativo junto à FAO³².

Com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), e de suas agências especializadas, diversas questões da agenda política internacional passaram a ser de sua responsabilidade como, por exemplo, os temas agrícolas que passaram a ser definidos pela FAO. Durante a década de 1980, foram discutidos os *Direitos dos Agricultores* em virtude da crescente demanda pelos *Direitos dos Criadores de Plantas*. Embora reconhecido por diversos acordos internacionais, os *Direitos dos Agricultores* têm sido preteridos em relação aos *Direitos dos Criadores de Plantas*, estes últimos alinhados à opção dessa organização pelo modelo agrícola neoliberal. Como contraponto, durante a *Cúpula Mundial de Alimentação* de 1996 (CMA), a Via Campesina apresenta, pela primeira vez à sociedade, seu modelo alternativo de agricultura consubstanciado pelo conceito de “soberania alimentar”. Dada a amplitude desse conceito, a problemática relacionada aos direitos de propriedade intelectual sobre as sementes transgênicas corresponderia, em última instância, à violação aos *Direitos dos Agricultores* debatidos no âmbito da FAO. Dessa forma, a Via Campesina desenvolveu um modelo alternativo de desenvolvimento àquele preconizado pelo neoliberalismo hegemônico, que repousa sobre o conceito sociocultural de biodiversidade, e sobre a portabilidade do conhecimento tradicional pelo campesinato³³, e povos originários.

Para abordar tal tema, tratamos, primeiramente, da política neoliberal para a agricultura como a universalização de uma concepção hegemônica de mundo, e da emergência de movimentos sociais de resistência que intensificou a tensão entre as escalas local e global. Assim, na primeira parte, procuramos abordar o aprofundamento da internacionalização dos processos produtivos e a expansão das formas de dominação do capital no campo como aspectos resultantes da concepção hegemônica de agricultura

³²Ela tem também participado, cada vez mais, dos protestos ocorridos contra a Organização Mundial do Comércio, tendo como foco a questão do tratamento dos temas agrícolas nessa instituição. Para mais informações, consulte a obra “*La Vía Campesina: globalization and the power of peasants*” de Annette Desmarais (2007).

³³ Para a Via Campesina, o termo “camponês” é utilizado como conceito que denomina a unidade cultural dada às mulheres e aos homens que empregam sua força de trabalho na agricultura, compreensão essa também empregada neste trabalho.

propagada pela chamada “Revolução Verde”. Baseamo-nos, para essa discussão, nos conceitos gramscianos de concepção de mundo (GRAMSCI, 2001), e hegemonia (GRAMSCI, 2000a), nas considerações sobre o conceito de hegemonia e sua institucionalização e legitimação internacional desenvolvidas por Robert Cox (1981), Timothy Sinclair (1996), e Mohsen al Attar (2001). Além dos autores mencionados, trabalhamos também com as considerações sobre a transgenia de Vandana Shiva (2001), sobre a globalização neoliberal de Boaventura de Sousa Santos (2005) e Charles Pennaforte (2001), e com as considerações sobre as escalas local e global, e a emergência de movimentos sociais de resistência de Milton Santos (2002), e Mirian Simonetti (2006).

Na segunda parte do artigo, trataremos da constituição da Via Campesina e de sua atuação internacional por meio da elaboração do conceito de soberania alimentar, e como a fragilidade do consenso pode ser verificada na emergência de resistências à implementação do neoliberalismo na agricultura. Através da utilização dos conceitos de Antonio Gramsci de hegemonia e concepção de mundo e incluindo os de consciência de classe (GRAMSCI, 2000b), e crise orgânica (GRAMSCI, 2000a; PORTELLI, 1977), debruçamo-nos, para elaboração desse item, sobre documentos da Via Campesina (1993; 1996a; 2000; 2004; 2008; 2011; 2013), e nas considerações sobre a atuação de movimentos civis por Manuel Castells (1999), Maria da Glória Gohn (2007) e Annete Desmarais (2007), além das contribuições de Mohsen al Attar (2011) para a compreensão da estratégia de atuação internacional da Via Campesina.

Após o tratamento da constituição da Via Campesina e de sua atuação internacional por meio da elaboração do conceito de soberania alimentar, procuraremos abordar, na terceira parte deste artigo, a relação entre capitalismo, agricultura e direito por meio da demanda pela proteção legal das tecnologias voltadas à agricultura, e a relação estabelecida entre a Via Campesina e a FAO. Para tanto, tratamos do surgimento da FAO e seu estabelecimento como uma arena institucional de discussões sobre os *Direitos dos Agricultores* e sobre os *Direitos dos Criadores de Plantas*. Com o debate, evidencia-se o conflito entre a ideologia neoliberal do lucro sobre os direitos de propriedade dos recursos fitogenéticos e a ideologia camponesa de defesa do bem público e do caráter coletivo do conhecimento. Como resultado, constata-se a influência da Via Campesina junto à FAO através do poder de criação de agenda. Baseamo-nos, nessa discussão, em documentos da FAO (1983; 1986; 1987; 2001; 1989; 2010), da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011), o Convênio da Biodiversidade (MMA,

2000), a Agenda 21 (MMA, 1992) e em documentos da própria Via Campesina (2000), dentre outros.

A análise realizada neste artigo se insere na abordagem *bottom-up* das relações de forças que conformam o amálgama de diferentes atores da sociedade civil. Parte-se da perspectiva de que esta possui, intrinsecamente, a capacidade de transformação da ordem estabelecida, a partir do conceito de Estado “ampliado” e de bloco histórico de Gramsci e de seus intérpretes. Assim, ao optar pela perspectiva teórica gramsciana, optamos também pela compreensão da realidade internacional não somente em termos de poder, mas também pela apropriação e instrumentalização dos mecanismos que garantem a reprodução de uma hegemonia por parte de grupos sociais marginalizados ou excluídos da ordem mundial.

Desse modo, partindo da perspectiva da Teoria Crítica e dos esforços de tradução metodológica dos conceitos gramscianos para as Relações Internacionais, procura-se não somente analisar a atuação da Via Campesina como um movimento social de resistência nas relações internacionais, mas também apresentar a incompatibilidade entre o projeto hegemônico da FAO e a concepção de mundo da Via Campesina. A alternativa trata, na realidade, de um conceito não somente agrícola e alimentar, mas de desenvolvimento, permitindo que esse movimento internacional fosse incluído também em um movimento maior de luta contra a globalização neoliberal, denominado, genericamente, de movimento “antiglobalização”.

Nesse sentido, verifica-se a emergência de movimentos sociais de resistência como uma possível “trinca” em uma ordem capitalista hegemônica. Tratando-se especificamente da Via Campesina, sua gênese como um movimento social de resistência global estaria inserida nessa dinâmica, ao constituir-se através de objetivos totalmente distintos do bloco histórico transnacional, ou seja, contra a manutenção e reprodução ampliada do capital no ambiente rural. Assim, a Via Campesina resiste à lógica neoliberal que ampara o bloco histórico transnacional ao incorporar movimentos camponeses e indígenas de diversas partes do mundo na luta pela manutenção de suas particularidades em uma arena institucional de diálogo, especificamente, no caso tela, junto à FAO.

1 A Universalização de uma concepção de mundo: a neoliberalização da agricultura

Nas últimas décadas, houve o aprofundamento da internacionalização dos processos produtivos e da expansão das formas de dominação do capital no campo, favorecendo a concentração dos recursos produtivos e da produção de alimentos pelas grandes empresas ligadas ao agronegócio. Inserido no contexto de crise agrícola das décadas de 1970 e 1980, esse processo de internacionalização da agricultura foi favorecido pelo ideal da “Revolução Verde”³⁴, fenômeno marcado por uma política de liberalização internacional das produções agrícolas nacionais.

Mesmo com o aumento da produção de alimentos, os objetivos do programa em contribuir para o desaparecimento da fome e da desnutrição estão distantes de serem alcançados, continuando a atingir parte considerável da população mundial. São cerca de 868 milhões de subnutridos em 2010-2012 (FAO, 2013b), o que demonstra a fragilidade do sistema alimentar mundial. Idealizado pela FAO na década de 1960, esse novo modelo de agricultura baseava-se na utilização de sementes geneticamente modificadas, além de insumos industriais e da mecanização das lavouras, com vistas à redução das despesas do manejo e, ainda assim, a aumentar a produtividade do campo.

Entretanto, mesmo que a incorporação de novas técnicas de plantio tenha provocado um aumento na produtividade, essa incorporação desencadeou um aumento na concentração fundiária na maioria dos países menos desenvolvidos. Esse avanço excludente do capital nas áreas rurais provocou, ainda, a dependência tecnológica desses países em relação aos países mais desenvolvidos, onde eram realizadas as pesquisas e o desenvolvimento dos novos produtos agrícolas (FAO, 1997), buscando a reprodução da lógica que opera a substituição dos fluxos regenerativos de nutrientes e os ciclos de fertilidade da natureza pelos fertilizantes químicos e pela semente modificada (SHIVA, 2001).

O processo de aprofundamento das alterações que ocorreram no campo está incluído em um contexto maior do capitalismo internacional, qual seja, o da globalização neoliberal. Tal formato corresponde a um novo regime de acumulação do capital que o desvincula de suas forças sociais e políticas locais/nacionais, submetendo-as à lei do valor (SANTOS, B. de

³⁴ O termo “Revolução Verde” foi criado por William Gown em uma conferência realizada no ano de 1966 nos EUA. O modelo da Revolução Verde baseava-se no uso de sementes geneticamente modificadas, insumos industriais e na mecanização da lavoura, visando à redução das despesas ligadas ao manejo e, com isso, aumentar a produção de modo a sanar o *déficit* entre produção e consumo.

S., 2005). Como resultado, impactam-se profundamente as relações sociais com a acentuação da polarização entre ricos e pobres, em consequência da concentração de riqueza gerada pelo sistema (PENNAFORTE, 2001).

Inserida nesse contexto, a produção agrícola se modifica e passa a desempenhar diferentes funções, passando de um modelo de substituição de importações para um modelo orientado ao comércio internacional. Nesse sentido, verifica-se um aumento na produção/produktividade agrícola, aumento esse fundamentado na monocultura e na concentração fundiária do cultivo em bolsões territoriais. Controlado por grandes empresas agro-processadoras e exportadoras, o modelo agrícola neoliberal promove a pobreza rural e a diminuição da empregabilidade no campo, além de causar a dependência das populações tradicionais em relação às grandes corporações que controlam o mercado de sementes e fertilizantes. Tal modelo representa um desafio à segurança alimentar global, visto que a agricultura camponesa é responsável por aproximadamente 90% da produção alimentar mundial (PUBLIC CITIZEN, 2003). Um êxodo rural em grandes proporções provocaria o decréscimo da produção, colocando em risco a nutrição da população como um todo. Somente na África Subsaariana e na Ásia, 80% das terras agrícolas são geridas por pequenos agricultores e camponeses que, mesmo fornecendo 80% do abastecimento alimentar dessas regiões, têm sua viabilidade econômica ameaçada por forças competitivas globais que integram áreas econômicas diversas (FAO, 2012).

Para que esse modelo agrícola fosse imposto internacionalmente, foi estabelecida uma estreita ligação entre o direito internacional e as práticas agrárias de produção. As normas internacionais refletem uma determinada concepção econômica e social de mundo, sendo que, no que concerne à agricultura, tal concepção é expressa no atual modelo de desenvolvimento agrícola. Para Gramsci, a própria história se desenvolve em meio a lutas de diferentes modos de pensar e agir, ou seja, em lutas desencadeadas por distintas concepções de mundo (GRAMSCI, 2001), que possibilitam um exercício de maior ou menor liberdade na medida em que ocorre a tomada de consciência dos determinantes históricos que se apresentam. No tocante à agricultura contemporânea, pode-se dizer que diversas concepções de mundo podem ser definidas em torno das diferentes perspectivas que são assumidas em relação ao capitalismo e à tecnologia, e à sua nova expressão no cenário internacional.

Os avanços tecnológicos durante o século passado desequilibraram a produção industrial a partir de seus limites espaços-temporais, facilitando a integração global de ambos os processos produtivos e as

trocas financeiras. De fato, o capitalismo começou a funcionar para além do quadro do Estado-nação, mudando-se o lócus de controle das classes capitalistas nacionais para a burguesia proprietária transnacional (ATTAR, 2011, p. 115)³⁵.

Essa “burguesia proprietária transnacional”, buscando o consenso para o estabelecimento de uma nova ordem, procurou a universalização de sua concepção de mundo, baseada na acumulação privada e no consumo individual, favorecendo, assim, os interesses específicos de classe, interesses que possuem sua expressão político-econômica no neoliberalismo. Essa universalização de concepção de mundo deve se apresentar como expressão ideológica da sociedade como um todo, através da incorporação de reivindicações e interesses dos grupos sociais subalternos, buscando incorporá-los à lógica da concepção de mundo dominante (BIANCHI, 2008). Entretanto, a concepção de mundo neoliberal não é a única que se expressa na agricultura, estabelecendo-se, assim, lutas e resistências entre os diferentes modos de agir e pensar.

O aprofundamento do atual processo de globalização intensificou a tensão entre as escalas local e global na medida em que foram introduzidas políticas de desenvolvimento que operavam em lógica diversa daquelas verificadas em escala local. Essa dinâmica acentuou a contradição entre o local e o global, conflito esse que abriu a possibilidade para a emergência de novos movimentos sociais que buscam resistir à força do capital, e garantir o direito de preservar sua cultura e modo local de produção (SIMONETTI, 2006), de maneira que o local se expressa, simultaneamente, como “o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, M., 2002). Assim, verifica-se que o processo de globalização, e a busca pela universalização de sua concepção de mundo, não ocorre sem a produção de resistências, onde novos atores ocupam novas arenas em processos contra-hegemônicos, pela defesa de suas próprias concepções de mundo.

Em relação ao campesinato, sua concepção de mundo compreende o “*ethos* camponês”³⁶, sendo esse amparado técnica e socialmente pela portabilidade coletiva do conhecimento tradicional, e na produção do alimento como vetor de sua reprodução social³⁷.

³⁵ “Technological advances during the last century unhinged industrial production from its temporal-spatial boundaries, facilitating the global integration of both productive processes and financial exchanges. Indeed, as capitalism began to operate beyond the nation-state framework, the locus of control shifted from national capitalist classes to a transnational propertied bourgeoisie” (ATTAR, 2011, p. 115, tradução nossa).

³⁶ Trabalhamos com o termo “*ethos* camponês” na perspectiva de que tal é resultante de sua ética moral que repousa sobre a característica da terra como ativo social (terra de trabalho).

³⁷ O termo “reprodução social” é aqui utilizado como conceito que denomina o processo pelo qual as gerações compartilham, sucessivamente, suas concepções de mundo. Assim, quando nos referimos à reprodução social do campesinato, sintetizam-se as formas pelas quais as sucessivas gerações camponesas compartilham sua

Nesse sentido, percebe-se a rejeição da separação entre a agricultura e a sociedade, uma das bases do capitalismo moderno e de sua concepção de mundo centralizada na acumulação. Para o neoliberalismo, a produção agrícola é tratada como qualquer outro tipo de produção industrial, separada de sua conotação cultural. Enquanto que, para a lógica camponesa, o uso da terra é extensamente proporcional à provisão e autonomia de sua produção, para o neoliberalismo, a propriedade privada da terra é uma ambição de mercado.

[...] tanto a mentalidade neoliberal quanto a camponesa transmitem distintas concepções de mundo. [...] Pessoas que experimentam condições e posições similares em uma determinada estrutura social são propensas a compartilhar expectativas normativas e, assim, concepções resultantes desse compartilhamento (ATTAR, 2011, p. 119)³⁸.

Assim, verifica-se que, construídas sobre subjetividades distintas, diferentes concepções de mundo se traduzem nas lutas dentre diversos grupos sociais que buscam a universalização de sua concepção de mundo particular, luta essa que Gramsci denominou de luta pela hegemonia (GRAMSCI, 2000a). Partindo dessa perspectiva, o relativo sucesso do neoliberalismo como concepção hegemônica de mundo não se deu somente por meio de sua integração tanto às políticas nacionais como às internacionais, mas também através do consentimento dos demais grupos sociais.

Concentrando-se na arena internacional, o estabelecimento do sistema legal ocorre de forma a cristalizar a estrutura social sob a égide do grupo dominante, operando, concomitantemente, consensual e coercitivamente, ao instruir os grupos sociais das virtudes de seu cumprimento. Assim, verifica-se que o processo de luta entre os diversos grupos sociais ocorre, internacionalmente, dentro ou em torno das instituições internacionais (SINCLAIR, 1996), que se estabelecem como “âncora” para a estratégia hegemônica do grupo dirigente, prestando-se à representação de interesses diversos e para a universalização da política (COX, 1981). Desse modo, o consentimento, nas relações internacionais, se dá por intermédio da institucionalização e da constituição da legitimidade por meio da habilidade da hegemonia em estabelecer acordos internacionais por meio de mecanismos que legitimem seu próprio poder.

concepção de mundo por meio do compartilhamento do conhecimento tradicional, este ocorrendo, sobretudo, através do modo pelo qual o alimento é produzido.

³⁸ “[...] both neoliberal and peasants mindsets convey distinct conceptions of the world. This difference is hardly surprising. People who experience similar conditions and occupy similar positions within a given social structure are likely to share normative expectations and thus resultant conceptions” (ATTAR, 2011, p. 119, tradução nossa).

Nesse sentido, o direito internacional promove o consentimento, auxiliando a reprodução da ideologia unificadora – nesse caso, o neoliberalismo, – e a legitimação de estruturas que permitem ações coercitivas, como sanções ou negação de apoio financeiro, ações consideradas necessárias diante de resistências à reprodução da concepção hegemônica dominante (ATTAR, 2011). Assim, verifica-se a orientação normativa do direito internacional como cristalizadora da política baseada em uma racionalidade econômica particular, operada por agentes dos Estados nacionais, as Organizações Internacionais formais.

Em termos neoliberais, o sistema econômico deve ser pautado na autonomia e no desprendimento social, de modo que o direito deva ser orientado para a construção de mecanismos legais que privilegiem a fixação dos direitos de propriedade em nível mundial, o que é traduzido para a esfera pública, no tocante à agricultura, na mercantilização do que outrora era concebido como patrimônio dos povos, como a semente, o território, a biodiversidade, e na instrumentalização de instituições internacionais para a propagação dessa ideologia privada, como no caso dos *Direitos dos Criadores de Plantas* debatidos no âmbito da FAO.

Em sua criação em 1945, a FAO se constituiu como uma arena intergovernamental privilegiada de negociações sobre os temas de segurança alimentar e nutricional, onde os Estados-membros debatem políticas agrícolas implementadas mundialmente, como o já citado Programa *Revolução Verde*. Inserida no modelo neoliberal de desenvolvimento, a FAO tem privilegiado a observância dos *Direitos dos Criadores de Plantas*, apesar de os *Direitos dos Agricultores* estarem presentes em diversos tratados internacionais³⁹. Tal desequilíbrio está fundamentado na opção dessa organização por um modelo agrícola neoliberal, modelo que exacerbou a contradição entre o local e o global, e que deflagrou o surgimento de movimentos sociais rurais de resistência, como é o caso da Via Campesina.

2 Hegemonia e Resistência Camponesa: A Via Campesina nas Relações Internacionais

Retomando Gramsci (2000a; 2001), a hegemonia é representada pelo consentimento de diversos grupos sociais que são induzidos, por meio de uma negociação continuada, a consentir com uma concepção de mundo particular, apresentada como universal. Ao se introduzir a lógica neoliberal no campo, verifica-se a tentativa da “burguesia proprietária transnacional” (ATTAR, 2011) em universalizar sua concepção de mundo também entre o

³⁹ O debate sobre os *Direitos dos Agricultores* e sobre os *Direitos dos Criadores de Plantas* será abordado na seção 3 deste trabalho.

campesinato e as populações tradicionais. Ainda que o relativo sucesso dessa universalização possa ser percebido nas leis e normas internacionais, como no caso dos *Direitos dos Criadores de Plantas*, a fragilidade do consenso pode ser verificada na ascensão de resistências à implementação de políticas neoliberais no campo com o aprofundamento da globalização.

Para induzir ao consenso, as leis e normas internacionais criadas no âmbito das organizações internacionais, como a FAO, são dirigidas à internacionalização do modelo agrícola neoliberal através de uma aparente validação institucional. A resistência camponesa à investida do neoliberalismo apresenta-se como um sintoma de uma “trinca” no consenso que ampara a hegemonia neoliberal nas políticas agrárias. Assim, diante do cenário de expansão capitalista no campo em um contexto de globalização neoliberal, a emergência de movimentos sociais rurais revela a existência de uma agenda de conflito, em que a luta pela conservação e reprodução de suas especificidades reside na resistência local à lógica neoliberal orquestrada pela dinâmica global do capital.

A manifestação de movimentos sociais de resistência se expressa de formas diversas. Desde a ocupação de terras, como no caso do movimento social brasileiro Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), à manifestação em redes de *fast-food*, como o movimento francês *Confédération Paysanne*⁴⁰, camponeses de todo o mundo se posicionam contrariamente à legalização das políticas neoliberais. Para combater essa dinâmica, muitos movimentos sociais têm buscado atuar em espaços políticos de organizações internacionais formais, como é o caso da FAO, arenas em que o conflito é explicitado.

Desse modo, pode-se dizer que o próprio movimento de resistência transborda fronteiras e se internacionaliza atuando, sobretudo, contra o aprofundamento da percebida hegemonia da globalização neoliberal através de redes internacionais de atuação da sociedade civil (CASTELLS, 1999), e através da utilização de meios de comunicação cada vez mais acessíveis em razão da redução dos custos (GOHN, 2007). É nesse contexto favorável propiciado pela tecnologia de informação, em que as redes de atuação civil e a internet possibilitam uma maior articulação entre os movimentos, que surge a Via Campesina em uma arena propriamente transnacional, ou seja, situada entre a dimensão doméstica/nacional, e a

⁴⁰ Para mais informações sobre a atuação desses movimentos sociais, acesse o *site* do MST <<http://www.mst.org.br/>> e o *site* da *Confédération Paysanne* <<http://www.confederationpaysanne.fr/>>.

fronteira definida pelos agentes da soberania estatal, qual seja, as Organizações Internacionais formais.

Presente no próprio nome do movimento, a Via Campesina tem como proposta a construção de um modelo alternativo de agricultura. Assim, em 1992, em Manágua (Nicarágua), durante o *Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Granaderos* (UNAG), surgiu a ideia de se formar um movimento internacional do campo, mas é somente em Mons (Bélgica) que, em 1993, ocorre, de fato, a fundação da Via Campesina como um movimento político autônomo. Esse encontro ficou conhecido como a *I Conferência Internacional da Via Campesina*, onde foram decididas suas primeiras metas e formas de atuação do movimento, de maneira a estreitar e fortalecer as relações entre os diferentes atores que formam a organização.

Institucionalizada formalmente nessa conferência, a Via Campesina completa, no ano de 2013, 20 anos de trajetória de luta e busca pela resistência à globalização do capital “sem raízes”. Há 20 anos, por meio da promoção do que Gramsci denominou de “consciência de classe” (GRAMSCI, 2000b), a Via Campesina desafia a integridade da ideologia que ampara a hegemonia neoliberal, e busca a preservação de sua autonomia ideológica. A consciência de classe, para o autor, se traduz em uma nova concepção de mundo expressa nas lutas políticas dos grupos sociais subalternos pela disputa da hegemonia (GRAMSCI, 2000b) e, através dela, é possível a compreensão de como a subordinação dos grupos subalternos é a condição sobre a qual o grupo dominante exerce o poder.

A Via Campesina se auto define como “um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, sem-terra, agricultoras, povos indígenas, migrantes e trabalhadores rurais de todo o mundo” (VIA CAMPESINA, 2011)⁴¹, e que, juntos, defendem os interesses das organizações que dela fazem parte. O movimento possui oito temas principais de trabalho em sua agenda política, a saber: 1) Reforma Agrária e Água; 2) Biodiversidade e Recursos Genéticos; 3) Soberania Alimentar e Comércio; 4) Mulheres; 5) Direitos Humanos; 6) Migrações e Trabalhadores Rurais; 7) Agricultura Camponesa Sustentável; e 8) Juventude⁴².

⁴¹ “[...]La Via Campesina is the international movement which brings together millions of peasants, small and medium-size farmers, landless people, women farmers, indigenous people, migrants and agricultural workers from around the world” (VIA CAMPESINA, 2011, tradução nossa).

⁴²Para mais informações sobre os principais temas trabalhados pela Via Campesina, consultar seu *site*<www.via-campesina.org>.

Seu principal objetivo é a construção de sólidos laços de solidariedade entre o campesinato, por meio defesa da agricultura sustentável em oposição à orientação corporativa e empresarial (VIA CAMPESINA, 2011). Transcendendo as fronteiras nacionais através da congregação de diversas organizações camponesas, indígenas, de diferentes países, sob a bandeira da Via Campesina, o movimento não busca, em última instância, sua inclusão nas estruturas políticas e econômicas existentes. Antes, a Via Campesina procura a transformação da ordem político-econômica na qual se encontra inserida.

Sua visão é articulada por meio de uma dupla estratégia de deslegitimação - atos de desligamento - e (re)legitimação - a produção de novas identidades e solidariedades. Desta forma, pode-se dizer que a Via Campesina detém uma concepção alternativa do mundo à exposta por instituições dominantes. (ATTAR, 2011, p. 127)⁴³.

A contraposição à ordem mundial, e a construção de uma concepção alternativa de mundo podem ser traduzidas, em termos gramscianos, na busca pela superação da atual hegemonia por meio da emergência de uma “contra-hegemonia”. Partindo da perspectiva gramsciana de hegemonia, todos os grupos sociais têm, a princípio, a capacidade de se tornarem grupos hegemônicos, já que a hegemonia não se dá somente em termos do exercício da política do poder, como preconiza as teorias racionalistas, mas na habilidade do grupo que se pretende hegemônico em ampliar sua esfera de influência por meio de sua capacidade em universalizar sua concepção particular de mundo. Ou seja, é construída sobre a destreza necessária, ainda que possa ser insuficiente, de aliar os interesses dos demais grupos sociais ao seu projeto hegemônico.

Assim, pode-se inferir que nem todo projeto de poder possui, intrinsicamente, um projeto hegemônico amparado no consentimento. Desse modo, a hegemonia se estabelece sobre o frágil equilíbrio do consenso, já que a disputa hegemônica ocorre, concomitantemente, ao estabelecimento do consentimento, repousando sobre um ininterrupto processo de deslegitimação e (re)legitimação de diferentes concepções de mundo. Nesse sentido, assim como há um número indeterminado de forças sociais que consentem ao estabelecimento da hegemonia, existem, também, diversos outros grupos que não consentem com a ordem estabelecida, que não participam dos objetivos da hegemonia. Esses grupos, ao posicionarem-se contra a hegemonia, são os denominados de “contra-hegemônicos”, tendo, cada qual, sua concepção de mundo, ainda que nem todos tenham as habilidades necessárias e

⁴³“Its vision is articulated via a dual strategy of delegitimisation – acts of disengagement – and relegitimisation – the production of new identities and solidarities. In this way, it can be said that LVC holds an alternative conception of the world to that espoused by dominant institutions” (ATTAR, 2011, p 127, tradução nossa).

suficientes para tornarem-se grupos hegemônicos, ou mesmo de constituir um projeto de hegemonia.

Assim, a Via Campesina atua como um movimento social “contra-hegemônico”, ou seja, como um movimento que não participa dos objetivos de manutenção e reprodução ampliada do capital no ambiente rural. Ao mesmo tempo, comporta-se como um movimento social em construção, criando também sua própria agenda política cujas diretrizes gerais são estabelecidas em suas conferências internacionais que ocorrem a cada quatro anos em diferentes localidades. Desse modo, a Via Campesina age por meio da dupla estratégia de deslegitimação e (re)legitimação (ATTAR, 2011), sendo o conceito de soberania alimentar o principal eixo norteador de sua agenda de ação política.

Por meio de tal estratégia, a Via Campesina deslegitima o neoliberalismo como única expressão político-econômica possível de desenvolvimento, deslegitimação essa que se expressa como um ato de desligamento do projeto hegemônico dominante, e (re)legitima sua própria concepção de mundo por meio de novas construções de identidades e redes de solidariedade no campo, através da projeção de seu próprio projeto hegemônico. Tal projeto, consubstanciado pelo conceito de soberania alimentar, objetiva a legitimação dos valores, da cultura, da economia, dos diferentes modos de vida do campesinato e das populações originárias, e insere-se dentre tantos outros projetos “contra-hegemônicos”, ao buscar ampliar suas relações com outros movimentos e organizações, entendendo o atual modelo agrícola hegemônico como parte de um formato maior do próprio capitalismo mundial.

O conceito de “soberania alimentar” se configura como um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberal hegemônico, de modo que, para se atingir esse ideal, seriam necessárias profundas transformações de caráter sócio-político-econômico de recorte estrutural na ordem internacional vigente. Esse modelo alternativo da Via Campesina é consubstanciado pelo conceito de “soberania alimentar”, cujo pilar de sustentação repousa sobre o conceito sociocultural de biodiversidade e sobre a portabilidade do conhecimento tradicional pelo campesinato e povos originários.

O conceito de soberania alimentar foi apresentado publicamente por meio do documento de posição da Via Campesina *O direito de produzir e de acesso à terra (The right to produce and access to land)* (VIA CAMPESINA, 1996b) durante a *Cúpula Mundial da Alimentação* que ocorreu em Roma (Itália) no ano de 1996. Primeiramente definido como “o direito de cada nação de manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir seus

alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIA CAMPESINA, 1996b)⁴⁴, o conceito foi reformulado, sendo redefinido como “o DIREITO dos povos, Países ou Uniãos de Estados de definir suas políticas agrícolas e alimentares, sem dumping de países terceiros” (VIA CAMPESINA, 2003)⁴⁵. Verifica-se que, com a extensão do direito à soberania alimentar também aos povos, a Via Campesina migra da concepção do direito estadocêntrico à soberania alimentar, ligado à soberania nacional, para uma concepção societária de soberania, evidenciando sua política de inclusão de diversos grupos sociais sob sua concepção de mundo.

A soberania alimentar inclui atualmente

A prioridade dada à produção agrícola local para alimentar a população, o acesso dos camponeses sem terra à terra, à água, às sementes e ao crédito. Daí a necessidade de reforma agrária, a luta contra os OGM (organismos geneticamente modificados) para o livre acesso às sementes, manutenção da água como um bem público a ser distribuído de forma sustentável. Os direitos dos agricultores de produzir alimentos e o direito dos consumidores de decidir o que consumir. O direito dos Estados de se proteger das importações agrícolas e alimentares muito mais baratas. Os preços agrícolas ligadas aos custos de produção: isso é possível desde que os Estados ou Uniãos tenham o direito de taxar as importações a preços baixos, comprometendo-se com uma produção agrícola sustentável e dominando a produção para o mercado interno, para evitar excedentes estruturais. A participação da população na elaboração das políticas agrícolas. O reconhecimento dos direitos dos agricultores que desempenham um papel importante na produção agrícola e na alimentação. (CONFEDERATION PAYSANNE, 2007)⁴⁶.

O conceito de soberania alimentar surge em contraponto ao conceito de segurança alimentar, empreendido pela FAO. Para essa organização, segurança alimentar é o “direito de todos [...] terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental [...] a fim de atingir uma segurança

⁴⁴ “[...] the right of each nation to maintain and develop its own capacity to produce its basic foods respecting cultural and productive diversity” (VIA CAMPESINA, 1996b, tradução nossa).

⁴⁵ “[...] el DERECHO de los pueblos, de sus Países o Uniones de Estados a definir su política agraria y alimentaria, sin dumping frente a países terceros” (VIA CAMPESINA, 2003, tradução nossa).

⁴⁶ “La priorité donnée à la production agricole locale pour nourrir la population, l'accès des paysan(ne)s et des sans-terre à la terre, à l'eau, aux semences et au crédit. D'où la nécessité de réformes agraires, de la lutte contre les OGM (Organismes génétiquement modifiés) pour le libre accès aux semences, et de la sauvegarde de l'eau comme un bien public à répartir durablement. Le droit des paysan(ne)s à produire des aliments et le droit des consommateurs à pouvoir décider ce qu'ils veulent consommer. Le droit des Etats à se protéger des importations agricoles et alimentaires à trop bas prix. Des prix agricoles liés aux coûts de production: c'est possible à condition que les Etats ou Unions aient le droit de taxer les importations à trop bas prix, qu'ils s'engagent pour une production paysanne durable et qu'ils maîtrisent la production sur le marché intérieur pour éviter des excédents structurels. La participation des populations aux choix de politique agricole. La reconnaissance des droits des paysannes qui jouent un rôle majeur dans la production agricole et l'alimentation”. (CONFEDERATION PAYSANNE, 2007, tradução nossa).

alimentar para todos” (FAO, 1996), limitando o direito ao acesso à alimentação de acordo com as necessidades nutricionais dos indivíduos, omitindo-se de questões como *de que tipo e como* o alimento é produzido. Nesse sentido, ao pautar suas políticas nas necessidades nutricionais da população, a FAO tem priorizado políticas voltadas para o aumento da produtividade e dos valores nutricionais dos alimentos produzidos, lógica essa propagada pelas empresas produtoras de variedades transgênicas.

Assim, a Via Campesina, ao propor o conceito de soberania alimentar, aprofunda e amplia o conceito de segurança alimentar, criando uma relação de complementaridade entre eles. Essa complementaridade ocorre de tal modo que, ao incluir o conceito de segurança alimentar no conceito guarda-chuva de soberania alimentar, a segurança alimentar passa a ser uma condição sem a qual não se alcança a soberania alimentar. Entretanto, devido às suas formulações sob concepções de mundo diferentes, estabelece-se um antagonismo político entre esses dois conceitos, que são a base para a formulação de políticas distintas de desenvolvimento.

Por meio da análise das declarações das conferências internacionais do movimento, verificamos que suas temáticas são elaboradas a partir do eixo central vinculado ao conceito de soberania alimentar. Assim, desde a *Declaração de Mons* (VIA CAMPESINA, 1993), resultante da *I Conferência Internacional da Via Campesina*, a soberania alimentar já aparece como uma das principais demandas do movimento, ainda que não denominada como tal nesta conferência. Nesse primeiro momento, a Via Campesina insere na declaração de sua conferência internacional o “direito de todo país de definir sua própria política agrícola de acordo com seus interesses nacionais e em concertação com as organizações camponesas e indígenas, garantindo sua real participação” (VIA CAMPESINA, 1993)⁴⁷. Verifica-se que, ainda que em “estágio embrionário”, o endosso das discussões sobre tal direito culminaria no conceito de soberania alimentar, esse apresentado durante a segunda conferência internacional da organização, ocorrida em 1996. Assim, pode-se dizer que, desde sua constituição, a Via Campesina tem procurado propor alternativas, consubstanciando-as pelo conceito de soberania alimentar.

Os temas tratados na *I Conferência Internacional da Via Campesina* aparecem de modo difuso na *Declaração de Mons*. Dentre eles, destacamos a crítica ao modelo de

⁴⁷ “The right of every country to define its own agricultural policy according to the nation’s interest and in concertation with the peasant and indigenous organizations, guaranteeing their real participation.”(VIA CAMPESINA, 1993, tradução nossa).

agricultura neoliberal, a preocupação com a questão ambiental, o reconhecimento da portabilidade do conhecimento tradicional pelos camponeses e indígenas, o problema da pobreza e do êxodo rural, a fome, a repressão, o acesso à terra, e os mecanismos de *compliance*, este último versando sobre a estruturação do movimento e a transparência de suas atividades (VIA CAMPESINA, 1993).

Já durante a *II Conferência Internacional da Via Campesina*, que ocorreu em 1996 em Tlaxcala (México), os temas tratados na primeira conferência foram retomados, além da inserção das questões de gênero e de recursos fitogenéticos⁴⁸. Diferentemente do que aconteceu em Mons, a *Declaração de Tlaxcala* (VIA CAMPESINA, 1996a), define com mais propriedade os eixos de trabalho da Via Campesina que delineiam a atuação do movimento até o momento, sendo eles retomados nas demais conferências desde então. Dada a importância dessa segunda conferência para a estruturação do movimento e para a projeção de suas principais demandas e proposições, as estratégias da Via Campesina anunciadas na *Declaração de Tlaxcala* são apresentadas no Quadro 1. Optamos por dividi-las em estratégias estruturais, referentes à própria estruturação da organização enquanto movimento, e estratégias propositivas, que situam as ações de luta e de proposição da Via Campesina na arena internacional. Tal divisão não está presente na declaração, sendo somente seu objetivo facilitar a distinção das ações estratégias apresentadas pelo movimento.

Assim, verifica-se que os eixos de trabalho já elencados durante *II Conferência Internacional da Via Campesina*, presentes na *Declaração de Tlaxcala* (VIA CAMPESINA, 1996a) são reelaborados e aprofundados nas demais conferências internacionais do movimento, conforme apontado na última conferência realizada pela Via Campesina em Jacarta no ano de 2013 (Quadro 2). Esses eixos são traduzidos na articulação do movimento na atualidade com vistas à ação estratégica em novas arenas, como na atuação propositiva do conceito de soberania alimentar da Via Campesina junto à FAO.

Através do conceito de soberania alimentar foi possível a percepção da interdependência das questões trabalhadas pela organização, de modo que, como um conceito guarda-chuva, novos elementos vão sendo construídos e incorporados a ele. Esse processo é coerente com a proposta contida no conceito, ou seja, de proposição de um modelo agrícola

⁴⁸ Os recursos fitogenéticos abrangem inúmeras categorias como espécies silvestres, variedades de plantas, linhagens melhoradas, dentre outras.

alternativo que substitua o modelo neoliberal, realizado através de avanços em vista do consenso partilhado.

Quadro 1. Estratégias apresentadas na *II Conferência Internacional da Via Campesina* em Tlaxcala.

<i>Declaração de Tlaxcala</i>	
<i>Estratégias da Via Campesina</i>	
Estratégias estruturais	Estratégias propositivas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Articular e fortalecer organizações regionais. ✓ Construir relações de solidariedade entre as organizações membros da Via Campesina. ✓ Promover o trabalho organizacional através de redes entre as mulheres da Via Campesina e suas organizações. ✓ Construir secretarias operativas à nível regional. ✓ Fomentar mecanismos de comunicação interna e externa. ✓ Promover o trabalho organizacional através de redes entre os diferentes setores da produção regional e entre as regiões. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introduzir os objetivos da Via Campesina nos debates das organizações internacionais. ✓ Desenvolver respostas regionais apropriados para acordos comerciais bilaterais e regionais. ✓ Promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do comércio justo com a concorrência direta dos produtores e consumidores, com uma campanha internacional <i>antidumping</i>. ✓ Instigar uma "rede de solidariedade e de resposta" contra os atos de violência contra os camponeses e agricultores, ampliando o movimento com a participação de diversas partes interessadas. ✓ Luta contra a privatização do patenteamento genético, através da criação de bancos de sementes para os agricultores, propondo iniciativas legais para garantir o patrimônio genético e elaborando relatórios sobre os perigos da bioprospecção.

Fonte: VIA CAMPESINA, 1996a.

No tocante às demais conferências internacionais da Via Campesina, verifica-se a retomada e o aprofundamento dos eixos de trabalho de sua segunda conferência em Tlaxcala, o que demonstra a coerência das atuais ações do movimento com as motivações que levaram a sua constituição. Durante a *III, IV, V e VI Conferência Internacional da Via Campesina*, ocorridas em Bangalore (2000), São Paulo (2004), Maputo (2008) e Jacarta (2013), respectivamente, esses eixos foram discutidos, retrabalhados, e atualizados, e novas ações foram propostas na medida em que o processo de lutas sociais vai se desenvolvendo.

Quadro 2. Estratégias apresentadas na VI Conferência Internacional da Via Campesina em Jacarta.

<i>Declaração de Jacarta</i>	
<i>Eixos de trabalho</i>	
Soberania Alimentar	“A soberania alimentar é o direito fundamental de todos os povos, nações e estados para controlar seus alimentos e sistemas alimentares e a decidir suas políticas assegurando a cada indivíduo alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isso inclui o direito dos povos de definir suas formas de produção”.
Agroecologia	“A agricultura camponesa de base agroecológica se constitui em um sistema social e ecológico baseado em uma diversidade de técnicas e tecnologias adaptadas a cada cultura e geografia”.
Justiça social e climática	“À medida que avançamos e construímos a partir da nossa diversidade cultural e geográfica, o nosso movimento pela soberania alimentar é reforçado, integrando a justiça e a igualdade social”. Estão incluídas nesse item, a luta por sociedades democráticas e participativas, suspensão dos mecanismos de mercados de carbono, repressão, etc.
Gênero	“Nossa luta é para construir uma sociedade baseada na justiça, na igualdade e na paz [...]. Isso exige o fim de todas as formas de violência contra as mulheres, tanto doméstica quanto social e institucional, em áreas rurais e em áreas urbanas”.
Terras e territórios	“Defendemos uma Reforma Agrária Integral que ofereça plenos direitos sobre a terra, que reconheça os direitos dos povos indígenas aos seus territórios, que garanta o acesso das comunidades pesqueiras e o controle das áreas de pesca e dos ecossistemas e que reconheça o acesso e controle das terras e das rotas de migração pastorais”.
Sementes, bens comuns e água	“Enalteçemos as sementes, o coração da soberania alimentar, com o princípio Sementes Patrimônio dos Povos Serviço da Humanidade [...]. Continuaremos a luta contra a apropriação indevida por meio de diversas formas de propriedade intelectual e sua destruição por manipulação genética e outras novas tecnologias”.

Fonte: VIA CAMPESINA, 2013a.

Dentre as novas ações propositivas, destacamos o lançamento da *Campanha Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade* durante a III Conferência Internacional da Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2000), onde a organização declarou sua oposição “a que se privatizem e a que se patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena.” (LA VIA CAMPESINA,

2000)⁴⁹. Essa campanha é resultado do aprofundamento dos debates sobre os recursos fitogenéticos, incorporados como questão a ser trabalhada pelo movimento em sua segunda conferência internacional (VIA CAMPESINA, 1996a).

Até a *Campanha Sementes*, a noção de biodiversidade era associada majoritariamente à natureza intocada, em que a apropriação de parte de seus recursos era compreendida como uma ameaça à biodiversidade. Na declaração dessa campanha (VIA CAMPESINA, 2000), a biodiversidade é associada à utilização racional dos recursos naturais, além de apresentar o camponês como o responsável histórico por sua manutenção e melhoria das espécies vegetais. A Via Campesina apresenta o conceito de biodiversidade da seguinte maneira:

Biodiversidade: a vida em boas mãos. Para a Via Campesina, a biodiversidade tem como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa tem liberdade para pensar e ser. Visto dessa forma, a biodiversidade não é somente flora e fauna, solo, água e ecossistemas, é também culturas, sistemas produtivos, relações humanas e econômicas, formas de governo, é, em essência, liberdade (VIA CAMPESINA, 2000)⁵⁰.

A diversidade colocada como resultante do melhoramento genético realizado por gerações de camponeses está associada à portabilidade de seu conhecimento tradicional. Tal conhecimento é herança cultural e intrínseca ao seu “*ethos* camponês”. Nessa perspectiva, a biodiversidade estaria intimamente ligada à diversidade cultural, que fora responsável pela domesticação diversa das sementes. Essa biodiversidade está diretamente vinculada à autonomia dos camponeses e populações tradicionais, sendo ela o fundamento tanto da cultura da produção agrícola como de sua cultura alimentar. A FAO, ao auxiliar a promoção do cultivo transgênico, como demonstrado no relatório *ABDC-10/3.2* (FAO, 2010) da *Conferência Técnica Internacional* em que é afirmado pela própria organização que “as organizações internacionais têm a função de informar aos responsáveis das tomadas de decisão e à sociedade em geral sobre as potencialidades de todas as biotecnologias para a melhora e manejo de cultivo visando à segurança alimentar” (FAO, 2010, p. 04)⁵¹, a FAO

⁴⁹ “[...] a que se privaticen a que se patenten lo materiales genéticos que dan origen a la vida, a la actividad campesina, a la actividad indígena.” (VIA CAMPESINA, 2000, tradução nossa).

⁵⁰ “Biodiversidad: la vida en buenas manos. Para VIA CAMPESINA, la biodiversidad tiene como base fundamental el reconocimiento de la diversidad humana, la aceptación de que somos diferentes y de que cada pueblo y cada persona tiene libertad para pensar y para ser. Visto así, la biodiversidad no es solo flora e fauna, suelo, agua y ecosistemas, es también culturas, sistemas productivos, relaciones humanas y económicas, formas de gobierno, es en esencia libertad”. (VIA CAMPESINA, 2000, tradução nossa).

⁵¹ “Las organizaciones internacionales tienen la función de informar a los responsables de las decisiones y a la sociedad en general acerca de las potencialidades de todas las biotecnologías para la mejora y manejo de cultivos en vistas de la seguridad alimentaria.” (FAO, 2010, p. 4, tradução nossa).

compactua com a privatização do que outrora era público e coletivo. Ao se privatizar a semente, privatizam-se os recursos e o conhecimento associados à ela, monopolizando o primeiro elo da cadeia produtiva alimentar. Dessa forma, a diversidade é tida como necessária para se alcançar a soberania alimentar.

Somos nós, os camponeses, que realizamos o melhoramento genético e nosso aporte é a evolução de cada uma das espécies. A riqueza biológica e a riqueza cultural concentram-se nos chamados países em desenvolvimento, situados principalmente nos trópicos e sempre resguardados por comunidades camponesas ou indígenas (VIA CAMPESINA, 2000)⁵².

Podemos perceber que a valorização do conhecimento tradicional parte também de um questionamento em relação à legitimidade do conhecimento produzido na sociedade, que se apresenta, hegemonicamente, sobre as orientações ideológicas e no modo de conhecer (GRUPPI, 1978). A Via Campesina, ao iniciar um processo de revalorização do conhecimento tradicional, questiona a hegemonia do conhecimento científico de tal forma que quebra a lógica que sustenta a legitimidade de somente uma forma de conhecimento. Nesse sentido, não há uma rejeição radical à modernidade ou à tecnologia por parte da Via Campesina, mas a ênfase da necessidade de que essa junção, da tecnologia com o conhecimento tradicional, ocorra no momento e de modo que as populações tradicionais possam pensar ser necessária.

Assim, verifica-se que, desde sua institucionalização em Mons, a Via Campesina tem se estruturado e agido em defesa da soberania alimentar, na medida em que todos os eixos de trabalho elencados pelo movimento em suas declarações são compreendidos como condições necessárias para o seu estabelecimento. Aos tais eixos, somam-se ainda a questão cultural e do reconhecimento da portabilidade do conhecimento tradicional, questões essas que dão unidade à diversidade existente no movimento.

Inicialmente com 55 organizações-membros, de 36 países (VIA CAMPESINA, 1993), hoje o movimento conta com 164 organizações de 79 países (VIA CAMPESINA, 2013c) e com o desafio da manutenção da unidade à diversidade de organizações, reflexo do aumento da influência da Via Campesina sobre os movimentos sociais rurais que dela fazem parte. No entanto, a Via Campesina transformou esse obstáculo – a diversidade – em um de seus

⁵² "Somos los campesinos quienes realizamos el mejoramiento genético y nuestro mayor aporte es la evolución de cada una de las especies. La riqueza biológica y la riqueza cultural se concentra en los llamados países en desarrollo, los ubicados en los trópicos principalmente y siempre resguardados por comunidades campesinas o indígenas" (VIA CAMPESINA, 2000, tradução nossa).

maiores trunfos, congregando diversas organizações com diferentes constituições sob uma concepção de mundo, uma cultura compartilhada, a cultura camponesa.

A identidade camponesa da Via Campesina reflete um profundo apego a uma cultura compartilhada. A produção, distribuição, preparação, consumo e celebração dos alimentos são aspectos fundamentais das culturas rurais. (DESMARAIS, 2007, p. 197)⁵³.

Através dessa unidade camponesa, a organização se constitui como o maior movimento internacional do campo, reunindo “mais de 200 milhões de camponesas e camponeses, povos indígenas, pescadores, coletores e trabalhadores agrários” (VIA CAMPESINA, 2013a)⁵⁴, dentre “uma população mundial estimada em 1,2 bilhões de camponeses e trabalhadores nas áreas rurais” (VIA CAMPESINA, 2013b), sob uma única bandeira “contra-hegemônica”, a da Via Campesina.

Em termos de estrutura organizativa, o movimento não possui sede fixa, e é composto por grupos pequenos e descentralizados. O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é o seu órgão mais importante, composto por representantes das regiões⁵⁵ em que a Via Campesina está presente, e tem a responsabilidade da articulação regional do movimento, enquanto o Secretariado Operacional Internacional (SOI) é responsável pela coordenação do CCI e pelas comunicações. Os representantes são escolhidos durante as conferências internacionais, sendo dois representantes de cada região, uma mulher e um homem, o que revela a preocupação com a equidade de gênero em suas instâncias representativas.

Fora da Conferência Internacional, o CCI é uma equipe chave de tomada de decisão e de coordenação do corpo da Via Campesina. Todas as decisões importantes são tomadas em consulta com os seus dezesseis membros. Sobre questões-chave do processo de consulta, essa questão vai além da autoridade do CCI, uma vez que cada coordenador regional deve refletir as necessidades, preocupações e decisões das organizações dentro de sua região. É somente através de uma comunicação ampliada e de consulta que os coordenadores regionais ganham autoridade para apresentar posições e resoluções para o CCI. Para as organizações da Via Campesina, as regiões são os principais pontos de intersecção entre as comunidades e lutas nacionais e internacionais. (DESMARAIS, 2007, p. 30)⁵⁶.

⁵³ “The Vía Campesina peasant identity reflects a deep attachment to a shared culture. The production, distribution, preparation, consumption, and celebration of food are all fundamental aspects of rural cultures”. (DESMARAIS, 2007, p. 197).

⁵⁴ “[...] más de 200 millones de campesinas y campesinos, pueblos indígenas, pescadores, recolectores y trabajadores agrarios”. (VIA CAMPESINA, 2013a, tradução nossa).

⁵⁵ São oito regiões, a saber: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa.

⁵⁶ “Outside of the International Conference, the ICC is the key decision-making and co-ordinating body of the Vía Campesina. All major decisions are made in consultation with its sixteen members. On key issues the

Em seus 20 anos de luta e busca pela resistência, a Via tem se estruturado e construído ações propositivas, apresentando-se internacionalmente como um movimento contra a globalização neoliberal. Rompendo com as “cercas” do rural, a Via Campesina incorporou-se aos movimentos “antiglobalização” e tem apresentado a soberania alimentar não somente como um modelo alternativo de agricultura, mas de integração social solidária como uma antítese da globalização neoliberal, sob a liderança das grandes corporações internacionais.

Para tanto, a promoção do conceito de “soberania alimentar” por meio da valorização da portabilidade do conhecimento tradicional pelo campesinato e pelos povos originários e da defesa da biodiversidade presentes na *Campanha Sementes*, a Via Campesina dilatou sua capacidade de influência sobre as organizações que dela fazem parte e isso se refletiu na campanha, essa de âmbito global, promovida pelo movimento. Através de tais estratégias, a Via Campesina igualmente se aproximou de atores que não estavam diretamente ligados às causas camponesas, principalmente consumidores e ambientalistas, e que passaram, muitos deles, a estabelecer relações com a organização.

Dada que a interação ocorre em rede (CASTELLS, 1999), entre os movimentos que compõem a Via Campesina e mesmo entre a organização e os movimentos parceiros, a ocorrência de troca de informações, de experiências, bem como de modelos institucionais prósperos demonstram a influência mútua dentre os atores que a forma. Assim, evidenciam, em última instância, a dilatação da capacidade de influência da própria Via Campesina, revelando a co-constituição do local e do global e do alcance das políticas internacionais promovidas pelo movimento internacional.

Nesse momento de convergência intercultural e intersetorial, vemos a tentativa de resistir à globalização neoliberal a partir da busca pela resistência de sua própria concepção de mundo. Ao estabelecer relações com outros atores sociais, a Via Campesina constitui a maior unidade camponesa dentro do âmbito da sociedade civil internacional, unidade essa que busca o reconhecimento dos *Direitos dos Agricultores*, propondo outro modelo de desenvolvimento, consubstanciado pelo conceito de soberania alimentar.

consultation process goes beyond the ICC, because each regional co-ordinator must reflect the needs, concerns, and decisions of the organizations within his or her region. It is only through extended communication and consultation that the regional co-ordinators gain a regional mandate to present positions and resolutions to the ICC. For Vía Campesina organizations, the regions are the key points of intersection between communities and national and international struggles”. (DESMARAIS, 2007, p. 30, tradução nossa).

3 A relação entre a Via Campesina e a FAO

Após a IIGM, a relação entre capitalismo, agricultura e direito se intensificaram. Com o programa “Revolução Verde”, e os investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento direcionados à produção de novas tecnologias voltadas para o incremento da produtividade agrícola, surgiu a demanda pela proteção legal das tecnologias desenvolvidas para a agricultura. O direito de propriedade intelectual⁵⁷ sobre os recursos fitogenéticos foi apresentado como uma solução para essa crescente demanda, concretizando-se a tradução das inovações nos recursos utilizados pela agricultura em produtos com portabilidade legal de direito intelectual sobre o que antes era considerado pertencente ao domínio público como bem coletivo, como é o caso da semente, e inserindo-o na lógica da atribuição de direitos de propriedade, e de um valor de mercado através do sistema de preços.

Assim, inserido no discurso da propriedade privada, o direito de propriedade intelectual sobre os recursos fitogenéticos representa a perda do controle dos camponeses sobre recursos fundamentais para sua sobrevivência e reprodução social. Percebe-se que, hegemonicamente, a ideologia neoliberal do lucro sobre as *commodities* privadas baseada na recompensa individual entra em conflito direto com a ideologia camponesa de defesa do espaço público e do caráter coletivo do conhecimento (ATTAR, 2011), tendo esse conflito se manifestado no interior da FAO durante os debates sobre os direitos de propriedade sobre os recursos fitogenéticos.

A FAO está inserida dentro do sistema ONU e responde pelos temas relativos à agricultura e à alimentação, abrigando, assim, os recursos fitogenéticos em seu escopo de trabalho. Em uma perspectiva histórica, suas funções remontam ao período final da IIGM. Antes mesmo do fim do conflito e da criação da ONU, a agricultura europeia encontrava-se desestruturada, em decorrência da guerra. No ano de 1943, iniciaram-se os debates que dariam origem, anos depois, não somente à ONU, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e, ao Banco Mundial (BIRD)⁵⁸, mas também à possibilidade da criação de uma organização que impulsionasse a agricultura e a alimentação.

⁵⁷ Os direitos sobre a propriedade intelectual são protegidos através da criação de leis específicas que recaem a uma classe especial de bens intangíveis, cujo valor repousa sobre seu conteúdo intelectual e não sobre seus atributos físicos.

⁵⁸ Criado na Conferência de Bretton Woods (1994), o Fundo Monetário Internacional é uma das agências especializadas da ONU e, inicialmente, foi incumbido de propiciar a recuperação das economias abaladas pela

Nesse sentido, ainda em 1943, foi promovida a *I Conferência Internacional sobre a fome* em Arkansas (EUA). Naquela conferência, representantes de 44 países se reuniram e assumiram o compromisso de criar uma organização que tratasse dos temas relativos à agricultura e alimentação, sendo, naquele momento, ampliada a compreensão sobre o conceito de segurança alimentar, agregando-se a ele a noção de direito humano à alimentação⁵⁹. Ainda, na mesma ocasião, foi proposta a criação da Comissão Mundial de Alimentos, tendo ela sido recusada (FERNANDES, 2010). Assim, ligada à ONU e inserida no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)⁶⁰, é criada a FAO como uma Agência Especializada⁶¹ em 16 de outubro de 1945 na cidade de Québec (Canadá), tendo sido sua sede fixada em Roma (Itália).

Com as mudanças ocorridas no cenário mundial, a FAO teve de adequar-se ao seu novo contexto. No momento de sua criação, faziam parte da organização 42 Estados-membros, sendo, em 2013, formada por 194 Estados-membros, mais a União Europeia e dois membros associados, as Ilhas Feroe e Tokelau (FAO, 2013a). Para enfrentar os desafios relacionados às suas competências, a FAO, como uma Organização Internacional formal, utiliza-se de seu poder de agenda para solicitar o comparecimento de chefes de Estados e representantes nos encontros realizados pela instituição, promovidos com o intuito de sediar o debate entre seus membros e reforçar as resoluções tomadas no âmbito da própria organização.

IIGM através da promoção de uma política monetária norteadas pela prevenção de novos conflitos. (ROTHBERG, 2005). Já o Banco Mundial surge a partir da expansão de uma única instituição para um grupo de outras cinco instituições de desenvolvimento. Essa única instituição, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), surge como facilitador da reconstrução e desenvolvimento no período pós-IIGM. Atualmente, o Banco Mundial tem como missão a redução da pobreza em nível mundial e age por meio de uma estreita relação de coordenação com sua afiliada, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), e com outros membros do Grupo Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional (IFC), a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID).

⁵⁹ O termo “segurança alimentar” começou a ser utilizado após a IGM, momento em que vários Estados perceberam que poderiam ser dominados caso um país inimigo controlasse a oferta de alimentos. Naquele instante, percebeu-se que o provimento alimentar era uma questão de segurança, o que tornou o Estado responsável pela formação de estoques alimentícios, já que a capacidade de auto-suprimento estava intimamente ligada à sua própria soberania nacional (HIRAI; ANJOS, 2007). Desse modo, podemos perceber que termo “segurança alimentar” tem procedência militar e que estava ligado, particularmente, à capacidade de produção e armazenamento de alimentos, que significava, em última instância, soberania salvaguardada.

⁶⁰ O ECOSOC é o órgão responsável pela coordenação do trabalho desempenhado pela ONU nas questões referentes às áreas econômica e social, tais como as relações de comércio internacional, as políticas de desenvolvimento e bem-estar, dentre outros, e mantém sua atuação por meio de suas Agências Especializadas (ECOSOC, 2013).

⁶¹ As Agências Especializadas são organizações autônomas e trabalham sob a coordenação do ECOSOC. Podem ou não terem sido criadas originalmente pela ONU, sendo, as que não foram, incorporadas pela organização por meio do cumprimento dos Artigos 57 e 63 da *Carta das Nações* (ONU, 1945).

Uma das discussões recorrentes na FAO é o conceito de segurança alimentar. O debate em torno desse conceito, atrelado fundamentalmente à produção de alimentos, conservou-se sem grandes avanços até a *I Conferência Mundial de Segurança Alimentar* que ocorreu no ano de 1974. Nesse período, ainda que a produção mundial de alimentos tenha crescido, seu quadro de escassez se manteve, contribuindo para a reprodução do ideário do *Programa Revolução Verde*, que consolidou, desde então, o modelo neoliberal de agricultura por meio da introdução da concepção hegemônica de mundo do grupo social dominante, ou seja, da “burguesia proprietária transnacional” (ATTAR, 2011). Esse ideário foi manifestado também nos debates sobre os *Direitos dos Criadores de Plantas* e sobre os *Direitos dos Agricultores*.

Primeiramente cunhado como um conceito político no início da década de 1980 por Pat Roy Mooney e Cary Fowler⁶², o termo *Direitos dos Agricultores (Farmers' Rights)* foi utilizado para ressaltar a relevante contribuição não recompensada dos agricultores para a diversidade dos recursos fitogenéticos fundamentais no desenvolvimento da agricultura. Nesse período, havia uma ofensiva nas negociações internacionais por parte das empresas biotecnológicas que atuavam no ramo da transgenia das sementes para que seus direitos como “criadores” (*Breeders' Rights*) fossem instituídos internacionalmente, buscando-se, o que seria para Cox (1981), sua universalização como política dominante por meio de sua institucionalização. Para aumentarem o poder de pressão sobre as organizações internacionais, os criadores de plantas, conjuntamente com empresas de sementes fitomelhoradas e insumos, criaram a *União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV)*⁶³. Assim, a noção de *Direitos dos Agricultores* surgiu como um contramovimento à crescente demanda de direitos por parte dos criadores de plantas.

Análises realizadas de documentos produzidos pela *Comissão sobre Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação (CGRFA)*⁶⁴ da FAO mostram que o conceito de *Direitos dos Agricultores* apareceu, primeiramente, em suas negociações no ano de 1986. Naquele ano, foi realizado o primeiro encontro do Grupo de Trabalho da CGRFA onde foram discutidas as necessidades apontadas pelos grupos que promovem a transgenia do

⁶² Da então Fundação Internacional para o Avanço Rural (*Rural Advancement Foundation International*), atualmente ETC-Group, Pat Roy Mooney escreveu “*The Law of the Seed: Another Development and Plant Genetic Resources*” onde analisou a gestão internacional dos recursos fitogenéticos e argumentou sobre a contribuição dos agricultores para a geração e manutenção de sua diversidade.

⁶³ Criada no ano de 1961, a UPOV é uma organização internacional que através da *Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais* atua de modo a proteger a propriedade sobre a modificação de recursos fitogenéticos.

⁶⁴ Documentos disponíveis online na página da Comissão sobre Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação em: < <http://www.fao.org/nr/cgrfa/cgrfa-about/cgrfa-history/en/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

estabelecimento de seus direitos pela instituição. Nesse momento, apontou-se também a necessidade de estabelecer conjuntamente os direitos dos agricultores.

O Grupo de Trabalho enfatizou que, em adição ao reconhecimento dos direitos de criadores de plantas, menção específica deveria ser feita dos direitos dos agricultores dos países onde os materiais utilizados pelos criadores são originários. Esses materiais foram o resultado do trabalho de muitas gerações e foram parte fundamental da riqueza nacional (FAO, 1986)⁶⁵.

A questão central posta em negociação na CGRFA, desde então, foi o estabelecimento de uma compensação aos agricultores por sua contribuição passada, presente e futura na conservação, melhoramento e disponibilização de recursos fitogenéticos para a agricultura e a alimentação. Nesse sentido, os documentos da CGRFA são resultados de longos e complexos processos de negociações, que culminaram com o consenso em torno de um *Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação* (FAO, 2001), firmado em 2001, e que passou a vigorar em 2004.

Através desse tratado é estabelecido um sistema multilateral que procura garantir o acesso e a distribuição dos benefícios gerados pelo uso dos recursos fitogenéticos. Aprovado durante a 31ª Conferência da FAO, o tratado foi idealizado em consonância com os princípios que constam na Conferência sobre Diversidade Biológica (CDB), que objetiva a promoção da conservação dos recursos fitogenéticos, bem como sua utilização de modo sustentável, com vistas à redução dos atuais níveis de fome e pobreza em nível global.

Conforme consta na declaração da *Campanha Sementes* (VIA CAMPESINA, 2000), para a Via Campesina, as organizações internacionais que lidam com temas agrícolas, como a FAO e a OMC⁶⁶, deparam-se com um dilema em suas negociações multilaterais, que se encontra diretamente vinculado ao modelo de agricultura adotado pela organização e, posteriormente, aplicado a seus Estados-membros. Este residiria na opção pela adoção do “uso racional e inteligente dos recursos naturais para um desenvolvimento sustentável ou [adoção da] via que por pressão exerce o livre-comércio, do domínio do capital financeiro, e o

⁶⁵“The working Group emphasized that, in addition to the recognition of plant breeders' rights, specific mention should be made of the rights of the farmers of the countries where the materials used by the breeders originated. These materials were the result of the work of many generations and were a basic part of the national wealth”. (FAO, 1986, tradução nossa).

⁶⁶A atuação da Via Campesina junto à OMC é resultante da transferência dos temas agrícolas da FAO para essa organização. Para mais informações, consulte a obra “*La Vía Campesina: globalization and the power of peasants*” de Desmarais (2007).

abandono da segurança alimentar” (VIA CAMPESINA, 2000)⁶⁷, em outras palavras, ele reside na opção por um projeto hegemônico de desenvolvimento por parte das organizações internacionais.

Objetivando equilibrar as discussões em torno do tema, a Via Campesina demonstra em seu documento que os *Direitos dos Agricultores* estão além dos marcos jurídicos em que repousa a propriedade intelectual, sendo eles de caráter público e coletivo. Os *Direitos dos Agricultores*, de caráter histórico e materializado na diversidade dos recursos fitogenéticos, são direitos já aceitos por diversos países através da resolução 5/89 da FAO (FAO, 1989), Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), cláusula 8-J do Convênio de Biodiversidade (MMA, 2000) e o ponto 14.60 da Agenda 21 (MMA, 1992), conforme apresentado no “Quadro 3”.

Amparada por esses marcos jurídicos internacionais, e apoiando-se no *princípio da precaução*⁶⁸, princípio esse assinalado na Agenda 21 (MMA, 1992), a Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2000) propõe uma moratória na bioprospecção e a garantia do direito à informação e à consulta popular nas tomadas de decisões internacionais nos debates que tratem dos recursos fitogenéticos, decisões estas pertinentes ao uso, manejo e comercialização de sementes híbridas.

Nesse sentido, a Via Campesina elabora, na *Campanha Sementes*, propostas apoiadas em acordos firmados internacionalmente, o que a retira do bojo de ações meramente contestatórias, como a simples recusa do atual modelo hegemônico na agricultura. Tais propostas vão de encontro com a governança global da agricultura, esta defensora do modelo neoliberal, baseada na acumulação global do capital, e de proteção da propriedade intelectual sobre os recursos fitogenéticos. Contrariamente a este modelo, a Via Campesina propõe 11 direitos que considera essenciais para a proteção do modo camponês de produção, baseado na íntegra apropriação do produto da terra em que seu trabalho é empregado (VIA CAMPESINA, 2000). O primeiro deles situa a origem de todos os outros, conferindo aos agricultores direitos de profundo caráter histórico, que remontam à criação da agricultura pelo

⁶⁷ “[...] uso racional e inteligente de los recursos naturales para un desarrollo sustentable, o bien, adoptar la vía que por presión ejerce el libre comercio, del dominio del capital financiero, y el abandono de la seguridad alimentaria.” (VIA CAMPESINA, 2000, tradução nossa).

⁶⁸ O princípio da precaução presente na Agenda 21 (MMA, 1992) estabelece a necessidade de um estudo prévio sobre os danos ambientais que o lançamento de um determinado produto pode causar, obrigando a repensar a lógica de operação desse mercado, em que, antes dos interesses econômicos, a prioridade é a preservação ambiental.

Homem, à guardiania das sementes e geração de novos recursos fitogenéticos através, sobretudo, da seleção e troca de sementes, conforme pode ser visto no “Quadro 4”.

Quadro 3. Marcos jurídicos internacionais que endossam os *Direitos dos Agricultores* e seus conteúdos.

Marcos jurídicos internacionais – <i>Direitos dos Agricultores</i>	
FAO Resolução 5/89	"[...] Direitos dos Agricultores significam direitos decorrentes de contribuições passadas, presentes e futuras dos agricultores na conservação, melhoria e disponibilidade dos recursos fitogenéticos, particularmente aqueles disponibilizados à comunidade internacional, atuando como depositários para a presente e futuras gerações de agricultores, com o objetivo de garantir-lhes benefícios e apoiar a continuação das suas contribuições [...]".
OIT Convênio 169 Artigo 14 (1)	“Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Nesse contexto, a situação de povos nômades e agricultores itinerantes deverá ser objeto de uma atenção particular”.
Convênio de Biodiversidade Cláusula 8-J	“Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas”.
Agenda 21 Ponto 14.60 (a)	"Fortalecer o Sistema Global para a Conservação e Uso Sustentável do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), <i>inter alia</i> , acelerando o desenvolvimento da Informação Global e Sistema de Alerta Precoce para facilitar o intercâmbio de informações; o desenvolvimento de formas de promoção da transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis, em particular para países em desenvolvimento, e tomar outras medidas para concretizar os direitos dos agricultores".

FONTE: FAO, 1989; OIT, 2011; MMA, 1992; 2000. Elaborado pela autora.

Quadro 4. Proposta da Via Campesina sobre os *Direitos dos Agricultores* apresentada na *Declaração da Campanha Sementes*

Proposta da Via Campesina sobre os Direitos do Agricultor

“1º. Os Direitos dos Agricultores têm um profundo caráter histórico, existem desde que o homem criou a agricultura para atender suas necessidades e a temos mantido com a conservação que fazemos da biodiversidade, ratificando-a com a permanente geração de novos recursos e seu melhoramento. Somos nós que salvaguardamos os recursos genéticos, que apoiamos a evolução das espécies e somos depositários do esforço e conhecimento das gerações que criaram essa riqueza biológica, por isso exigimos que reconheçam nossos direitos.

2º. Os Direitos dos Agricultores incluem o direito aos recursos e conhecimentos associados, unidos de forma indissociável. Eles significam a aceitação do conhecimento tradicional, o respeito às culturas e o reconhecimento de que estes são a base do conhecimento.

3º. O direito ao controle, o direito de decidir o futuro dos recursos genéticos, o direito de definir o marco jurídico de propriedade desses recursos.

4º. Os Direitos dos Agricultores são de caráter eminentemente coletivo, por isso devem ser reconhecidos como marcos jurídicos diferentes dos de propriedade privada e propriedade intelectual.

5º. Esses direitos devem ter uma aplicação nacional, havendo o compromisso de promover a legislação sobre o assunto, respeitando a soberania de cada país para estabelecer as leis locais sobre a base destes princípios.

6º. Direitos sobre os meios para conservar a biodiversidade e garantir a segurança alimentar, como os direitos territoriais, o direito à terra, à água, ao ar.

7º. Direito de participar na definição, desenvolvimento e implementação de políticas e programas relacionados aos recursos genéticos.

8º. O direito à tecnologia apropriada e à participação na concepção e gestão de programas de investigação.

9º. Direito de definir sobre o controle e ao manejo dos benefícios decorrentes da utilização, conservação e gestão dos recursos.

10º. Direito a usar, escolher, armazenar e ao livre intercâmbio de recursos genéticos.

11º. O direito de desenvolver modelos agrícolas sustentáveis que protegem a biodiversidade e influenciar nas políticas que os promovam”.

Fonte: VIA CAMPESINA, 2000.

Assim, os demais direitos apontados, originados no caráter histórico do desenvolvimento da agricultura, versam sobre os recursos e seus conhecimentos associados, que, resumidamente, significa a aceitação do conhecimento tradicional e o reconhecimento de que a diversidade cultural camponesa é a base do atual estágio de conhecimento sobre os recursos fitogenéticos. Deste modo, conferem aos agricultores direitos ao controle sobre estes recursos e de definição de marcos jurídicos de propriedade sobre eles.

Segundo a Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2000), os *Direitos dos Agricultores* são de caráter coletivo e, por isso, deveriam ser reconhecidos através de marcos jurídicos diferenciados dos de caráter privado, como a propriedade intelectual. Nas definições desses

marcos, a FAO, através da atuação da CGRFA, tem papel preponderante e este remete ao ano de 1983, quando o *Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos* (FAO, 1983) foi adotado. O posicionamento inicial da FAO sobre o assunto foi o de reconhecer, logo no 1º artigo, “o princípio universalmente aceito de que os recursos fitogenéticos são patrimônio da humanidade e, conseqüentemente, deveriam estar disponíveis sem restrições” (FAO, 1983)⁶⁹. Este documento foi objeto de controvérsias em relação aos direitos de propriedade intelectual e aos direitos dos criadores de plantas, temas que emergiram durante as negociações que culminaram no tratado. Foi nessa sessão que a *Comissão de Recursos Fitogenéticos*, atual CGRFA, foi criada e se tornou uma importante arena de discussão sobre os *Direitos dos Agricultores*.

Conforme já citado, o termo *Direitos dos Agricultores* foi empregado pela primeira vez no âmbito da FAO no ano de 1986 (FAO, 1986), porém foi no ano de 1987, no documento “Relatório do Presidente” (FAO, 1987) que o termo foi pontuado de forma mais detalhada, principalmente nos parágrafos 8, 9 e 11, 12. Como demonstra o parágrafo 8:

Nos últimos anos, alguns países incorporaram os direitos do último grupo [criadores de plantas] em leis como os 'Direitos dos Criadores de Plantas' ou seja, os direitos dos criadores de plantas profissionais ou das empresas comerciais que empregam esses direitos na obtenção dos benefícios financeiros derivados da exploração comercial das novas variedades. No entanto, como apontou o documento CPGR/87/4, não havia, até o presente momento, nenhum reconhecimento explícito dos direitos do primeiro grupo, em outras palavras, não havia os 'Direitos dos Agricultores'. (FAO, 1987)⁷⁰.

Verifica-se que, desde o início dos debates sobre os *Direitos dos Agricultores* no âmbito da FAO, o avanço sobre a temática tem se resumido ao estabelecimento de tratados internacionais que ocupam papel secundário em relação aos *Direitos dos Criadores de Plantas*. Mesmo a FAO tem preterido os *Direitos dos Agricultores* aos *Direitos dos Criadores de Plantas*, como demonstrado no já citado relatório *ABDC-10/3.2* (FAO, 2010) da *Conferência Técnica Internacional*. Ao se imbuírem da função de informar à sociedade civil em geral sobre as potencialidades da biotecnologia, a FAO promove recursos fitogenéticos que são protegidos por leis de propriedade, que são considerados, pela própria organização

⁶⁹ “[...] the universally accepted principle that plant resources are a heritage of mankind and consequently should be available without restriction”. (FAO, 1983, tradução nossa).

⁷⁰ “In recent years some countries had incorporated the rights of the latter group [plant breeders] into laws as 'Breeder's rights', i.e. the right of professional plant breeders or the commercial companies which employ them to participate in the financial benefits derived from the commercial exploitation of the new varieties. However, as document CPGR/87/4 pointed out, there was presently no explicit acknowledgement of the rights of the first group, in other words, no 'Farmers' Rights’”. (FAO, 1987, tradução nossa).

por meio do *Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos*, como patrimônios da humanidade (FAO, 1983).

Baseando-se nesse descompasso entre a valorização dos direitos atribuídos aos agricultores e os atribuídos aos criadores de plantas, podemos depreender que tal desequilíbrio é resultante da opção do atual projeto hegemônico da FAO que, pressionada por forças exógenas, como o mercado e o capital internacional, abandonou sua posição inicial sobre os *Direitos dos Agricultores* e vinculou-se, não somente à proteção dos *Direitos dos Criadores de Plantas*, mas à sua propagação ideológica e mercadológica. Tal posicionamento da organização “trincou” o consenso internacional que amparava seu projeto hegemônico, fazendo com que outros movimentos de resistência se destacassem, como é o caso da própria da Via Campesina.

O estabelecimento da FAO como arena de negociação e embate com Via Campesina remonta à sua própria estruturação enquanto movimento. A participação da Via Campesina na arena da FAO foi relevante em seu processo de consolidação, tendo ela sido a primeira arena internacional na qual o movimento atuou. Na *Assembleia Global sobre Segurança Alimentar*, organizada pela FAO e realizada em 1995 em Québec (Canadá), a Via Campesina foi discriminada por parte das organizações não-governamentais (ONGs), e movimentos sociais presentes, discriminação essa originada na descrença de que lideranças camponesas pudessem se articular como as lideranças urbanas. Entretanto, com o apoio da *União Nacional de Agricultores do Canadá* (NFU)⁷¹, a Via Campesina participou ativamente dos grupos de discussão e das plenárias realizadas nesse encontro (DESMARAIS, 2007).

Já em 1996, visando uma efetiva participação no *Fórum das ONGs*, realizado durante a *Cúpula Mundial da Alimentação* de 1996, e tendo em vista os objetivos da CMA apresentados pela FAO na *Resolução 2/95* (FAO, 1995), a Via Campesina encaminhou para discussão o documento de trabalho intitulado *O direito de produzir e de acesso à terra* (*The right to produce and access to land*) (VIA CAMPESINA, 1996b), documento esse em que o conceito de soberania alimentar é apresentado pela primeira vez aos demais grupos da sociedade.

⁷¹ A União Nacional de Agricultores (NFU) é uma organização com participação direta de famílias agrícolas canadenses que compartilham objetivos comuns. Cada membro da família é membro pleno com direito à voto nas votações internas da união, mesmo os jovens de 14 a 21 anos. Essa estrutura reconhece a contribuição de cada membro da família no trabalho, direito ou indireto, no campo. Para mais informações sobre a NFU, consulte o site da organização <<http://www.nfu.ca>>.

Partindo da premissa de que “segurança alimentar em longo prazo depende de quem produz alimentos e de quem tem cuidados para com ambiente natural” (VIA CAMPESINA, 1996b)⁷², a Via Campesina apresenta suas proposições em relação à produção de alimentos, reforma agrária, proteção das riquezas naturais, comércio, globalização, paz social e controle democrático, proposições essas já consubstanciadas pelo conceito de soberania alimentar, conforme consta no “Quadro 5”. Assim, a Via Campesina, alinhada tematicamente à CMA oficial, apresenta sua posição e proposições sobre os objetivos apresentados na *Resolução 2/95* (FAO, 1995).

Quadro 5. Propostas apresentadas pela Via Campesina no documento de trabalho *O direito de produzir e de acesso à terra*.

Propostas apresentadas pela Via Campesina na Cúpula Mundial da Alimentação	
Alimentos - um direito humano básico	“Cada nação deve declarar que o acesso à alimentação é um direito constitucional e garantir o desenvolvimento do setor primário para garantir a realização concreta deste direito.”
Reforma Agrária para a Soberania Alimentar	“Os governos devem estabelecer e apoiar sistemas descentralizados de crédito rural que priorizem a produção de alimentos para o consumo interno para garantir a soberania alimentar. [...] devem fazer investimentos de longo prazo de recursos públicos para o desenvolvimento de infraestrutura rural social e ecologicamente adequada.”
Soberania Alimentar: proteger os recursos naturais	“Nós, que trabalhamos a terra, devemos ter o direito de praticar a gestão sustentável dos recursos naturais e de preservação da diversidade biológica. Isso só pode ser feito a partir de uma base econômica sólida, com a segurança da posse, solos saudáveis e uso reduzido de agroquímicos.”
A soberania alimentar: Reorganizando o comércio de alimentos	“As importações de alimentos não devem substituir a produção local nem abaixar os preços. [...] Os preços dos alimentos nos mercados doméstico e internacional devem ser regulados e refletirem os verdadeiros custos de produção desse alimento.”
Soberania Alimentar: Acabar com a globalização da Fome	“A soberania alimentar é prejudicada por instituições multilaterais e pelo capital especulativo. [...] Nós exigimos a regulamentação e a tributação do capital especulativo e um Código de Conduta rigorosamente às empresas transnacionais.”
Paz Social: um pré-requisito para a Soberania Alimentar	“Todo mundo tem o direito de não sofrer violência. O alimento não deve ser usado como uma arma.”
Soberania Alimentar: Controle Democrático*	“Camponeses e pequenos agricultores devem direito à livre participação na formulação de políticas agrícolas em todos os níveis.”

⁷²“Long-term food security depends on those who produce food and care for the natural environment” (VIA CAMPESINA, 1996b, tradução nossa).

* Item incluído em resposta à abnegação do pedido de *status* consultivo realizado ao ECOSOC pela Via Campesina, condição necessária para participação na CMA.

Fonte: VIA CAMPESINA, 1996b.

Como resultado dos debates ocorridos no *Fórum das ONGs*, foi proposto um modelo descentralizado da riqueza e do poder, tendo sido o comércio internacional agrícola apontado como um dos pontos mais inquietantes, devido à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994. Conforme consta no *Documento de Posição do Fórum das ONGs para a Cúpula Mundial da Alimentação*, intitulado *Lucro para poucos ou comida para todos? (Profit for few or food for all?)* (IPC, 1996), o comércio agrícola internacional é antes parte do que uma possível solução para a problemática da insegurança alimentar, ocorrendo, muitas vezes, por meio de exportações subsidiadas e preços artificialmente baixos, através de práticas constantes de *dumping*.

Ainda, nesse documento, consta, no item 6, a inclusão do conceito de soberania alimentar, apresentado pela Via Campesina, atrelado ao demandado direito internacional à alimentação.

O direito internacional deve garantir o direito à alimentação, garantindo que a soberania alimentar tenha precedência sobre as políticas macroeconômicas e de liberalização do comércio. O alimento não pode ser considerado como uma commodity, por causa da sua dimensão social e cultural. Cada país deve ter o direito à soberania alimentar para atingir o nível de autossuficiência alimentar e qualidade nutricional que considere adequados, sem sofrer nenhum tipo de retaliação (IPC, 1996)⁷³.

O imperativo da soberania alimentar foi atrelado com instrumentos do direito internacional para introduzir duas das propostas mais inovadoras apresentadas pelo *Fórum das ONGs*: o *Código de Conduta sobre o Direito à Alimentação* e a *Convenção Global em Segurança Alimentar*, em que o primeiro era voltado para o cumprimento da responsabilidade dos governos em implementar políticas nacionais que visassem à segurança alimentar, e o segundo era voltado para a construção de políticas internacionais que amparassem os esforços nacionais. A comunicação da posição do *Fórum das ONGs* à CMA foi marcada para último

⁷³ “International law must guarantee the right to food, ensuring that food sovereignty takes precedence over macro-economic policies and trade liberalization. Food cannot be considered as a commodity, because of its social and cultural dimension. Each nation must have the right to food sovereignty to achieve the level of food sufficiency and nutritional quality it considers appropriate without suffering retaliation of any kind.” (FAO, 1996b, tradução nossa).

dia da cúpula, tendo sido escolhida uma representante da Via Campesina para apresentá-la. Tal escolha obrigou a FAO a credenciar a Via Campesina, como uma organização representativa do campesinato e dos povos originários, para que sua representante pudesse ter acesso à cúpula oficial, mesmo que o movimento não apresentasse os requisitos necessários apontados pelo ECOSOC⁷⁴.

A partir da participação da Via Campesina na *Cúpula Mundial da Alimentação* de 1996, tem havido uma crescente utilização do conceito de soberania alimentar por diversos outros atores. O alcance adquirido por esse conceito, no âmbito da FAO, pode ser verificado na escolha desse como tema do *Fórum de ONGs da Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois*, que ocorreu em Roma no ano 2002. Esse fórum foi idealizado pelo *Comitê Internacional de Planejamento para Soberania Alimentar* (IPC)⁷⁵, juntamente com a FAO. Esse fórum adotou dois documentos, uma declaração política do *Fórum das ONGs para a Soberania Alimentar*, a “*Soberania Alimentar: um direito para todos*” (*Food Sovereignty: a right for all*) (IPC, 2002a), e uma agenda de ação, a “*Soberania Alimentar: uma agenda de ação*” (*Food Sovereignty: an action agenda*) (IPC, 2002b). Na declaração, o fórum das ONGs assumiu o conceito de soberania alimentar como contraponto ao paradigma agrícola dominante, conceito esse que deve servir de base para as políticas e as ações que objetivem acabar com a fome no mundo, rejeitando, assim, a declaração oficial da *Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois* (FAO, 2002).

Na atualidade, os conceitos de segurança alimentar e o de soberania alimentar estão presentes em um número expressivo de documentos elaborados como resultado de discussões sobre a agricultura e alimentação, e sobre a erradicação da fome. Em relação ao conceito de soberania alimentar, a FAO tem utilizado de forma crescente o termo em inúmeros documentos redigidos pela organização, como na carta aberta assinada pelo então diretor-geral da FAO (FAO, 2003), Jacques Diouf, comunicando o comprometimento da FAO em colaborar, com as organizações da sociedade civil e com os movimentos sociais, na implementação da *Soberania Alimentar: uma agenda de ação* (IPC, 2002b), além de estar

⁷⁴ Antes da realização da cúpula, a Via Campesina foi cadastrada junto ao ECOSOC para análise do pedido de *status* consultivo, pedido esse que foi negado pela falta de documentos apresentados pelo movimento, como estatuto e personalidade jurídica, sendo, a princípio, negada sua participação na cúpula oficial.

⁷⁵ O Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (IPC) é uma rede internacional que reúne várias organizações representativas dos camponeses, agricultores, pescadores, trabalhadores agrícolas, povos indígenas, ONGs, e se constitui como um espaço para mobilização de lutas locais e debate global. Reúne, sob uma única plataforma, centenas de milhões de produtores de alimentos, e objetiva estabelecer um debate ativo sobre governança global e *accountability*, estabelecendo-se como um canal direto entre as organizações e movimentos sociais, e a FAO. Para mais informações, consulte o *site* do IPC <www.foodsovereignty.org>.

presente no anúncio da *Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar* (FAO, 2007), promovida pela FAO em 2007, e no estudo realizado sobre o direito à alimentação intitulado *O direito a uma alimentação adequada e os povos indígenas: como o direito à alimentação pode beneficiar os povos indígenas?* (*The right to adequate food and indigenous peoples: how can the right to food benefit indigenous peoples?*) (FAO, 2009), dentre outros documentos. Outro momento importante de influência da Via Campesina seria a incorporação do conceito de soberania alimentar no discurso do relator da ONU para o Direito à Alimentação entre 2000 e 2008, Jean Ziegler (2003; 2004), que, apoiando-se nesse conceito, discorre sobre o direito dos indivíduos à segurança alimentar e à alimentação, defendendo suas próprias posições e os interesses da Via Campesina.

Como consequência da atuação da sociedade civil nas CMAs e o aprofundamento das relações desta com a própria FAO, foi aprovada a reforma do *Comitê Mundial de Segurança Alimentar* (CFS)⁷⁶ durante a CMA de 2009. Criado em 1974 no âmbito da FAO como um organismo intergovernamental para servir como um fórum para análise e acompanhamento de políticas de segurança alimentar, sua arena foi aberta, via pressão da sociedade civil e compromisso da FAO em tornar seu processo de negociação mais democrático, para garantir que as vozes de outras partes interessadas fossem também ouvidas em um debate internacional sobre a segurança alimentar e nutricional. Tal reforma foi fortemente apoiada pela Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2009), que tem atuado, desde então, junto à FAO pelo CFS e através do Mecanismo da Sociedade Civil, projetado especialmente para servir como um canal direto entre as organizações da sociedade civil e a FAO. Segundo um dos funcionários da FAO que trabalha especificamente com a atuação civil nessa organização,

a Via Campesina também tem sido, e continua a ser um ator-chave no reformado Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CFS) e participa regularmente nas discussões de políticas com a FAO e seus Estados-Membros através do Mecanismo da Sociedade Civil (CSM) para as relações com o CFS.⁷⁷

Nesse sentido, pode-se perceber que, apesar de contraditório, a FAO tem assimilado alguns dos interesses dos grupos “contra-hegemônicos”, tendo a Via Campesina como ator-chave em sua principal arena de negociação sobre segurança alimentar e como um dos

⁷⁶ Para mais informações sobre o *Comitê Mundial de Segurança Alimentar* (CFS), consulte o site <<http://www.fao.org/cfs/en/>>.

⁷⁷ FAO-CIVILSOCIETY. Cooperation with civil society. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <adriane_camargo@yahoo.com> em 20 maio 2013.

maiores articuladores entre a FAO e as demais organizações e movimentos sociais que atuam em sua arena. Assim, a FAO cumpre com seu duplo papel, ou seja, estabelecendo-se como âncora da hegemonia, contribuindo para a universalização de sua política, e arena onde se processa também a “contra-hegemonia”, buscando-se, dessa maneira, abrigar o estabelecimento do consenso no que diz respeito às políticas agrícolas internacionais.

Desse modo, verifica-se que a influência que a Via Campesina exerce sobre a FAO tem recaído, sobretudo, na criação de agenda nessa organização. Além do conceito de soberania alimentar ter sido incorporado por diversos atores que atuam nessa arena, também tem sido incorporado pela própria FAO. Nesse sentido, a Via Campesina tem conseguido introduzir referenciais diferentes dos neoliberais nos debates internacionais sobre a agricultura e a alimentação, influenciando o discurso das demais organizações que atuam na arena civil da FAO, tendo o conceito de soberania alimentar sido incorporado às declarações das CMAs desde 1996, estabelecendo-se como um importante recurso na luta pelos direitos dos camponeses e povos originários. Assim, pode-se inferir que a Via Campesina age como um movimento “contra-hegemônico” que tem ampliado, paulatinamente, sua esfera de consenso nos temas da agricultura e alimentação, apontando para a possibilidade de um novo bloco histórico em gestação, na perspectiva de uma governança agrícola/alimentar alternativa.

Questionamentos como em que momento a “contra-hegemonia” se tornaria hegemonia ou como estabelecer e dar continuidade ao projeto de uma governança alternativa são relevantes e devem ser debatidos não somente por parte da comunidade acadêmica, mas também pelos movimentos “contra-hegemônicos” em sua busca pela resistência e projeção de projetos alternativos de hegemonia em prol da construção de uma ordem mais justa e equitativa. Nesse sentido, mesmo em face das limitações que se apresentam na abordagem do tema proposto nesse trabalho, reconhece-se a relevância de seu estudo e a sua contribuição para os trabalhos acadêmicos que partem da perspectiva de dinâmicas *bottom-up* nas Relações Internacionais.

Considerações Finais

Este artigo desenvolve uma reflexão acerca da trajetória de novos atores presentes em uma arena transnacional que opera junto às organizações internacionais formais em um contexto de governança global contestada. Nesse sentido, abordamos, do ponto de vista analítico, a atuação internacional da Via Campesina junto à FAO pela perspectiva dos conceitos gramscianos de hegemonia, bloco histórico e sociedade civil, perspectiva essa derivada do esforço de tradução metodológica desses conceitos, do âmbito nacional para as Relações Internacionais.

A opção por realizar um estudo sob a perspectiva gramsciana diz respeito à atuação política de grupos sociais subordinados que almejam a transformação do *status quo* em prol de uma ordem mais justa e equitativa, observando-se o papel desempenhado pela ideologia na construção da hegemonia em um espaço de conflito e consenso, no âmbito da própria sociedade civil. Desse modo, a sociedade civil se configura tanto como o espaço onde o consenso é construído quanto como espaço onde se processa a busca pela resistência à ordem estabelecida, sendo ela co-constituente do Estado, em seu sentido ampliado.

Para Gramsci, o Estado ampliado é formado dois elementos constitutivos: a sociedade política, responsável pelo aparelho burocrático e coercitivo, e a sociedade civil. Assim, ao se incorporar a sociedade civil à superestrutura, ou à esfera política, Gramsci amplia a concepção de Estado de Marx, em que o Estado seria equiparado à sociedade política, ou seja, ao Estado coercitivo responsável pela reprodução ampliada do capital por meio da manutenção do modo capitalista de produção, sendo sua compreensão de sociedade civil para além da constituição de uma arena onde se processam a luta de classes, como Marx a concebia, mas também como o espaço político onde se processa a hegemonia.

Partindo dessa perspectiva, a atuação internacional do Estado se dá através da atuação de sua sociedade política e de sua sociedade civil, ou seja, ambas atuam internacionalmente, trazendo as disputas do âmbito nacional, originadas no conflito existente na imbricação entre o local e o global, para as relações internacionais. Assim, a arena de disputa hegemônica se transnacionaliza, trazendo consigo a disputa pela posição hegemônica para uma esfera formada por uma sociedade civil internacional e para sua materialidade, as organizações internacionais formais.

Nesse sentido, os conflitos existentes entre o local e o global, desencadeados pela universalização de uma concepção de mundo particular, como a introdução de políticas agrícolas neoliberais que desrespeitam as lógicas que sustentam as diversas racionalidades camponesas, indígenas, passaram a ter uma resposta global com a atuação da Via Campesina nas relações internacionais. Nesse âmbito, a Via Campesina participa da negociação hegemônica buscando atuar junto aos demais grupos sociais na arena das organizações internacionais, locais de construção, e desconstrução, dos consensos que amparam, ou deslegitimam, a hegemonia e sua concepção de mundo universal, ou seja, a “burguesia proprietária internacional” e sua expressão neoliberal.

Assim, dada que a hegemonia é fruto de um delicado equilíbrio amparado no consenso e na contestação, sendo ela permanentemente negociada no âmbito da sociedade civil, podemos perceber que a proposição do conceito de “soberania alimentar” pela Via Campesina não se limita unicamente a uma necessidade, imposta pela conjuntura, de revisão crítica das políticas agrícolas apregoadas pela FAO, baseadas no conceito de “segurança alimentar”. Antes, o que ocorre é a busca pela construção de um projeto “contra-hegemônico” pela Via Campesina na perspectiva de uma governança alternativa, o que, em contrapartida, evidencia a necessidade do aprofundamento do processo de negociação que ampara a hegemonia da FAO e a continuidade de sua governabilidade nos temas da agricultura e alimentação. A possibilidade de um novo bloco histórico ser gestado por meio da liderança da Via Campesina seria condicionada à permeabilidade do movimento ao estabelecimento de alianças com outros atores, como consumidores, associações civis, pequenos proprietários, através do consenso ideológico, da universalização de sua concepção de mundo, que propiciaria o conceito de soberania alimentar.

Dessa forma, partindo da perspectiva gramsciana, a Via Campesina propõe um projeto “contra-hegemônico”, consubstanciado pelo conceito de soberania alimentar, com vistas a uma globalização alternativa pautada pela justiça e equidade social. Para tanto, a Via Campesina tem se esforçado na ampliação de sua esfera de consenso, buscando um maior poder de barganha nas arenas de negociação da hegemonia neoliberal, no caso aqui estudado, a arena intergovernamental multilateral consubstanciada pela FAO. Desse modo, a Via Campesina procura desestabilizar o jogo de forças existentes no contexto global e influenciar a hierarquia política internacional ao influenciar a agenda da Organização Internacional formal, e a de seus Principais, os Estados em seu sentido restrito.

Verifica-se que a Via Campesina, mesmo em época de estruturação institucional, já apontava como um ator político relevante nas relações internacionais. Durante os vinte anos passados desde sua criação, o movimento tem participado nos fóruns mundiais e tem sido percebido como uma organização que objetiva mudanças sociais, propondo sempre políticas que visem uma maior justiça social. Movimento ativo e influente, a Via Campesina se articula em defesa dos interesses de suas organizações-membros e se posiciona contra a atual ordem global, essa baseada na reprodução da lógica neoliberal. Nesse sentido, a Via Campesina se estabelece como um ator político em que são canalizadas diversas forças sociais, como os camponeses e povos originários, na demanda por direitos. A inclusão ao movimento viabiliza a participação de seus membros nas ações e discussões sobre as amplas questões que os afetam nas mais diferentes localidades, enquanto isso permite à Via Campesina alcance e ações locais, estabelecendo-se conexões entre o global e o local.

Desse modo, por meio dessas conexões, as lutas se definem segundo a própria lógica e ritmo dos movimentos sociais, traduzidas em demandas específicas originadas em suas realidades e temporalidades, processo esse em que o lugar é recriado a partir das trocas provenientes da articulação do movimento local e do movimento internacional. Essa articulação se expressa como um campo de força política que, através de suas lutas, estimulam variadas transformações sociais, revelando, assim, o caráter *bottom-up* da Via Campesina. Essa característica se manifesta na atuação “contra-hegemônica” do movimento, que, como grupo constitutivo da sociedade civil internacional, carrega, intrinsecamente, a capacidade de transformação da ordem estabelecida.

Ao abordar os grupos sociais que constituem a sociedade civil internacional através da perspectiva *bottom-up*, partimos da perspectiva de que todos eles possuem, a princípio, a capacidade de se tornarem grupos hegemônicos, dependendo do grau de influência e de sua habilidade em universalizar sua concepção de mundo, ou seja, seu projeto hegemônico. As implicações de tal abordagem para as Relações Internacionais residem, sobretudo, no fato de que o estabelecimento da hegemonia não se dá apenas em termos de poder, como preconiza as teorias racionalistas, mas na habilidade de construção e manutenção do consentimento que mantém sua posição hegemônica, e de que a posição hegemônica pode ser alcançada por quaisquer dos grupos que constituem a sociedade civil internacional, desde que seja portadora de uma ideologia que ampare sua hegemonia, desde o âmbito das sociedades nacionais. Assim, a passagem da posição hegemônica da hegemonia para a “contra-hegemonia” não se daria por meio de conflitos bélicos, mas por meio do consenso ideológico, em que o vencedor

seria aquele que, no campo ideológico, conformasse o novo bloco histórico por meio do consentimento dos demais grupos.

Gramsci, ao refletir especificamente sobre a conjuntura política italiana do início do século XX, não tinha por objetivo a aplicação de seus conceitos nos estudos realizados nas Relações Internacionais. Contudo, o esforço de tradução metodológica de seus conceitos por teóricos da disciplina possibilitou a aplicação de suas categorias analíticas nas análises sobre a política internacional. Ao realizar um estudo sob a perspectiva gramsciana, o pesquisador se depara com uma abertura de arenas passíveis de atuação política de grupos sociais que aspirem à transformação da realidade. Incorporando-se tal perspectiva aos estudos realizados na disciplina de Relações Internacionais, verifica-se uma contribuição teórica ao permitir a reflexão sobre essas aspirações em escala global.

Assim, empregando os conceitos gramscianos na análise das Relações Internacionais, compreendemos a Via Campesina como uma articulação internacional que constrói seu modelo alternativo como contraponto ao modelo dominante de agricultura, modelo esse inserido em um formato mais geral do capitalismo, que se expressa, contemporaneamente, na globalização neoliberal. Desse modo, a Via Campesina esboça um projeto alternativo de sociedade, que se materializa na proposta da soberania alimentar, extrapolando, assim, o ambiente agrário e se incluindo nos debates sobre as consequências das políticas neoliberais para a sociedade. Destarte, partindo da perspectiva da Teoria Crítica e dos esforços de tradução metodológica dos conceitos gramscianos para a disciplina de Relações Internacionais, buscamos não somente analisar a atuação internacional da Via Campesina como um movimento social de resistência, mas também expor como a incompatibilidade estabelecida dentre o projeto hegemônico da FAO e o da Via Campesina gerou a construção de um modelo alternativo, não apenas agrícola e alimentar, mas de desenvolvimento, permitindo a inclusão do movimento em outro movimento maior de lutas contra a globalização neoliberal, o movimento antiglobalização.

Referências Bibliográficas

ATTAR, M. al. The transnational peasant movement: legalising freedom from want. **New Zealand Year book of International Law**, vol. 8, p. 107-144, 2011.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONFEDERATION PAYSANNE, 2007. **Souveraineté alimentaire: nos positions**. Disponível em: <http://www.confederationpaysanne.fr/mc_nos_positions.php?mc=44>. Acesso em: 30 out. 2012.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 02, p. 126-155, 1981.

_____. Structural issues of global governance: implications for Europe. In: GILL, S. **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina**: globalization and the power of peasants. Black Point: Fernwood Publishing, 2007.

ECOSOC – UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. **About ECOSOC**. New York, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/ecosoc/about/index.shtml>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Resolution 8/83**. 1983. International Undertaking on Plant Genetic Resources. 1983. Disponível em: <http://apps3.fao.org/wiews/docs/Resolution_8_83.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

_____. **Report of the Working Group of the FAO Commission on Plant Genetic Resources**, 2-3 June 1986, CPGR/87/3, October 1986. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/015/aj385e.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Chairman's Report**. Second meeting of the Working Group of the Commission on Plant Genetic Resources, 1987. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/015/aj386e.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **Resolution 5/89**. 1989. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/ag/cgrfa/res/c5-89e.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

_____. **FAO Conference Resolution 2/95**. 1995. Disponível em: <www.fao.org/wfs/resource/english/resolute.htm>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. **World foodsummit**. 1996. Plano de ação da cúpula mundial da alimentação. - Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/FAO-Food-and-Agriculture-Organization-of-the-United-Nations-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-a-Agricultura/cupula-mundial-de-alimentacao-declaracao-de-roma-sobre-a-seguranca-alimentar-mundial-a-plano-de-acao-da-cupula-mundial-da-al.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. Women and the green revolution. In: _____. **The key of food security**. 1997. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/X0171E/X0171E00.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. **Resolution 3/2001**. 2001. Adoption of the International Treaty on Plant Genetic Resources for Food and Agriculture and Interim Arrangements for its Implementation. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/meeting/004/Y2650e/Y2650e01.htm#3>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____. **Declaration of the World Food Summit: five years later**. 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/MEETING/005/Y7106E/Y7106E09.htm#TopOfPage>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. **Letter from Jacques Diouf (FAO Director-General) to Antonio Onorati (International Focal Point of the NGO/CSO International Planning Committee)**. 2003. TCD-DG/03/55.

_____. **Announcement of the International Conference on Organic Agriculture and Food Security**. 2007. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/paia/organicag/announcement_en.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2013.

_____. **The right to adequate food and indigenous peoples**. How can the right to food benefit indigenous peoples? 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/ap552e/ap552e.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **ABDC-10/3.2**. 2010. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/abdc/documents/cropsyns.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. **Smallholdersandfamilyfarmers**. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/nr/sustainability_pathways/docs/Factsheet_SMALL_HOLDERS.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

_____. **FAO Conference (CC-701)**. 2013a. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/govbodies/gsbhome/conference0/en/>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

_____. **Hunger Portal**. 2013b. Disponível em: <<http://www.fao.org/hunger/en/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

FERNANDES, E. Câmara dos Deputados – DETAQ. Brasília, 2010. Discurso proferido na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=093.4.53.O&nuQuarto=82&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:42&sgFaseSessao=G>>

E&Data=04/05/2010&txApelido=EMILIA%20FERNANDES,%20PT-RS>. Acesso em: 15 ago. 2012.

GILL, S; LAW, D. Global hegemony and the structural power of capital. In: GILL, S. **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambrigde: Cambrigde University, 1993.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 13-32.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a, p. 11-110, Caderno 13, vol. 3.

_____. Dos cadernos miscelâneos. In: **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, p.182-207, Caderno 3, v.3.

_____. Americanismo e fordismo. In: **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.239-282, Caderno 22, v.4.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. dos. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 335-353, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2322/3251>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

IPC – Comitê Internacional de Planejamento para Soberania Alimentar. Site da plataforma do IPC. Disponibiliza relatórios, declarações e informações de suas atividades. Disponível em: <<http://www.foodsovereignty.org>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Profit for few or food for all?** A Statement by the NGO FORUM to the World Food Summit.1996. Disponível em: <http://www.foodsovereignty.org/Portals/0/documenti%20sito/Resources/Archive/Forum/1996/wfs+5_NGO_FORUM96.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. **Food Sovereignty: A Right For All**. Political Statement of the NGO/CSO Forum for Food Sovereignty. 2002a. Disponível em: <<http://www.foodsovereignty.org/Portals/0/documenti%20sito/About%20us/Food%20Sovereignty-%20A%20Right%20For%20All%20Political%20Statement%20.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Food Sovereignty: an action agenda**. NGO/CSO Forum on Food Sovereignty. Disponível em: <http://www.foodsovereignty.org/Portals/0/documenti%20sito/Resources/Archive/Forum/2002/plan_action-Eng.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

_____. **Convenção sobre a diversidade biológica**, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2012.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci**: hegemon and passive revolution in the global political economy. Londres: Pluto, 2007.

NFU – União Nacional de Agricultores. *Site* da organização de agricultores. Disponibiliza informações gerais sobre a união. Disponível em: <<http://www.nfu.ca>>. Acesso em: 07 abr. 2013.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/convencao%20169%20portugues_web_292.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações**. 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/charter/>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

PENNAFORTE, C. **Neo-liberalismo na América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUBLIC CITIZEN. **Peasants, family farmers, fisherfolk and their supporters propose People's Food Sovereignty as alternative to US/EU and G20 positions**. 2003. Disponível em: <<http://www.citizen.org/documents/wtofood.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

ROTHBERG, D. **O FMI sob ataque**: recessão global e desigualdade entre as nações. São Paulo: UNESP, 2005.

SANTOS, B. de S. **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SEMERARO, G. A concepção de sociedade civil. In: SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 69-100.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SIMONETTI, M. C. L. **Entre o local e o global: o movimento dos Sem-terra e a Via Campesina**. Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais UNIARA, 2006. Disponível em:

<http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessao4/01_Mirian.doc>.

Acesso em: 10 ago. 2010.

SINCLAIR, T. J. Beyond international relations theory: Robert W. Cox and approaches to world order. In: _____; COX, R. W. **Approaches to world order**. Cambridge: University of Cambridge, 1996.

VIA CAMPESINA. **Mons Declaration**. 1993. Disponível em:

<<http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/1-mons-1993-mainmenu-47/906-mons-declaration>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina**. 1996a. Disponível em:

<<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/2-tlaxcala-1996-mainmenu-48/374-ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesinatlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. 1996b. Disponível em:

<<http://www.alterlinks.ca/Info/WWW19951.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. **Declaración de Bangalore de La Vía Campesina**. 2000. Disponível em:

<<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/3-bangalore-2000-mainmenu-55/297-declaracion-iv-conferencia-via-campesina-en-bangalore>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. **Que Es La Soberania Alimentaria**, jan. 2003. Disponível em:

<<http://www.viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

_____. **Declaración de la IV conferencia de La Via Campesina**. 2004. Disponível em:

<<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/4-sao-paolo-2004-mainmenu-43/30-declaracion-la-iv-conferencia-de-la-via-campesina>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. **Carta de Maputo: V Conferencia Internacional de la Vía Campesina**. 2008.

Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaracionesmainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>>. Acesso em: 14 abr. 201

_____. **Farmers' Views on the FAO World Food Summit**. 2009. Disponível em:

<<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/food-sovereignty-and-trade-mainmenu-38/792-farmers-views-on-the-fao-world-food-summit>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. **What is La Via Campesina?** 2011. Disponível em:

<<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/what-is-la-via-campesina-mainmenu-45>> . Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **The Jakarta Call.** 2013a. Disponível em:
 <<http://www.viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/6-jakarta-2013/resolutions-and-declarations/1428-the-jakarta-call>>. Acesso em: 23 ju. 2013.

_____. **Se celebra en la ONU el primer Grupo Intergubernamental de Trabajo sobre los Derechos de Campesinas y Campesinos.** 2013b. Disponível em:
 <<http://www.viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/derechos-humanos-mainmenu-40/1804-se-celebra-en-la-onu-el-primer-grupo-intergubernamental-de-trabajo-sobre-los-derechos-de-campesinas-y-campesinos>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. **Our members.** 2013c. Disponível na íntegra em:
 <<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/our-members-mainmenu-71>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

ZIEGLER, J. **Report by the Special Rapporteur on the Right to Food: Mission to Brazil.** United Nation Commission on Human Rights. 2003. Document # E/CN.4/2003/54/Add.I. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G03/100/67/PDF/G0310067.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

_____. **Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food, Jean Ziegler, in accordance with Commission on Human Rights resolution 2003/25.** 2004. Document # E/CN.4/2004/I0. Disponível em: <[http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/E.CN.4.2004.10.En](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.2004.10.En)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

Anexo

Lista de membros da Via Campesina atualizada na VI Conferência Internacional da Via Campesina, que ocorreu em Jacarta em 2013.

La Via Campesina Members : 164 organisations in 79 countries

Jakarta, Indonesia – June 2013

Highlighted: organizations which became members in June 2013

AFRICA 1

No	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
	LVC Africa - Rua Dr. Jaime Ribeiro no 104, 2 Dto, Maputo, Mozambique, Tel/Fax: +258 21 327895; e-mail: vcafrica@gmail.com		
1	União Nacional de Camponeses (UNAC)	Mozambique	
2	Confederation Paysannedu Congo (COPACO/PRP)	RD Congo	
3	Coalition Paysanne de Madagaskar (CPM)	Madagascar	
4	União Nacional das Associações de Camponeses Angolanos	Angola	
5	Mtandaowa Vikundivya Wakulima Tanzania (MVIWATA) - Tanzanian Network of Farmers' Groups	Tanzania	
6	Zimbabwe Smallholder Farmer Forum (ZIMSOFF)	Zimbabwe	

7	Landless Peoples Movement (LPM)	South Africa	
---	---------------------------------	--------------	--

AFRICA 2

No	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
	CNOP – BP: E2169 Bamako, Mali, Rue 200 Porte 727 Kalabancoura; Telp/Fax: 00223 20 28 60 00; E-mail: lamine@cnop-mali.org	CNOP – BP: E2169 Bamako, Mali, Rue 200 Porte 727 Kalabancoura; Telp/Fax: 00223 20 28 60 00; E-mail: lamine@cnop-mali.org	
1	Coordination Nationale des Organisations Paysannes (CNOP)	Mali	
2	Plateforme Paysanne du Niger (PFPN)	Niger	
3	Conseil National de Concertation et de Coopération des Ruraux (CNCR)	Senegal	
4	Coordination Togolese des Organisations Paysannes (CTOP)	Togo	
5	Concertation Nationale des Organisations Paysannes en Producteurs Agricoles du Congo (CNOP-Congo)	Congo Brazzaville	
6	Cadre National de Concertation des Organisations paysannes et de Producteurs Agricoles de la Guinée Bissau	Guinée Bissau	
7	Ecumenical Association for Sustainable Agriculture and Rural Development (ECASARD), Ghana	Ghana	
8	National Coordinating Organization for Farmers Association of Gambia (NACOFAG)	Gambia	

NORTH AMERICA

No.	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
	NFFC- 110 Maryland Ave., N.E. Suite 307 Washington, DC 20002 - USA; ph (202) 543-5675; fax (202) 543-0978; E-mail: jroelvc@gmail.com		
1	Union Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autonomas (UNORCA)	Mexico	
2	Union Paysanne - Quebec	Canada	
3	National Farmers Union (NFU)	Canada	
4	Border Farm Workers Project - Unión de Trabajadores Agricolas Fronterizos (BAWP)	USA	
5	Farm workers Association of Florida - Asociación Campesina de Florida (FWAF)	USA	
6	Rural Coalition (RC)	USA	
7	National Family Farm Coalition (NFFC)	USA	

SOUTH AMERICA

No.	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
	LVC Brasil - SGAN, 905, conjunto B, sala 6, Brasilia, DF; celular: +55 61 92710976; E-mail: viacampesina.sudamerica@gmail.com		
1	Asociación de Pequeños productores del Noreste de Córdoba (APENOC)	Argentina	

2	Coordinadora de campesinos, indígenas y trabajadores rurales (COCITRA)	Argentina	
3	Consejo Asesor Indígena (CAI)	Argentina	
4	Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)	Argentina	http://mocase-vc.blogspot.com.br/
5	Movimiento Nacional Campesino e Indígena – MNCI	Argentina	http://mnci.org.ar/
6	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB)	Bolivia	www.bartolinasisa.org
7	Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)	Bolivia	http://www.csutcb.org/
8	Confederación sindical de comunidades interculturales de Bolivia	Bolivia	http://www.cscbbol.org/
9	Movimiento de Trabajadores sin Tierra -(MST)	Bolivia	http://www.mstbolivia.org/
10	Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)	Brasil	www.mst.org.br
11	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Brasil	www.mmcbrazil.com.br
12	Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)	Brasil	www.mabnacional.org.br
13	Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Brasil	www.mpabrazil.org.br
14	Pastoral da Juventude Rural - PJR	Brasil	http://www.pjr.org.br/teste/
15	MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais	Brasil	http://mpppeloterritorio.blogspot.com.br/
16	CONAQ – Coordenação Nacional das comunidades quilombolas	Brasil	http://quilombosconaq.blogspot.com.br/
17	Asociación Nacional de Mujeres Rurales e	Chile	www.anamuri.cl

	Indígenas (ANAMURI)		
18	Confederacion Ranquil	Chile	
19	Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda	Chile	
20	Consejo Nacional de Productores de Chile – CONAPROCH	Chile	
21	Coordinador Nacional Agrario (CNA)	Colombia	
22	Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA)	Colombia	
23	Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT)	Colombia	http://fensuagro.org/
24	Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino de Ecuador – CONFEUNASSCE	Ecuador	
25	Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras -FENOCIN	Ecuador	http://www.fenocin.org.ec/
26	Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador -FENACLE	Ecuador	
27	Confederación de Pueblos, Organizaciones indígenas Campesinas del Ecuador – FEI	Ecuador	
28	Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro-CNC	Ecuador	
29	Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas- CONAMURI	Paraguay	www.conamuri.org.py
30	Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC)	Paraguay	

31	Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)	Paraguay	
32	Organizacion de Lucha por la Tierra (OLT)	Paraguay	
33	Organizacion Nacional de Aborigenes e Indigenas de paraguay – ONAI	Paraguay	
34	Movimiento Agrario y Popular – MAP	Paraguay	
35	Confederación Campesina del Perú (CCP)	Peru	
36	Confederación Nacional Agraria (CNA)	Peru	http://www.cna.org.pe/
37	Federación Nacional de Mujeres Campesinas , Indigenas, Nativas y Asalariadas de Peru	Peru	http://femucarinap.org/
38	Red de Mujeres Rurales de Uruguay - RMRU	Uruguay	
39	Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ)	Venezuela	
40	FNCEZ - Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora	Venezuela	http://fncezoficial.blogspot.com.br/

SOUTH EAST AND EAST ASIA

No.	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
	<u>La Via Campesina – Jl. Mampang Prapatan XIV/5, Jakarta Selatan 12790, Indonesia; Tel: +62-21-7991890; Fax: +62-21-7993426; E-mail: seca5_1999@yahoo.com</u>		
1	Indonesian Peasant Union/ SPI	Indonesia	
2	Korea Women Peasant Association -KWPA	South Korea	
3	Assembly of the Poor (AOP)	Thailand	

4	Pagkakaisa para sa Tunay na Repormang Agraryo at Kaunlarang Pangkanayunan (PARAGOS)	Philippines	
5	Kilusang Magbubukidng Pilipinas (KMP)	Philippines	
6	Movimentu Kamponezes Timor Leste (MOKATIL)	Timor Leste	
7	Korean Peasant League (KPL)	South Korea	
8	Borneo Indigenous Peoples Movement (PANGGAU)	Malaysia	
9	Vietnam National Farmers Union (VNFU)	Vietnam	
10	Nouminren (Japan Family Farmers Movement)	Japan	
11	Northern Peasant Federation (NPF)	Thailand	
12	Farmer and Nature Network (FNN)	Cambodia	
13	Taiwan Farmers Union	Taiwan	
14	Union of Agriculture Workers Committees (UAWC)	Palestina	

SOUTH ASIA

No.	Organization	Country	
1	Bharatiya Kisan Union (BKU), Haryana	India	
2	All Nepal Peasants' Federation (ANPFA)	Nepal	
3	Nepal Agricultural Labor Association	Nepal	
4	Nepal National Fish Farmers Association	Nepal	
5	Nepal National Peasants Women's Association	Nepal	

6	Bangladesh Adivasi Samithy (BAS)	Bangladesh	
7	Bangladesh Kishani Sabha (BKS)	Bangladesh	
8	Bangladesh Krishok Federation (BKF)	Bangladesh	
9	Bharatiya Kisan Union (BKU), Madhya Pradesh	India	
10	Bharatiya Kisan Union (BKU), Maharashtra	India	
11	Bharatiya Kisan Union (BKU), New Delhi	India	
12	Bharatiya Kisan Union (BKU), Punjab	India	
13	Bharatiya Kisan Union (BKU), Rajasthan	India	
14	Bharatiya Kisan Union (BKU), Uttaranchal	India	
15	Bharatiya Kisan Union (BKU), Uttar Pradesh	India	
16	Karnataka Rajya Ryota Sangha (KRRS)	India	
17	Kerala Coconut Farmers Association	India	
18	Nandya Raita Samakya, Andhra Pradesh	India	
19	Tamil Nadu Farmers Association	India	
20	Monlar -(Movement for National Land and Agricultural Reform)	Sri Lanka	
21	Adivasi Gothra Mahasabha, Kerela	India	

CENTRAL AMERICA

No.	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
1	CNTC	Honduras	

2	Asociación de Trabajadores del Campo (ATC)	Nicaragua	
3	UPA NACIONAL	Costa Rica	
4	Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuarios (ANTA)	El Salvador	
5	Mesa Nacional Campesina de Costa Rica (MNC-CR)	Costa Rica	
6	COMITÉ DE UNIDAD CAMPESINA-CUC	Guatemala	
7	Coordinadora Nacional Indígena y Campesina: CONIC	Guatemala	
8	Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala: CONAVIGUA	Guatemala	
9	Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricense: UNAG	Costa Rica	
10	Mesa Agropecuaria y Forestal -MAF	Nicaragua	
11	Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria Región Central: FECORACEN de R.L.	El Salvador	
12	Unión Nacional de Trabajadores Agropecuarios: UNATA	El Salvador	
13	Asociación de Veteranos de la Guerrilla Salvadoreña: AVEGSAL	El Salvador	
14	Fundación de Promotora de Cooperativas: FUNPROCOP	El Salvador	
15	Federación Nacional de Asociaciones de Cooperativas de Producción Agropecuarias: FENACOPAZ	El Salvador	
16	Movimiento Vida y Equipad Campesina (MVEC)	El Salvador	

17	Asociación y agropecuaria y Pesquera de la Cuencia del Lago Ilogango (APRIL)	El Salvador	
18	Unión Campesina Panameña (UCP)	Panama	
19	Integrantes de la UCP		
20	Union Indígena y Campesina (UIC)		
21	CLOCLESANA/ Organización Campesina contra los Embalses y la Minería de cobre y colón		
22	EMBALSES/ Organización Campesina CIOCESANA 15 de Mayo		
23	Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC)	Honduras	
24	Consejo para el Des. Integral de la Mujer Campesina (CODIMCA)	Honduras	
25	Unión Campesina e Indígena de Honduras (UCIH)	Honduras	
26	Asociación para el Desarrollo Rural de Honduras (ADROH)	Honduras	
27	Asociación Nacional de Campesinas de Honduras (ANACH)	Honduras	

Caribbean

No.	Organization	Country	
	Regional Secretariat:		
	CONAMUCA- Av Independencia No 1063, Zona Universitaria, Distrito Nacional, Apdo Postal 905-2, Feria, Santo Domingo, Rep. Dominicana; Tel/Fax: 00-1-809 686 7517 Fax: +1-809-682		

	0075; E-mail: viacampesinacaribe@yahoo.es		
1	Mouvement Paysan de Papaye (MPP)	Haiti	
2	TetKole ti Peyizan Ayisyen - TK	Haiti	
3	Mouvman Peyizan Nasyonal Kongre Papay (MPNKP)	Haiti	
4	Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP)	Cuba	
5	Confederación Nacional de Mujeres Campesinas-CONAMUCA	Dominican Rep.	
6	FECAIMAT - Federacion de Campesinos Independientes Mamá Tingó	Dominican Rep.	
7	MCCU - Movimiento de Campesinos Trabajadores "Las Comunidades Unidas	Dominican Rep.	
8	ACALEN - Asociacion Central de Agricultores Luz y Esperanza de Nagua	Dominican Rep.	
9	RETOÑO - Confederacion de Organizaciones Campesinas y Barriales del Sur	Dominican Rep.	
10	FEDECARES - Federacion de Caficultores del Sur	Dominican Rep.	
11	FEPROBOSUR - Federacion de Productores del Bosque Seco	Dominican Rep.	
12	WINFA - Association of Caribbean Farmers	Windward Islands	
	<i>Members:</i>		
	Cane Farmers Association,	Grenada	

	WINFA Dominica Local Branch	Dominica	
	National Farmers Association	St. Lucia	
	National Farmers Union	St. Vincent	
13	Organización Boricuá de Agricultura Eco-Organica (BORICUÁ)	Puerto Rico	

EUROPE

No.	Organization	Country	
	Regional Secretariat: European Co-ordination Via Campesina		
	18 rue Sablonnière - 1000 Bruxelles - Belgium; Tel: +32.2.217 3112 Fax: +32.2.218 4509; E-mail: info@eurovia.org		
	Members:		
1	Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG)	Spain	
2	Sindicato de Obreros del Campo de Andalucía (SOC)	Spain	
3	Confederation of Farmers' Unions (ÇİFÇİTI-SEN)	Turkey	
4	Arbeitsgemeinschaft Bäuerliche Landwirtschaft (ABL)	Germany	
5	Associazione Rurale Italiana (ARI)	Italy	
6	Federation Unie de Groupements d'Eleveurs et d'Agriculteurs (FUGEA)	Belgium	

7	Confederaçao Nacional da Agricultura (CNA)	Portugal	
8	Confédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Familiaux (MODEF)	France	
9	Confederation Paysanne	France	
10	Nordbruk	Sweden	
11	Norsk Bonde – Og Smabrukarlag (NBS)	Norway	
12	Österreichische Berg- und Kleinbauer –Innen Vereinigung	Austria	
13	Sindicato Labrego Galego (SLG)	Spain	
14	Euskal Herriko nekazarien Elkartasuna (EHNE-Bizkaia)	Bask Country/Spain	
15	Uniterre	Switzerland	
16	Mouvement d'Action Paysanne-MAP	Belgium	
17	Mouvement International de Jeunesse Agricole Rurale Catholique- (MIJARC-Europe)	Belgium	
18	Frie Boender	Denmark	
19	Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica (AIAB)	Italy	
20	Nederlandse Akkerbouw Vakbond (NAV)	Netherland	
21	L'Autre Syndicat	Switzerland	
22	New Agricultural Movement of Greece	Greece	
23	Eco Ruralis	Romania	
24	Esvy Ry	Finland	
25	Associazione Lavoratori Produttori	Italy	

	Agroalimentari (ALPA)		
26	Land Workers Alliance	UK	
27	ScottishCroftingFederation	Scotland/UK	

Fonte: Disponível na íntegra em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44/our-members-mainmenu-71>>.